

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – CEDRAP

Relatório Anual 2017



Paraibuna, abril de 2018

Índice

Relatório da Administração Societário	04
Balanco Patrimonial Societário	21
Demonstração do Resultado do Exercício Societário	23
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Societário	26
Demonstração do Fluxo de Caixa Societário	27
Demonstração das Sobras/Perdas e Resultado	28
Notas Explicativas Societárias	29
Parecer do Conselho Fiscal Societário	61
Parecer dos Auditores Independentes Societário	62
Relatório da Administração Regulatório	118
Balanco Patrimonial Regulatório	135
Demonstração do Resultado do Exercício Regulatório	137
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório	140
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório	141
Notas Explicativas Regulatório	142
Parecer do Conselho Fiscal Regulatório	170
Notas Conciliatórias Societárias x Regulatórias	172
Parecer dos Auditores Independentes Regulatório	177

DEMONSTRAÇÕES

SOCIETÁRIAS

2017

RELATÓRIO DA

ADMINISTRAÇÃO 2017

DEMONSTRAÇÕES

SOCIETÁRIAS

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Cooperados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos a apreciação de V.S.^a o Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da CEDRAP, elaborados conforme a Legislação Regulatória, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acrescidas do Balanço Social, Balanço Patrimonial Regulatório e Demonstração do Resultado. Tais demonstrativos objetivam a divulgação de forma transparente aos cooperados, bem como servir de baliza para nortear as atitudes necessárias durante o próximo exercício, alavancando positivamente os resultados obtidos, sempre na busca da melhoria contínua.

Detentora da Concessão Federal para prestar serviços na área de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, cabendo a CEDRAP, por determinação do Órgão Regulador, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Demonstração de Resultados, Balanço Patrimonial Regulatório e Notas Explicativas conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais são compatíveis com todos os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, resultando em uma melhor demonstração de seus resultados aos sócios e consumidores.

Adicionalmente, informamos que, conforme determinações da ANEEL publicou, com critérios diferentes, o Balanço Regulatório e o Balanço Societário. Para este presente Relatório de Administração, os Conceitos utilizados serão sempre de acordo com as Normas Regulatórias da ANEEL.

Diretoria

Carta do Presidente

Estimados cooperados

Bom dia a todos,

Hoje é um dia especial para todos que fazem parte desta cooperativa, porque eu digo especial, porque além de apresentar aos senhores bons resultados, obtidos com um trabalho sério feito ao longo de seis anos que estamos aqui no comando desta cooperativa, prova destes bons resultados, está em nossa classificação em 1º lugar com o prêmio IASC –Índice de Satisfação ao consumidor – com total de 80% de aprovação, dentre as cooperativas de São Paulo avaliadas pela ANEEL.

E também, pois hoje após a Assembleia teremos a solenidade de inauguração do busto do Ex-Presidente senhor Clóvis Faria Barbosa.

Agora digo esta Cooperativa está presente em diversos setores da nossa sociedade, e sempre contribuindo para a melhoria, e que em 2018 possamos cooperar criando soluções inovadoras e melhores oportunidades para todos.

Obrigado pela confiança.

Clovis Mancilha Barbosa
Diretor - Presidente

Carta do Contador:

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CEDRAP – Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba, comunicamos aos Senhores Associados a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Empresa, muitas vezes premiada por figurar entre os melhores relatórios econômico e financeiros aos Srs. Associados, primou, em 2017, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de "outros" e "diversos", e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, bem como a todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Paraibuna, 30 de abril 2018.

André de Araújo Coelho

CRC: 1SP238100

Cenário

O conjunto de alterações nas normas contábeis e a ginástica financeira realizada pelo Governo fazem aparecer um forte nevoeiro sobre o futuro financeiro do Setor Elétrico. O contexto fiscal para os próximos anos não parece ser alentador. A perspectiva de o Setor Elétrico passar a depender de subsídios é fonte de incertezas econômicas importantes, que coloca sob forte suspeita a atratividade de novos investimentos no Setor por parte da iniciativa não governamental.

O Setor de distribuição conviveu em 2017 com um contexto financeiro difícil e a percepção de risco dos investidores aumentaram, o que deverá se estender durante todo o ano de 2018. Infelizmente, o Setor voltou a flertar com uma situação de risco fiscal e financeiro que deverá pautar o debate nos próximos anos. Certamente, esta é uma agenda negativa que deverá ocupar um espaço precioso no debate sobre a política para o Setor Elétrico. Muitas questões de enorme relevância deverão ser colocadas para um segundo plano até que o cenário econômico do Setor fique mais claro, como a implantação das hidrelétricas na Amazônia, a definição de políticas e diretrizes para inserção das renováveis e geração distribuída, o papel dos reservatórios hidrelétricos e das termelétricas como back-up das fontes intermitentes, entre outros.

É muito importante uma discussão rápida e direta sobre o regime de financiamento do Setor Elétrico. Este tema não permite improvisações. A ideia de que todo ano o governo irá discutir e decidir de onde virão os recursos para as políticas do Setor Elétrico (subsídios aos sistemas isolados, custo dos combustíveis das térmicas, PROCEL, Luz para Todos e indenizações de ativos para renovação de concessões) simplesmente não é viável econômico e politicamente. Estas incertezas irão contribuir para dificultar os investimentos necessários para se garantir a segurança do abastecimento.

Portanto, o cenário do setor para 2018 é tal, que dependerá basicamente da agilidade com a qual o assunto do financiamento do Setor Elétrico será conduzido pelos órgãos competentes. Após tal definição, ou seja, esclarecida a regra do jogo, aí sim o Setor estará apto a retomar um crescimento sustentável.

A CEDRAP se apresenta como uma Empresa de esperança, crendo que, com muito trabalho e atitudes governamentais inteligentes, progrediremos.

Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 07 dos 645 municípios do Estado, o que representa 1,08% dos municípios do Estado de São Paulo. A CEDRAP não atende a nenhum consumidor livre no Estado.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2017, 260 novas ligações totalizando 6.283 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,96% superior ao de 2016 com 255 novas ligações.

Número de Consumidores

Foram realizadas, no ano de 2017, 260 novas ligações totalizando 6.283 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,96% superior ao de 2016 com 255 novas ligações.

Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	3.967	4.172	4.439	4.461	4.743
Comercial	197	202	214	253	262
Industrial	20	21	23	22	22
Rural	1.297	1.255	1.225	1.164	1.202
Poderes Públicos	34	34	34	30	30
Iluminação Pública	7	7	8	8	11
Serviço Público	13	13	13	13	13
Total	5.535	5.704	5.956	5.951	6.283
Variação	7,71%	3,05%	4,42%	-0,08%	5,58%

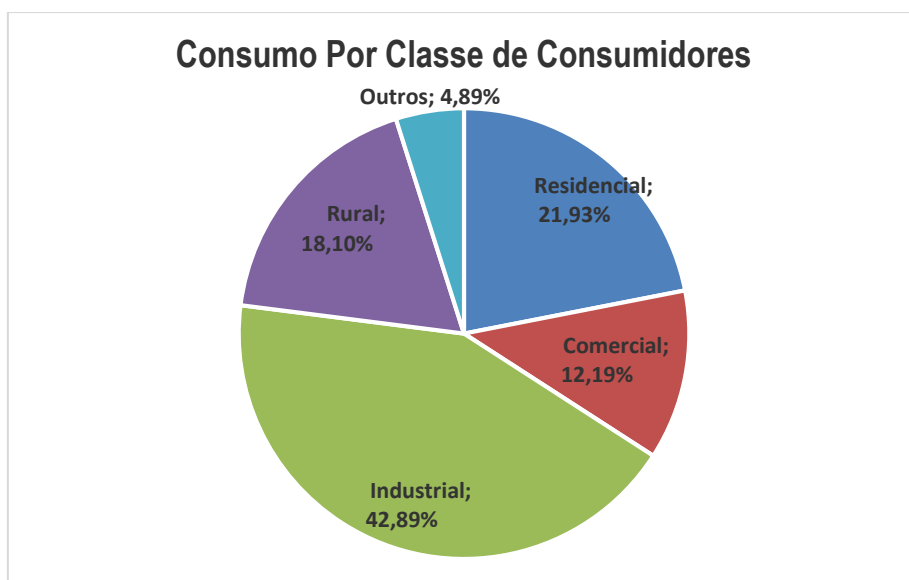
Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 36 GWh sendo 33 GWh em 2016 apresentando um aumento de 10,59%.

O segmento de mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o a Iluminação Pública, com a representação de 15%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

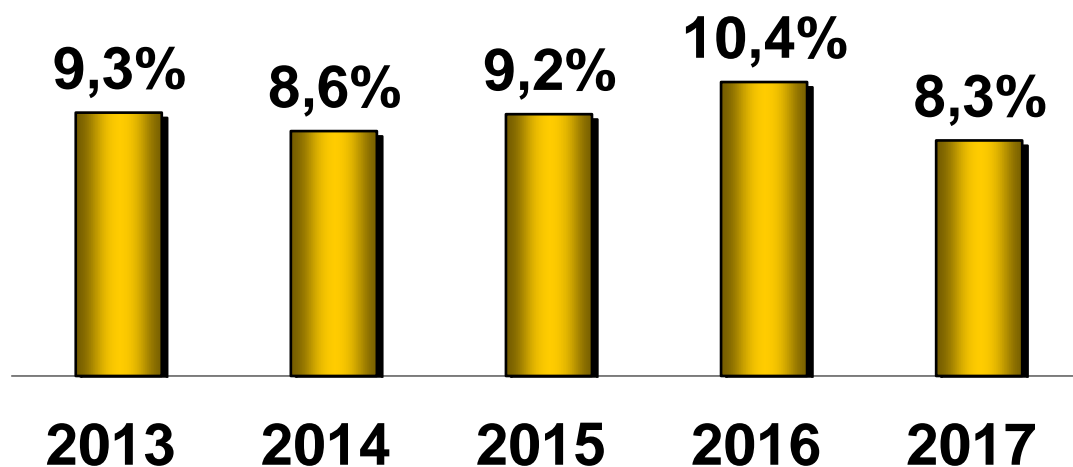
Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	39	37	34	33	36
Fornecimento	39	37	34	33	36
Residencial	6	7	7	8	8
Comercial	3	4	4	4	4
Industrial	22	19	16	14	16
Rural	6	6	6	6	7
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	1	1	0	0	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Uso da Rede de Dsitribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Total	39	37	34	33	36
Variação		-3,69%	-9,44%	-2,58%	10,59%



Balço Energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 10,4% de 2016 para 8,3% em 2017. Esta melhora esta relacionada ao trabalho feito com a melhora nos controles internos, um acompanhamento em campo da rede de distribuição e melhor utilização dos equipamentos.

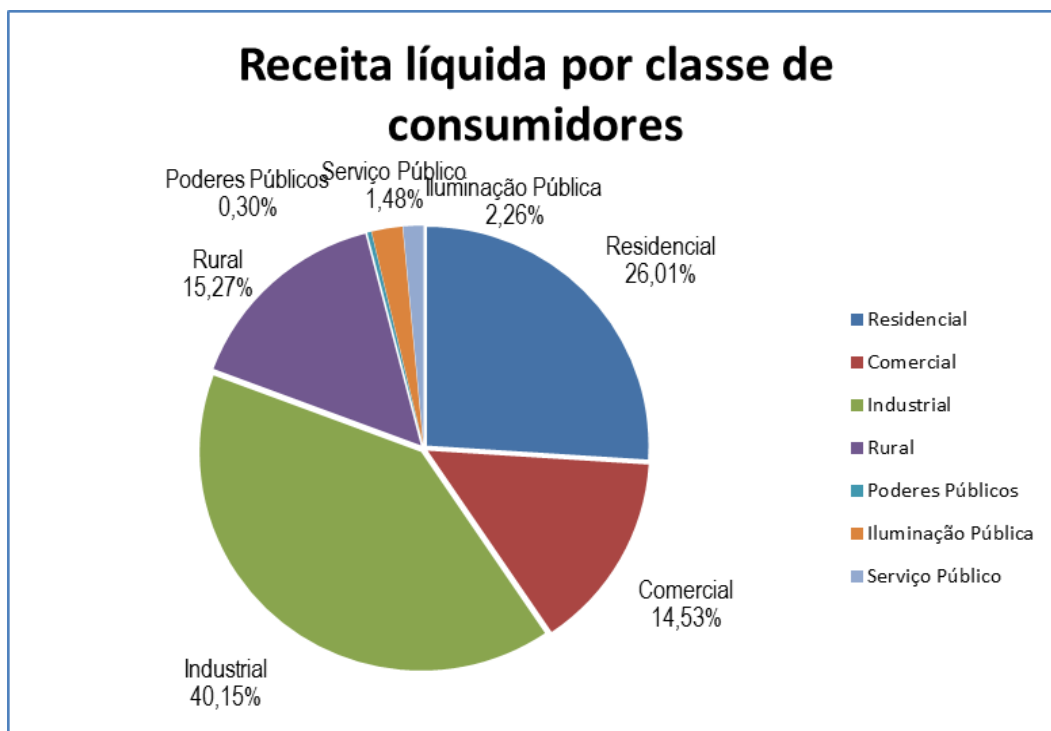
Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	38,84	37,41	33,88	33,00	36,50
- Fornecimento	38,84	37,41	33,88	33,00	36,50
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	38,84	37,41	33,88	33,00	36,50
Perdas na Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pernas na Distribuição	3,97	3,53	3,44	3,81	3,30
Perdas Técnicas	3,97	3,53	3,44	3,81	3,30
Perdas não Técnicas - PNT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	3,97	3,53	3,44	3,81	3,30
PT / Energia Requerida %	9,3%	8,6%	9,2%	10,4%	8,3%
Total	42,81	40,94	37,32	36,81	39,80



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 13.438,20 mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2017	2016	%
Residencial	3.495,75	3.199,71	9,25%
Comercial	1.952,22	1.647,00	18,53%
Industrial	5.395,55	4.917,07	9,73%
Rural	2.052,42	1.738,35	18,07%
Outros	542,25	497,51	11,89%
Podere Públicos	39,77	43,95	-9,51%
Iluminação Pública	303,07	272,75	11,12%
Serviço Público	199,40	180,81	10,28%
Total	13.438,20	11.999,64	11,99%



Tarifas

Abaixo demonstramos através das tabelas as tarifas médias de fornecimento de energia nas classes residencial, comercial, industrial e rural. A tarifa média de fornecimento de energia elétrica no ano de 2017, atingiu 365,88 R\$/MWh.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	436,79
Comercial	438,68
Industrial	344,68
Rural	310,71

Tarifa por faixa de Consumo	Residencial KWh	Comercial KWh	Industrial KWh	Rural KWh
Tarifas Brutas	0,43	0,46	0,29	0,41

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	45,04	27,12	1,66
2014	50,53	27,45	1,84
2015	46,11	27,32	1,69
2016	39,18	20,90	1,87
2017	31,31	18,08	1,73

Atendimento ao consumidor

Foram realizadas, no ano de 2017, 260 novas ligações totalizando 6.283 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,96% superior ao de 2016 com 255 novas ligações.

Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEDRAP segue na atualização de seu sistema de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Os religadores automatizados estão conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. O site está em constante atualização para disponibilizar o maior número de informações aos consumidores.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, o resultado líquido foi de R\$ -595,53 R\$/mil, contra R\$ 434,44 R\$/mil em 2016. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 135,61 R\$/mil

RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ -595,53 R\$/mil

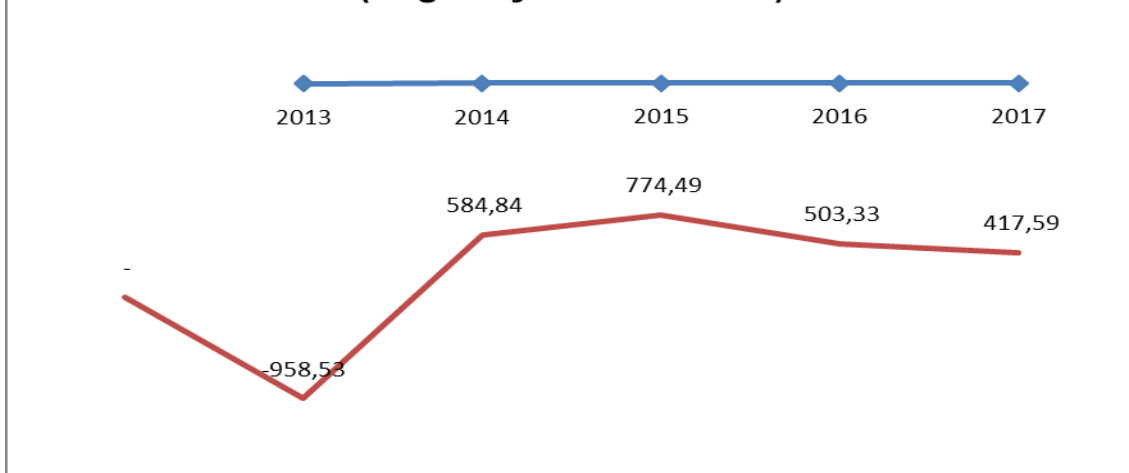
RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 135,61 R\$/mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 17.095,93 R\$/mil em 2017, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 12.039,71 R\$/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 17.719,46 R\$/mil, 49,12% superior em relação a 2016 com R\$ 11.882,34 R\$/mil.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 417,59 R\$/mil, inferior em -17,03% em relação a 2016, que foi de R\$ 503,33 R\$/mil, conforme evolução abaixo:

EBTIDA ou LAJIDA (Legislação Societária)



Investimentos

Em 2017, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 1.147,46 R\$/mil, -62,20% inferior em relação à 2016. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 3.974,25 R\$/mil.

	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil								
AIS Bruto ¹	1.514,98	3.035,45	1.147,46	-	-	-	-	-
Transformador de Distribuição	585,69	265,38	130,53	-	-	-	-	-
Medidor	110,42	104,40	177,29	-	-	-	-	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	818,88	844,26	714,21	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	1.821,41	125,44	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	297,21	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	297,21	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

O quadro a seguir é de apresentação compulsória para os agentes de distribuição e deve comparar o PDD entregue até 30 de abril de 2017 com o enviado no exercício anterior. A Delegatária deve apresentar fundamentos pela diferença entre o realizado de 2017 com o que estava projetado no PDD anterior, bem como a motivação da alteração, se ocorrida para os mesmos próximos anos projetados:

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	1.147,46	718,20	790,60	866,63	978,61	0,00

R\$ Mil	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2016	620,76	718,20	790,06	866,63	978,61	0,00

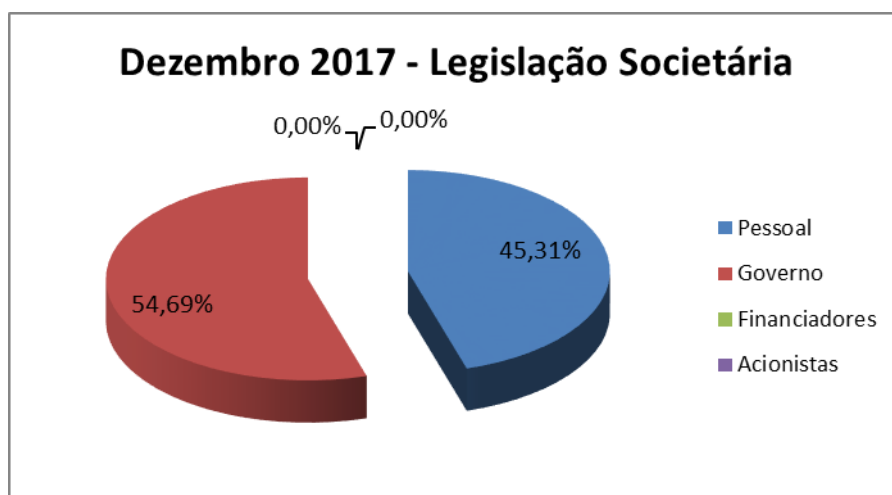
Diferença	84,8%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
-----------	-------	------	------	------	------	------

Captações de recursos

Os investimentos de 2017 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor adicionado regulatório

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Outorgada foi de R\$ 9.744,17 R\$/mil, representando 44,86% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa o seu objetivo é de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Outorgada com base na Lei nº 5.764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de Reserva para Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência

Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei 5764/71 e na NBC T 10.8.

Composição acionária

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 3.325,36 Reais/mil, sendo composto por 332.536.006 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Conselho Administração	2.567.644	0,77%
Clovis Mancilha Barbosa	167.693	6,53%
Jose Édson Carvalho Coelho	366.307	14,27%
Paulo Sérgio Miranda Gonçalves	132.485	5,16%
Sebastião Sérgio Vítório	139.692	5,44%
Jorge de Paula Ribeiro	513.530	20,00%
David Gagliotti	58.309	2,27%
Igor Alfred Tschizik	1.189.628	46,33%
Conselho Fiscal	1.117.121	0,34%
Rogério dos Santos	18.900	1,69%
José Paulino dos Santos	233.625	20,91%
Vicente de Paulo Pereira	311.500	27,88%
João Carlos Ribeiro dos Santos	459.730	41,15%
Joaquim Camargo Miranda	4.650	0,42%
Manoel Carvalhal Pinto	88.716	7,94%
Total	3.684.765	1,11%
Demais Cotistas	328.851.241	98,89%
Total Geral	332.536.006	100,00%

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Permissionária coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: No decorrer do ano 2017, a CEDRAP continuou o trabalho de sua reestruturação organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento Empresarial: O êxito que a Permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da Permissionária vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Em 2017 a CEDRAP participou de diversas reuniões, palestras e treinamentos com o intuito de capacitar e melhorar os planejamentos a serem traçados pelos gerentes e profissionais.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da cooperativa e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Simultaneamente, foi conduzido um processo de definição de tendências macro ambientais relacionadas com os ambientes políticos, econômico, sociocultural e tecnológico para o período de 2017 e 2018.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e capacitação dos profissionais, certificações de qualidade de gestão, onde em 2017 a cooperativa passou pela re-certificação da ISO 9001/10002.

Recursos humanos: Em 2017, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba - CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida, mantém convênios com Planos de Saúde, fornecimento de Vale Alimentação, Seguro de Vida em grupo e Vale Transporte aos colaboradores.

Responsabilidade social: No ano de 2017, a CEDRAP patrocinou o Instituto de Desenvolvimento Humano Emilio Marelo - IDHEM, projeto com crianças contribuindo com o desenvolvimento social.

Permissionária em números	2016	2017	%
Atendimento			
Número de consumidores	5.951	6.283	5,58%
Número de empregados	75	74	-1,33%
Número de consumidores por empregado	79,35	84,9	6,99%
Número de localidades atendidas	7	7	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	2	100,00%
Número de postos de arrecadação	1	2	100,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	936,22	936,22	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MW)	8,57	8,8	2,68%
Distribuição direta (GWh)	33	36,5	10,61%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.793,32	1.687,38	-5,91%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	365,88	368,21	0,64%
Residencial	420,42	436,79	3,89%
Comercial	416,63	438,68	5,29%
Industrial	349,36	344,68	-1,34%
Rural	299,82	310,71	3,63%
Suprimento			
Bandeirante	99,26	231,19	132,91%
Elektro	92,99	280,3	201,43%
DEC (horas)	39,18	31,31	-20,09%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	625	598	-4,32%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	5.531	5.358	-3,13%
FEC (número de interrupções)	39,18	18,08	-53,85%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	625,61	455,51	-27,19%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0	0	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	815,54	832,96	2,14%
Capacidade instalada (MW)	20,5	39	90,24%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	16.602,77	21.858,49	31,66%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.039,71	17.095,93	42,00%
Margem operacional do serviço líquida (%)	27,48	21,79	-20,71%
EBITDA OU LAJIDA	503,33	417,59	-17,03%
Lucro líquido (R\$/mil)	38,07	135,61	256,22%
Lucro líquido por mil cotas	0,11	0,41	256,21%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	14.202,14	14.410,87	1,47%
Valor patrimonial por cota R\$	0,04	0,04	1,47%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	1,21	1,74	43,80%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,55	1,18	-23,87%
Em moeda nacional (%)	1,55	1,18	-23,87%
Em moeda estrangeira (%)	0	0	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	2.165,23	2.151,97	-0,61%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	440	493,19	12,09%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,55	5,81	4,68%
Retorno de ativos por unidade	0,58	0,37	-36,21%

AGRADECIMENTOS

Findando o ano de 2017, queremos agradecer a DEUS e lembrar a todos, que cooperativismo não é trabalhar sozinho. Cooperar é unir forças pelo bem comum. Contamos com braços amigos, e é para essas pessoas que endereçamos os nossos sinceros agradecimentos.

Aos nossos conselheiros, que durante o ano de 2017 se reuniram para delegar funções, tomar decisões, discutir ações que visem o bem-estar do associado e consumidor. Isso é cooperativismo. Muito obrigado pelo apoio, pela dedicação de cada um. Se tivemos um ano vencedor, foi porque lutamos para isso.

Da mesma forma, deixamos os nossos sinceros agradecimentos aos nossos colaboradores, que nos emprestam todos os dias, suas forças e seu suor, para que mantenhamos, sempre, a imagem de cooperativa exemplar.

Extensivamente aos associados e consumidores, e todos os demais que direta, ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da nossa missão de permissionária, o nosso Muito Obrigado!

Paraibuna, 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRATIVOS

CONTÁBEIS

SOCIETÁRIOS 2017

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial Societário

	Societário	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	8.247,04	8.270,82
Caixa e equivalentes de caixa	2.298,71	3.096,25
Consumidores	3.332,83	2.757,08
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	75,08	874,44
Tributos compensáveis	331,54	204,80
Depósitos judiciais e cauções		
Almoxarifado operacional	356,78	275,20
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	234,45	455,22
Despesas pagas antecipadamente	22,65	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.595,01	607,82
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	27.599,73	26.105,76
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	83,73	63,39
Depósitos judiciais e cauções	282,32	277,44
Investimentos temporários	1.330,94	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	12.693,01	10.964,41
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	4,00
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	718,99	745,14
Intangível	12.490,75	14.051,38
Total do ativo	35.846,77	34.376,58

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial Societário

	Societário	
	2017	2016
Passivo		
Passivo Circulante	4.302,86	4.049,47
Fornecedores	1.801,34	273,21
Empréstimos, financiamentos e debêntures	118,84	153,42
Obrigações sociais e trabalhistas	779,68	573,23
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	272,64	206,50
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	492,45	234,66
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	367,95	1.018,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	469,96	1.590,38
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	17.133,04	16.124,96
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	283,85	402,70
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.059,43	1.526,38
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	15.789,75	14.195,89
Total do passivo	21.435,90	20.174,44
Patrimônio líquido	14.410,87	14.202,14
Capital social	3.325,36	3.325,27
Reservas de capital	827,46	1.879,80
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	- 0,00	- 0,00
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	10.049,41	12.718,61
Sobras à disposição da Assembleia	208,63	38,07
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	14.410,87	14.202,14
Total do passivo e do patrimônio líquido	35.846,77	34.376,58

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
 PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
 CONTADOR - CRC1SP238100

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Societário	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	21.858,49	16.602,77
Fornecimento de energia elétrica	7.935,08	4.131,36
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.235,09	10.163,82
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.000,77	427,06
Serviços cobráveis	30,16	29,81
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	3.657,39	1.850,73
Tributos	- 3.015,82	- 2.556,08
ICMS	- 2.738,97	- 2.320,18
PIS-PASEP	- 49,30	- 42,01
COFINS	- 227,55	- 193,89
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	- 1.746,73	- 2.006,98
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	36,25
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	35,98
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	- 1.020,88	1.665,27
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	- 30,14	38,32
Outros encargos	- 695,71	231,16
Receita líquida / Ingresso líquido	17.095,93	12.039,71
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	- 6.342,01	- 2.512,98
Energia elétrica comprada para revenda	- 6.342,01	2.512,98
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Societário	
	2017	2016
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.753,93	9.526,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	- 10.573,29	- 9.349,78
Pessoal e administradores	- 5.342,80	- 4.855,47
Material	- 1.791,38	- 676,54
Serviços de terceiros	- 1.970,43	- 1.727,93
Arrendamento e aluguéis	- 3,40	-
Seguros	- 14,45	- 66,81
Doações, contribuições e subvenções	- 40,23	- 37,50
Provisões	- 137,46	0,60
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	27,25	87,65
Tributos	- 27,53	- 27,80
Depreciação e amortização	- 735,69	- 679,68
Gastos diversos	- 1.757,40	- 244,11
Outras Receitas Operacionais	1.602,02	- 320,98
Outras Despesas Operacionais	- 381,80	- 801,21
Resultado da Atividade	180,64	176,95
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	27,99	- 65,96
Despesas financeiras	- 449,08	- 566,81
Receitas financeiras	477,07	500,85
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	208,63	111,00
Despesa com impostos sobre os lucros	-	- 14,02
Resultado líquido das operações em continuidade	208,63	96,97
Operações descontinuadas	- 73,02	- 58,90
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	- 73,02	- 58,90
Resultado líquido do exercício	135,61	38,07
Atribuível aos:		

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Societário	
	2017	2016
Cotistas	135,61	38,07
Lucro por ação	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Societário

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,00	- 1.009,86	-	-	- 0,00	12.263,33	163,47	-	14.741,93
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,26	-	-	-	-	-	-	-	0,26
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	38,07	-	38,07
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71
FATES	-	-	-	-	-	41,33	-	-	41,33
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	869,94	-	-	-	-	232,91	-	637,03
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	5,86	-	-	5,86
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,27	- 1.879,80	-	-	- 0,00	12.322,23	434,44	-	14.202,14
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	28,97	-	28,97
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	75,03	-	-	75,03
FATES	-	-	-	-	-	17,73	-	-	17,73
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	2.707,27	-	-	-	-	2.707,27	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	236,96	-	-	236,96
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.325,36	827,46	-	-	- 0,00	12.501,89	- 2.243,85	-	14.410,87

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

(Método Direto)

	Societário	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(498,00)	445,20
Fornecimento de Energia	16.934,87	14.494,66
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	3.164,15	182,37
Outros Recebimentos Operacionais	333,76	1.956,98
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.458,69)	(4.698,25)
Fornecedores - Energia Elétrica	(4.620,79)	(2.098,31)
Salários e Encargos Sociais	(4.263,08)	(4.268,99)
Tributos sobre a Receita - Federais	(416,30)	(281,09)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.770,02)	(2.238,04)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	(9,35)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.823,77)	(2.020,54)
Outras Despesas Operacionais	(1.578,12)	(574,25)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(100,47)	(24,06)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(100,47)	(24,06)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(598,47)	421,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(199,07)	(194,50)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(199,07)	(194,50)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(797,55)	226,64
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
No início do exercício	3.096,25	2.869,61
No fim do exercício	2.298,71	3.096,25

CLOVIS MANILHA BARBOSA
PRESIDENTEANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Demonstração das Sobras / Perdas e Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2017
 (Valores expressos em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	RESULTADOS COOPERADOS	RESULTADOS NÃO COOP.	CONSOLIDADO
INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS	9.353,81	7.839,89	17.193,70
RENTA NÃO FATURADA	22,00	50,42	72,42
OUTRAS RECEITAS	2.489,05	2.103,33	4.592,38
(-) IMPOSTOS E ABATIMENTOS	(2.319,12)	(2.443,44)	(4.762,56)
(=) INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS LIQUIDAS	9.545,74	7.550,19	17.095,93
(-) CUSTO DAS VENDAS	(9.847,91)	(8.287,61)	(18.135,52)
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(302,17)	(737,42)	(1.039,59)
OUTROS INGRESSOS(RECEITAS)/DISPÊNDIOS(DESPESAS)	641,55	578,68	1.220,23
AJUSTES IFRS	-	-	-
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	339,38	(158,74)	180,64
RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS	15,20	12,79	27,99
RESULTADOS ANTES DAS PROVISÕES	354,58	(145,95)	208,63
PROVISÕES FISCAIS (IRPJ E CSLL)	-	-	-
SOBRAS / PERDAS - LUCRO / PREJUÍZOS	354,58	(145,95)	208,63

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100



**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA
REGIÃO DO ALTO PARAÍBA**
Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC.ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

NOTAS

EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES

SOCIETÁRIAS 2017



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Notas Explicativas

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016 (Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto Operacional

A CEDRAP é uma cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CEDRAP detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, em sua área de permissão, nos Municípios de Paraibuna, Jambeiro, Santa Branca, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Caraguatatuba e Salesópolis, no Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão nº 001/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2017), possui 6.283 consumidores divididos em 4.743 consumidores residencial (75,49%), 262 consumidores comercial (4,17%), 22 consumidores industrial (0,35%), 1.202 consumidores rural (19,13%), 30 consumidores poderes públicos (0,48%), 11 consumidores iluminação pública (0,18%), 13 consumidores serviço público (0,21%) e não atendemos a nenhum "Consumidor Livre". O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 19/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacaram as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nº 4.722/2009, nº 4.097/2010, nº 4.991/2011, nº 155/2013, nº 4.413/2013, nº 4786/2014 e nº 245/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 12.490,75 R\$/mil e para Ativos Financeiros de R\$ 12.693,01 R\$/mil.

Para fins dos cálculos Tributários, conforme determinações da Instrução Normativa nº 1397/2013 da Receita Federal, que estabelece um regime transitório até a entrada em vigor da MP 627 em 2015 (opcionalmente em 2014), utilizamos o regime tributário baseado nos Resultados obtidos pelos critérios utilizados até 2007, convergidos através do RTT - Regime Tributário Transitório.

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Cursos pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CEDRAP não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Unidades de Cadastro – TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI – Taxas de Depreciação. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado a Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de energia elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estão reintegrados até o final da Permissão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Permissão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Permissão).

• **Imposto de renda diferido**

A CEDRAP não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2017 ou anterior.

• **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CEDRAP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

• **Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

• **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

• **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face de harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL nº 4.722/2009, nº 4.991/2011, nº 155/2013 e nº 4.413/2013, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que no exercício de 2012, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Até o presente momento, a apuração da base tributária, conforme Instrução Normativa nº 1397/2013, é idêntica ao DRER, porém, divergente nos quadros do Ativo e Passivo Regulatório, em função de não possuir a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Neste sentido, e, com o intuito de atender ao disposto na citada Instrução Normativa, demonstraremos ao final, Nota Explicativa contendo os quadros de Ativo Fiscal, Passivo Fiscal e Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 3.562,85 Reais/mil em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação Societária	
				2017	2016
Santander	Contamax	Indeterminado	CDB	1.348,75	242,49
Santander	Renda Fixa	05/07/2017	CDB / RDB	-	1.130,23
Santander	Renda Fixa	24/07/2017	CDB / DI	-	66,27
Santander	Renda Fixa	23/03/2018	CDB / DI	-	154,75
Santander	Renda Fixa	23/03/2018	CDB / DI	567,12	-
Santander	Poupança	Indeterminado		1,56	1,48
Santander	Renda Fixa	09/07/2018	CDB / DI	763,82	696,66
Santander	Fundos Investimentos	Indeterminado	Curto Prazo	39,04	55,06
Banco do Brasil	Fundos Investimentos	Indeterminado	Curto Prazo	833,58	730,48
Banco Itaú	Invest Plus	Indeterminado	Curto Prazo	4,08	0,74
Bradesco	Invest Plus	Indeterminado	Curto Prazo	4,90	0,53
TOTAL				3.562,85	3.078,69

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2017 e 2016, estão assim elencados, a seguir:

Consumidores	Legislação Societária	
	2017	2016
Faturados	2.655,45	1.996,13
Não Faturados	613,60	541,19
Sub Total	3.269,06	2.537,32
Concessionárias	-	-
Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito da CCEE	-	-
Sub Total	-	-
Total	3.269,06	2.537,32



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2017	Total 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA A VENCIDA				
	Até 30 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Residencial	563,36	41,08	3,89	11,88	57,43	10,18	- 105,14	-	-	-	-	-	582,67	422,79
Industrial	949,50	27,58	2,46	3,12	68,17	1,10	- 102,93	-	-	-	-	-	949,00	734,13
Comercial	283,46	28,86	-	1,01	42,51	0,03	- 71,92	-	-	-	-	-	283,96	219,89
Rural	253,71	11,65	2,17	4,61	64,21	3,05	- 94,06	-	-	-	-	-	245,34	204,50
Poderes Públicos	5,91	0,35	-	0,31	-	0,28	-	-	-	-	-	-	6,84	4,79
Iluminação Pública	67,84	28,49	3,52	10,21	55,23	34,82	- 55,23	-	-	-	-	-	144,89	97,03
Serviço Público	17,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,94	17,15
Taxado	4,19	-	-	-	-	-	- 1,19	-	-	-	-	-	3,00	- 7,80
Fornecimento Não Faturado	613,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	613,60	541,19
Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.759,52	138,01	12,05	31,13	287,55	49,45	- 430,47	-	-	-	-	-	2.847,24	2.233,67



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC.ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios a receber, em dezembro/2017, importavam em: 999,91 R\$/mil.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário.

	Legislação Societária	
	2017	2016
Imobilizado em Serviço Societário	1.634,42	1.523,28
Depreciação Imobilizado Societário	- 915,44	- 778,14
Imobilizado em Curso Societário	-	-
Sob Total	718,99	745,14
Intangível em Serviço Societário	11.386,32	11.439,68
Amortização Intangível Societário	- 92,05	- 91,22
Intangível em Curso Societário	1.196,48	2.702,92
Sob Total	12.490,75	14.051,38
Reavaliação Regulatória Compulsória	29.710,81	30.919,14
Depreciação Reavaliação Regulatória Compulsória	- 10.011,67	- 9.274,10
Ativo Financeiro da Permissão	12.693,01	10.964,41
Sub Total	32.392,16	32.609,45
Total	45.601,90	47.405,97
Ativo Imobilizado Societário	745,14	745,14
Ativo Imobilizado Regulatório	45.601,90	47.405,97

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05 onde: "De acordo com os contratos de concessão, consideram-se



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

bens vinculados àqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos”.

- Ativo intangível

Foram reclassificados para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviço público conforme abaixo.

Intangíveis	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
Em Serviço	11.386,32	- 92,05	11.294,27	11.348,46
Em Curso	1.196,48	-	1.196,48	2.702,92
Total	12.582,80	- 92,05	12.490,75	14.051,38

- Ativo Financeiro

Reclassificado para o Ativo Financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da Concessão do Serviço Público no valor de 12.693,01 R\$/mil.

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2017, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativo Financeiro Setorial:

Neutralidade Parcela A	2017	2016
Neutralidade Parcela A - PROINFA Ativa - 2015/2016	-	13,16
Neutralidade Parcela A - TFSEE Ativa - 2015/2016	-	1,57
Neutralidade Parcela A - CDE Ativa 2016/2017	10,44	240,76
Neutralidade Parcela A - PROINFA Ativa 2016/2017	-	8,83
Neutralidade Parcela A - TFSEE Ativa 2016/2017	-	1,17
Total Neutralidade Parcela A	10,44	265,50
Outros Ativos		
Neutralidade Parcela A - CDE Ativa 2017/2018	27,14	-
Neutralidade Parcela A - PROINFA Ativa 2017/2018	2,56	-
Neutralidade Parcela A - TFSEE Ativa 2017/2018	5,29	-
IF Implantação 367	120,86	120,86
IF Cusd Energia (Pis/Cofins)	68,15	68,86
(-) Ativo Financeiro Setorial	-	-
Total Outros Ativos	224,01	189,72
Total Ativo Setorial Financeiro	234,45	455,22



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC.ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Passivo Financeiro Setorial:

Neutralidade Parcela A	2017	2016
Neutralidade Parcela A - CDE Passiva - 2015/2016	-	27,26
Neutralidade Parcela A - PROINFA Passiva - 2016/2017	-	6,84
Neutralidade Parcela A - TFSEE Passiva - 2016/2017	1,03	-
Neutralidade Parcela A - PROINFA Passiva - 2017/2018	13,13	-
Total Neutralidade Parcela A	14,16	34,09
Devoluções Tarifárias		
Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária	295,41	371,45
Total Devoluções Tarifárias	295,41	371,45
Outros Passivos		
Bandeiras Faturadas a Recolher	-	40,75
Bandeiras Tarifárias Credoras 2015/2016	-	555,94
Bandeiras Tarifárias Credoras 2016/2017	0,06	-
Multa LPT Ciclo 2016/2017	37,07	-
Neutralidade Parcela A - CDE Passiva - 2017/2018	5,36	-
Neutralidade Parcela A - PROINFA Passiva - 2017/2018	1,53	-
Neutralidade Parcela A - TFSEE Passiva - 2017/2018	0,07	-
Ajuste IF Compensação DIC/FIC	14,28	15,84
(-) Passivos Regulatórios - IFRS	-	-
Total Outros Passivos	58,37	612,53
Total Passivo Setorial Financeiro	367,95	1.018,07

9 Fornecedores

Fornecedores	Legislação Societária	
	2017	2016
Bandeirante Energia	526,03	83,29
Elektro	360,13	104,00
Proinfa	21,85	22,91
Bandeirante Energia Residual Tarifário	760,00	-
Total Suprimento Energia	1.668,02	210,19
Materiais e Serviços	133,32	63,01
Total Materiais e Serviços	133,32	63,01
Total	1.801,34	273,21

10 Empréstimos e Financiamentos

	Circulante	Longo Prazo	Total	
			2017	2016
Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Sub Total	-	-	-	-
Moeda Nacional				
Financiamento RGR - Luz p/ Todos	118,84	283,85	402,70	556,12
Sub Total	118,84	283,85	402,70	556,12
Total	118,84	283,85	402,70	556,12



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2017 e 2016.

	Legislação Societária	
	2017	2016
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	49,97	45,29
Programa de Eficiência Energética - PEE	110,35	100,09
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	76,67	89,28
Taxa de Fiscalização - TFSEE	1,07	-
Bandeira Tarifária a Recolher	254,39	-
Total	492,45	234,66

A partir de 4 de maio de 2016, de acordo com o disposto na Lei nº 13.280 de 3 de maio de 2016, ficam isentas dos investimentos em P&D e EE estabelecidos pela Lei nº 9.991/200 as Permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh (quinhentos gigas watts hora). Mediante isto e com base no Despacho nº 1.227 de 27 de maio de 2015, que classificou a CEDRAP como agente com mercado inferior a 500 GWh/ano, os valores acima listados relacionados a este item têm valor acumulado até o mês de 05/2016.

12 Tributos e Contribuições Sociais – Não Circulante

A CEDRAP possui em seu Ativo Realizável não Circulante 83,73 R\$/mil de crédito de ICMS sob compras para ativo imobilizado em 48 avos.

Já no passivo não possuímos saldo no Longo Prazo.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CEDRAP no exercício de 2017 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

- **Contingências Trabalhistas**

No exercício de 2017 não houve contingências trabalhistas a provisionar.

- **Contingências Cíveis**

No exercício de 2017 não houve contingências cíveis a provisionar, foi mantido o saldo do exercício anterior.

- **Contingências Ambientais**

No exercício de 2017 não houve contingências ambientais a provisionar.



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC.ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

• Contingências Regulatórias

No exercício de 2017 não houve contingências regulatórias a provisiona.

• Contingências Fiscais

No exercício de 2017 não houve contingências regulatórias a provisiona.

	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórias	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	-	277,44	-	-	-	277,44
Constituição	-	4,88	-	-	-	4,88
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	-	282,32	-	-	-	282,32

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 3.325,36 Reais/mil, sendo composto por 332.536.006 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Conselho Administração	2.567.644	0,77%
Clovis Mancilha Barbosa	167.693	6,53%
Jose Édson Carvalho Coelho	366.307	14,27%
Paulo Sérgio Miranda Gonçalves	132.485	5,16%
Sebastião Sérgio Vitória	139.692	5,44%
Jorge de Paula Ribeiro	513.530	20,00%
David Cagliotti	58.309	2,27%
Igor Alfred Tschizik	1.189.628	46,33%
Conselho Fiscal	1.117.121	0,34%
Rogério dos Santos	18.900	1,69%
José Paulino dos Santos	233.625	20,91%
Vicente de Paulo Pereira	311.500	27,88%
João Carlos Ribeiro dos Santos	459.730	41,15%
Joaquim Camargo Miranda	4.650	0,42%
Manoel Carvalhal Pinto	88.716	7,94%
Total	3.684.765	1,11%
Demais Cotistas	328.851.241	98,89%
Total Geral	332.536.006	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Reserva de Capital

	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	827,46	- 1.879,80
Total	827,46	-1.879,80

Reserva de Lucro

	2017	2016
Reserva Legal	7.474,70	7.549,73
Reserva de Assistência Tec Ed Social	4.103,36	4.085,63
Reserva para Desenvolvimento	923,84	686,88
Total	12.501,89	12.322,23

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2017 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

OBS: A partir do Exercício de 2013 apresentam-se números diferentes entre o Patrimônio Líquido da Contabilidade Societária, o Patrimônio Líquido da Contabilidade Regulatória e o Patrimônio Líquido da Contabilidade Fiscal. Para melhor conciliação, na Contabilidade Regulatória e na Contabilidade Fiscal, a diferença foi contabilizada como OUTRAS RESERVAS. Os números acima apresentados retratam a CONTABILIDADE SOCIETÁRIA.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2017 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Faturado		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta						
Consumidores						
Residencial	4.743	4.609	8.003,25	7.610,74	3.495,75	3.863,95
Industrial	22	24	15.653,58	14.074,69	5.395,55	5.996,42
Comercial	262	263	4.450,25	3.953,11	1.952,22	2.008,51
Rural	1.202	1.208	6.605,63	5.797,89	2.052,42	1.842,82
Poder público	30	31	89,24	103,98	39,77	51,74
Iluminação pública	11	8	1.166,12	1.081,20	303,07	332,62
Serviço público	13	13	527,91	488,32	199,40	220,50
Sub Total	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	13.438,20	14.316,56
Revededores						
Suprimento	0	0	0,00	0,00	-	-
Suprimento - curto prazo	0	0	0,00	0,00	-	-
Sub Total	0	0	0,00	0,00	-	-
Total	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	13.438,20	14.316,56



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

OBS: O valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS+Bandeiras.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2016 a CEDRAP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Legislação Societária			
	Quantidade MWh		R\$ mil	
Supridora	2017	2016	2017	2016
Bandeirante Energia	25.146,86	23.793,68	3.618,86	1.029,82
Elektro	14.196,74	14.127,88	3.158,78	1.276,88
Total	39.343,60	37.921,56	6.777,65	2.306,70

20 Despesas Operacionais

	Legislação Societária			
	Despesas Distribuição		Despesas Administração	
	2017	2016	2017	2016
Energia Comprada	6.342,01	2.512,98	-	-
Pessoal	4.054,25	3.575,94	864,02	942,78
Administradores	-	-	424,53	336,75
Materiais	1.614,70	501,39	176,68	175,15
Serviços de Terceiros	1.686,95	1.462,32	283,48	265,61
Arrendamento e Aluguéis	3,40	-	-	-
Seguros	8,96	56,21	5,49	10,60
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	40,23	37,50
Provisão	137,46	0,60	-	-
(-) Recuperação de Despesas	- 23,70	- 87,64	- 3,55	- 0,01
Tributos	10,56	20,30	16,97	7,50
Depreciação	687,96	627,93	47,73	51,75
Gastos Diversos	1.748,96	225,13	8,43	18,98
Total	16.271,51	8.893,97	1.864,01	1.846,60

21 Despesas Financeiras

	Legislação Societária	
	2017	2016
Multas e Acréscimos Moratórios	23,17	74,79
Passivo Financeiro Setorial	98,65	460,49
Encargos Setoriais	14,94	-
Outras Despesas Financeiras	263,36	30,46
Juros e Variação Monetária	48,95	1,07
Total Despesas Financeiras	449,08	566,81



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício é demonstrada a seguir:

	Legislação Societária	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	208,63	111,00
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	14,02
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	14,02

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2017.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não foi implantado o plano previdenciário e outros benefícios aos empregados da Empresa, até o exercício de 2017.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve transação com partes relacionadas nos exercícios de 2017 e 2016.

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2017 e 2016, exceção feita a aplicações a curtíssimo prazo em 2017, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

7

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros nos exercícios contábeis de 2017 e 2016.

28 Seguros

A CEDRAP tem em vigência apólices de seguro da frota, seguro de vida em grupo de seus funcionários e seguro de vida aos seus diretores.



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

29 Eventos Subsequentes

29.1 Reajuste Tarifário pelos Critérios do Módulo PRORET 8.1 - 2017

Nossa Empresa, regulada pelo Módulo PRORET 8.1, em 22 de agosto de 2017 através da Resolução Homologatória nº 2.295 teve as suas tarifas em média reajustadas em 16,26%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, que estarão em vigor no período de 31 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2018.

Dentro do processo de reajuste tarifário, foi homologado o reposicionamento tarifário com financeiros de 2,76%, sendo 5,94% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -3,18% relativos aos componentes financeiros.

Outro ponto a ser destacado no processo do reajuste tarifário, foi também homologado o valor mensal a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cedrap, no período de agosto de 2017 a julho de 2018, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, valor mensal de R\$ 508.197,36 para compensar a reduzida densidade de carga de mercado.

29.2 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu os patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2017, nosso DEC e FEC figuram dentro da margem regulatória. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, que fomos recertificados passando a vigora até o ano de 2018.

Ano de 2017:

Limites Regulatórios: DEC: 50 FEC 29

Realizado: DEC 31,31 e FEC 18,08

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30 Balanço Social

Recursos Humanos:

Em 2017, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba – CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Também concedeu mensalmente o benefício auxílio-alimentação através do Programa de Alimentação do Trabalhador



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC.ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

– PAT. Manteve, ainda, convênios com Planos de Saúde, vale transporte e seguro de vida em grupo a todos os seus colaboradores.

Responsabilidade Social:

Em 2017 a CEDRAP elaborou junto aos seus colaboradores para que fossem feitas divulgações a seus cooperadores e consumidores as melhores maneiras para que houvesse a economia de energia, através de melhoria nas ligações internas, uma melhor qualidade dos materiais utilizados nas instalações e uma conscientização em relação a classificação de econômica de seus equipamentos.

CIPA CEDRAP:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CEDRAP desenvolve suas atividades abordando e fiscalizando assuntos como: riscos atinentes às funções, uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção, devida identificação e sinalização dos ambientes com risco, entre outros, bem como na divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho.

Tais assuntos têm como objetivo apontar e sugerir soluções para problemas de segurança e saúde, visando à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Os membros da CIPA realizam reuniões mensais no escritório da Empresa, objetivando não apenas cumprir a Norma Regulamentadora nº 05, mas também primar pela segurança dos colaboradores da CEDRAP e demais envolvidos no processo, além de marcarem presença e acompanharem obras e manobras técnicas.

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração do Balanço Social - 2017 e 2016						
(Valores expressos em milhares de reais)						
	2017			2016		
		R\$ mil			R\$ mil	
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)		17.095,93			12.039,71	
Lucro Operacional (LO)		208,63			96,97	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		4.918,26			4.518,72	



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

2 - Indicadores sociais internos	% sobre			% sobre		
	R\$ mil	FPB	RL	R\$ mil	FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	535,74	10,89%	3,13%	556,64	11,32%	3,26%
Encargos sociais compulsórios	1.238,68	25,19%	7,25%	1.087,89	22,12%	6,36%
Entidade de previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	207,24	4,21%	1,21%	190,81	3,88%	1,12%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	97,43	1,98%	0,57%	115,04	2,34%	0,67%
Auxílio creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Vale Transporte	19,58	0,40%	0,11%	21,35	0,43%	0,12%
Outros Benefícios	46,86	0,95%	0,27%	37,81	0,77%	0,22%
Total	2.145,53	43,62%	12,55%	2.009,54	40,86%	11,75%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	40,23	19,28%	0,24%	37,50	17,97%	0,22%
Total de contribuições para a sociedade	40,23	19,28%	0,24%	37,50	17,97%	0,22%
Tributos - excluídos encargos sociais	27,53	13,19%	0,16%	55,77	26,73%	0,33%
Total	67,76	32,48%	0,40%	93,27	44,70%	0,55%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

	2017	2016
5 - Indicadores do corpo funcional	em unidades	em unidades
Empregados no final do período	74	75
Escolaridade dos empregados		
Superior e extensão universitária	27	27
Ensino médio	42	38
Ensino fundamental	5	5
Faixa etária dos empregados		
Abaixo de 30 anos	21	21
De 30 até 45 anos (exclusive)	30	31
Acima de 45 anos	23	25
Admissões durante o período	9	8
Mulheres que trabalham na empresa	15	14
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes	0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa	2	3
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros	0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes	0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física	0	0
Dependentes	108	118
Estagiários	2	10
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	11,17	11,27
Maior remuneração	12,66	11,54
Menor remuneração	1,13	1,02
Acidentes de trabalho	2	1



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CEDRAP refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, sendo que, ao término do exercício de 2017, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 21.858,49 Reais/mil, superior ao ano anterior em 31,65% que foi de R\$ 16.602,77 Reais/mil.

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em 2017 foi de 6.283, já em 2016 foi de 6.156 ocasionando um aumento de 2,06% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2017 importou em R\$ 5.342,80 Reais/mil e no exercício anterior foi de R\$ 4.855,47 Reais/mil, ocasionado um aumento de 10,04% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais – As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2017, foi de R\$ 1.864,01 Reais/mil, superior em 0,94% à do ano anterior que foi de R\$ 1.846,60 Reais/mil.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2017, importou em R\$ 27,99 Reais/mil, enquanto que, no exercício de 2016, houve um Resultado Financeiro R\$ - 65,96 Reais/mil.

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	Legislação Societária	
			2017	2016
1. Liquidez				
Corrente ou comum	AC/PC	R\$	1,92	2,04
Seca	(AC-E)/PC	R\$	1,83	1,97
Absoluta	AD/PC	R\$	0,53	0,76
Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	R\$	1,06	0,97
2. Lucratividade				
Bruta s/ vendas	(LB/VB)x100	%	78,21	72,52
Operacional s/ vendas	(LO/VB)x100	%	49,20	57,38
Líquida s/ vendas	(LL/VB)x100	%	0,62	0,23
Líquida s/ capital	(LL/CS)x100	%	4,08	1,14
Líquida s/ patrimonio líquido	(LL/PL)x100	%	0,94	0,27
3. Rentabilidade				
Retorno líquido s/ investimentos	(LL/AT)x100	%	0,38	0,11



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

4. Endividamento				
Recursos de terceiros no investimento	$[(PC+ELP-ADC)/AT] \times 100$	%	59,80	58,69
Recursos próprios no investimento	$[(PL+REF-ADC)/AT] \times 100$	%	40,20	41,31
5. Investimentos				
Capital fixo aplicado	$(AP/AT) \times 100$	%	36,85	43,04
Capital de risco aplicado	$[(AC+RLP)/AT] \times 100$	%	63,15	56,96
6. Garantias				
Reais s/ capital	$(IM/CS) \times 100$	%	21,62	22,41
Totais s/ capital	$(AP/CS) \times 100$	%	397,24	444,97
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de giro	$(AC-PC)/1.000$	%	3.944,17	4.221,35

Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro Bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prazo	PL = Patrimônio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Rec. Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Aumento p/ Adiant. Capital	DD = Despesa Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Mont. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos e Débitos Fiscais

Segue abaixo tabela com o saldo dos créditos fiscais findo exercício 2017.

Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
CSLL a Recuperar	45,47	-	45,47
IRRF a Recuperar	107,01	-	107,01
ICMS a Recuperar - Parcelamento	57,35	83,73	141,08
ICMS a Recuperar Subsídio Baixa Renda	22,78	-	22,78
ICMS a Recuperar Subsídio Desconto CDE	98,93	-	98,93
Total	331,54	83,73	415,26

Segue abaixo tabela com o saldo dos débitos fiscais findo exercício 2017.

Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
IR a Recolher	0,41	-	0,41
CSLL a Recolher	-	-	-
ICMS a Recolher	270,87	-	270,87
ISS a Recolher	0,07	-	0,07
CSLL/PIS/COFINS	1,28	-	1,28
Total	272,64	-	272,64



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CEDRAP, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CEDRAP está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Bandeirante Energia S.A e a Elektro Eletricidade e Serviços S.A, conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda. Todavia os consumidores da classe Residencial com até 90 KWH /MÊS estão isentos deste tributo conforme Decreto 50.473 de 20 de janeiro de 2006.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2017 na CEDRAP.

37 Revisão Tarifária Periódica – Terceiro Ciclo - Fato Relevante

A CEDRAP terá o processo de Revisão Tarifária Periódica - Terceiro Ciclo ocorrerá somente no ano de 2020.

38 Ganhos Contingentes

A CEDRAP não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM, Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Descrição	IRT 2014	IRT 2015	Revisão 2016	IRT 2017
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	39.228,57	41.745,57	57.557,64	61.644,89
(2) Obrigações Especiais Brutas	11.395,69	13.405,24	-	14.932,20
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.218,06	3.991,59	2.314,23	19.947,50
(4) Base de Remuneração Bruta = (1) - (2) - (3)	26.614,82	24.348,74	55.243,41	26.765,18
(5) Depreciação Acumulada	11.337,40	12.395,14	14.181,56	18.556,72
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	15.277,42	11.953,60	43.376,08	8.208,46
(7) Obrigações Especiais Líquidas	12.419,43	14.435,90	-	12.640,69
(8) Terrenos e Servidões	13,64	13,64	-	11,71
(9) Almoxarifado em Operação	1.225,49	1.099,72	172,67	855,59
(10) Base de Remuneração Líquida = (1) - (5) - (7) + (8) + (9)	16.710,87	16.027,89	43.548,75	31.314,78
(11) Taxe de Depreciação	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	1.987,39	1.120,13	2.209,74	1.191,41
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	630,00	604,25	1.641,79	1.252,59

40 Reajuste Tarifário

As tarifas de aplicação da CEDRAP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.151 de 30 de setembro de 2016, alteradas pela Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, ficam em média reajustadas em 16,26%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores e usuários supridos pela distribuidora.

As novas tarifas de aplicação começaram a vigorar no período de 31 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2018.

A presente revisão efetuou a nova composição de nossa PARCELA B.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinado à nossa Empresa.

Foi homologado o valor mensal de R\$ 508.197,36, a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no período de agosto de 2017 a julho de 2018, para compensar a reduzida densidade de carga de seu mercado, conforme previsto no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996.

Referente aos componentes financeiros, os itens contemplados foram: o repasse de PIS e COFINS, Neutralidade dos Encargos Setoriais, Ajuste Financeiro referente recálculo Reajuste/Revisão de anos anteriores, Compensação de DIC/FIC e a Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias.

41 Notas não divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuem movimentação, sendo:



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

- Comodato;
- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Debêntures;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial;

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Conforme determinação regulatória legal, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 1119.1.09. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor à receber sobre os subsídios: a) Subsídio Tarifa de Equilíbrio; b) Subsídio Desconto Conexão de Consumidores Livres e Potencialmente Livres; c) Subsídios Conexão Produtor Independente de Energia; d) Subsídios Suprimento Permissionária; e) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto; e f) Subsídio Consumidores Rurais.

Tais subsídios em dezembro/2017 somam um valor a receber de: 999,91 R\$/mil.

43 Conciliação do Índice do EBTIDA/LAJIDA

A fim de possibilitar a reconciliação do Lucro Líquido com o LAJIDA, apresentamos a tabela a seguir:

	2017	2016
Lucro/Prejuízo Líquido	135,61	38,07
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	-	14,02
Depreciação e Amortização	735,69	679,68
	871,30	731,77

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Balanço Regulatório x Societário x Fiscal						
BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		8.247,04	-	8.247,04	-	8.247,04
Caixa e equivalentes de caixa		2.298,71	-	2.298,71	-	2.298,71
Consumidores	14.1	3.332,83	-	3.332,83	-	3.332,83
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		75,08	-	75,08	-	75,08
Tributos compensáveis		331,54	-	331,54	-	331,54
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		356,78	-	356,78	-	356,78
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	234,45	-	234,45	-	234,45
Despesas pagas antecipadamente		22,65	-	22,65	-	22,65
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.595,01	-	1.595,01	-	1.595,01
Ativo não circulante		47.298,88	- 19.699,15	27.599,73	-	27.599,73
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		83,73	-	83,73	-	83,73
Depósitos judiciais e cauções		282,32	-	282,32	-	282,32
Investimentos temporários		1.330,94	-	1.330,94	-	1.330,94
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	12.693,01	12.693,01	-	12.693,01
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	45.599,91	- 44.880,92	718,99	-	718,99
Intangível	14.5	1,99	12.488,76	12.490,75	-	12.490,75
Total do ativo		55.545,92	- 19.699,15	35.846,77	-	35.846,77



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Balanço Regulatório x Societário x Fiscal						
BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Passivo						
Passivo circulante		4.302,86	-	4.302,86	-	4.302,86
Fornecedores		1.801,34	-	1.801,34	-	1.801,34
Empréstimos, financiamentos e debêntures		118,84	-	118,84	-	118,84
Obrigações sociais e trabalhistas		779,68	-	779,68	-	779,68
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		272,64	-	272,64	-	272,64
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		492,45	-	492,45	-	492,45
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	367,95	-	367,95	-	367,95
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		469,96	-	469,96	-	469,96
Passivo não circulante		17.133,04	-	17.133,04	-	17.133,04
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		283,85	-	283,85	-	283,85
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.059,43	-	1.059,43	-	1.059,43
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		15.789,75	-	15.789,75	-	15.789,75
Total do passivo		21.435,90	-	21.435,90	-	21.435,90



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Balanço Regulatório x Societário x Fiscal						
BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Patrimônio líquido						
Capital social		3.325,36	-	3.325,36	-	3.325,36
Reservas de capital		827,46	-	827,46	-	827,46
Outros resultados abrangentes		19.699,15	- 19.699,15	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	0,00		- 0,00		- 0,00
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		12.596,76	-	12.596,76	-	12.596,76
Sobras à disposição da Assembleia	-	2.338,71	-	- 2.338,71	-	- 2.338,71
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		34.110,02	- 19.699,15	14.410,87	-	14.410,87
Total do passivo e do patrimônio líquido		55.545,92	- 19.699,15	35.846,77	-	35.846,77



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Resultado Regulatório x Societário x Fiscal						
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FISCAL DO EXERCÍCIO 2017						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		21.858,49	-	21.858,49	-	21.858,49
Fornecimento de energia elétrica		7.935,08	-	7.935,08	-	7.935,08
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia elétrica de curto prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.235,09	-	9.235,09	-	9.235,09
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.000,77	-	1.000,77	-	1.000,77
Serviços cobráveis		30,16	-	30,16	-	30,16
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		3.657,39	-	3.657,39	-	3.657,39
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-
Tributos	-	3.015,82	-	3.015,82	-	3.015,82
ICMS	-	2.738,97	-	2.738,97	-	2.738,97
PIS-PASEP	-	49,30	-	49,30	-	49,30
COFINS	-	227,55	-	227,55	-	227,55
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	-	1.746,73	-	1.746,73	-	1.746,73
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	-	1.020,88	-	1.020,88	-	1.020,88
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	-	-	-
Taxa de Fiscalização	-	30,14	-	30,14	-	30,14
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos	-	695,71	-	695,71	-	695,71
Receita líquida / Ingresso líquido		17.095,93	-	17.095,93	-	17.095,93
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	-	6.342,01	-	6.342,01	-	6.342,01
Energia elétrica comprada para revenda	-	6.342,01	-	6.342,01	-	6.342,01
Energia elétrica comprada para revenda - Proinfra		-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		10.753,93	-	10.753,93	-	10.753,93



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Resultado Regulatório x Societário x Fiscal						
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FISCAL DO EXERCÍCIO 2017						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		- 11.377,45	804,17	-10.573,29	-	-10.573,29
Pessoal e administradores	-	5.342,80	-	- 5.342,80	-	- 5.342,80
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material	-	1.791,38	-	- 1.791,38	-	- 1.791,38
Serviços de terceiros	-	1.970,43	-	- 1.970,43	-	- 1.970,43
Arrendamento e aluguéis	-	3,40	-	- 3,40	-	- 3,40
Seguros	-	14,45	-	- 14,45	-	- 14,45
Doações, contribuições e subvenções	-	40,23	-	- 40,23	-	- 40,23
Provisões	-	137,46	-	- 137,46	-	- 137,46
(-) Recuperação de despesas		27,25	-	27,25	-	27,25
Tributos	-	27,53	-	- 27,53	-	- 27,53
Depreciação e amortização	-	1.539,86	804,17	- 735,69	-	- 735,69
Gastos diversos da atividade vinculada	-	274,83	- 1.482,57	- 1.757,40	-	- 1.757,40
Outras Receitas Operacionais		119,45	1.482,57	1.602,02	-	1.602,02
Outras Gastos Operacionais	-	381,80	-	- 381,80	-	- 381,80
Resultado da Atividade		- 623,52	804,17	180,64	-	180,64
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		27,99	-	27,99	-	27,99
Despesas financeiras	-	449,08	-	- 449,08	-	- 449,08
Receitas financeiras		477,07	-	477,07	-	477,07
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		- 595,53	804,17	208,63	-	208,63
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade		- 595,53	804,17	208,63	-	208,63
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	73,02	- 73,02	-	73,02
Resultado líquido do exercício		- 595,53	731,14	135,61	-	135,61
Atribuível aos:						
Cotistas		-	-	135,61	-	135,61
Lucro por ação		-	-	-	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade		-	-	-	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba										
CNPJ nº 60.196.987/0001-93										
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016										
(Valores expressos em milhares de reais)										
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Societário										
	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total	
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,00	- 1.009,86	-	-	0,00	12.263,33	163,47	-	14.741,93	
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,26	-	-	-	-	-	-	-	0,26	
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	38,07	-	38,07	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71	
FATES	-	-	-	-	-	41,33	-	-	41,33	
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	869,94	-	-	-	-	232,91	-	637,03	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	5,86	-	-	5,86	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.325,27	- 1.879,80	-	-	0,00	12.322,23	434,44	-	14.202,14	
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09	
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	28,97	-	28,97	
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	75,03	-	-	75,03	
FATES	-	-	-	-	-	17,73	-	-	17,73	
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	2.707,27	-	-	-	-	2.707,27	-	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	236,96	-	-	236,96	
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.325,36	827,46	-	-	0,00	12.501,89	2.243,85	-	14.410,87	



COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA

Empresa Certificada ISO 9001:2008

CNPJ: 60.196.987/0001-93
INSC. ESTADUAL: 504.005.697.116

site: www.cedrap.com.br
e-mail: contato@cedrap.com.br

45 Quotas da CDE Repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás

	Saldo 2016	Realizado 2016	Recebido 2016	A Receber 2017
Subvenção CDE - Rural a Receber	150,10	1.754,31	1.634,73	269,68
Subvenção CDE - Água e Esgoto a Receber	28,33	86,20	109,33	5,21
Subvenção CDE - Densidade Demografica	-	4.290,00	3.653,89	636,12
DMR - Diferença Mensal de Receita	45,18	99,97	56,24	88,91
Total	223,61	6.230,49	5.454,18	999,91

46 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.

Clovis Mancilha Barbosa
Presidente

Rogério Faria Vilela
Gerente Administrativo

André de Araújo Coelho
Contador
1SP238100/O-2



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal desta Cooperativa, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com o assessoramento de informações suplementares e explicações obtidas junto aos responsáveis operacionais e a Diretoria, procedemos a análise sistemática das operações através de verificações dos documentos, inspeções e outras investigações nas áreas de atividades operacionais e administrativas da Cooperativa, relativas ao exercício de 2017.

Baseados nos exames efetuados, somos do parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos Senhores Associados.

Paraibuna, 22 de fevereiro de 2018.



Rogério dos Santos



José Paulino dos Santos



Vicente de Paulo Pereira

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

**Relatório de Auditoria das Demonstrações
Contábeis do Exercício Findo em 31 de
Dezembro de 2017.**

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

Fevereiro / 2018

Campinas, 15 de fevereiro de 2018.

Ao
Conselho de Administração da:

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA - CEDRAP**

Estivemos nas dependências da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP**, realizando trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de Auditoria e, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir, apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas demonstrações contábeis e que compreendem:

Balanco Patrimonial;
Demonstração do Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC;
Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
Notas Explicativas da Administração;
Relatório dos Auditores Independentes; e
Relatório de Recomendações dos Auditores Independentes para Aprimoramento dos Controles Internos – “RRAI”.

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017.

Para melhor compreensão o relatório está dividido nas seguintes seções:

I- BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo
Passivo

II- DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

III- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

IV- DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - DFC

V- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

VI- NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

VII- RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

VIII- RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS – “RRAI”

SEÇÃO I

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP.

Balço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais)

	Societário	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	8.247,04	8.270,82
Caixa e equivalentes de caixa	2.298,71	3.096,25
Consumidores	3.332,83	2.757,08
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	75,08	874,44
Tributos compensáveis	331,54	204,80
Depósitos judiciais e cauções		
Almoxarifado operacional	356,78	275,20
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	234,45	455,22
Despesas pagas antecipadamente	22,65	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.595,01	607,82
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	27.599,73	26.105,76
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	83,73	63,39
Depósitos judiciais e cauções	282,32	277,44
Investimentos temporários	1.330,94	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	12.693,01	10.964,41
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	4,00
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	718,99	745,14
Intangível	12.490,75	14.051,38
Total do ativo	35.846,77	34.376,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEÇÃO I

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP.

Balanco Patrimonial em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais)

Passivo	2017	2016
Passivo Circulante	4.302,86	4.049,47
Fornecedores	1.801,34	273,21
Empréstimos, financiamentos e debêntures	118,84	153,42
Obrigações sociais e trabalhistas	779,68	573,23
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	272,64	206,50
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	492,45	234,66
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	367,95	1.018,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	469,96	1.590,38
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	17.133,04	16.124,96
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	283,85	402,70
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.059,43	1.526,38
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	15.789,75	14.195,89
Total do passivo	21.435,90	20.174,44
Patrimônio líquido	14.410,87	14.202,14
Capital social	3.325,36	3.325,27
Reservas de capital	827,46	- 1.879,80
Outros resultados abrangentes	-	-
Reservas de lucros	-	-

Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	- 0,00	- 0,00
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	10.049,41	12.718,61
Sobras à disposição da Assembleia	208,63	38,07
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	14.410,87	14.202,14
Total do passivo e do patrimônio líquido	35.846,77	34.376,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEÇÃO II

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO AO ALTO PARAIBA – CEDRAP.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais)

	Societário	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	21.858,49	16.602,77
Fornecimento de energia elétrica	7.935,08	4.131,36
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.235,09	10.163,82
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	1.000,77	427,06
Serviços cobráveis	30,16	29,81
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-
Outras receitas	3.657,39	1.850,73
Tributos	- 3.015,82	- 2.556,08
ICMS	- 2.738,97	- 2.320,18
PIS-PASEP	- 49,30	- 42,01
COFINS	- 227,55	- 193,89
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	- 1.746,73	- 2.006,98
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	36,25
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	35,98
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	- 1.020,88	1.665,27
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	- 30,14	38,32
Outros encargos	- 695,71	231,16
Receita líquida / Ingresso líquido	17.095,93	12.039,71
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	- 6.342,01	- 2.512,98
Energia elétrica comprada para revenda	- 6.342,01	2.512,98
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-

Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.753,93	9.526,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	- 10.573,29	- 9.349,78
Pessoal e administradores	- 5.342,80	- 4.855,47
Material	- 1.791,38	- 676,54
Serviços de terceiros	- 1.970,43	- 1.727,93
Arrendamento e aluguéis	- 3,40	-
Seguros	- 14,45	- 66,81
Doações, contribuições e subvenções	- 40,23	- 37,50
Provisões	- 137,46	0,60
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	27,25	87,65
Tributos	- 27,53	- 27,80
Depreciação e amortização	- 735,69	- 679,68
Gastos diversos	- 1.757,40	- 244,11
Outras Receitas Operacionais	1.602,02	- 320,98
Outras Despesas Operacionais	- 381,80	- 801,21
Resultado da Atividade	180,64	176,95
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	27,99	- 65,96
Despesas financeiras	- 449,08	- 566,81
Receitas financeiras	477,07	500,85
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	208,63	111,00
Despesa com impostos sobre os lucros	-	- 14,02
Resultado líquido das operações em continuidade	208,63	96,97
Operações descontinuadas	- 73,02	- 58,90
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	- 73,02	- 58,90
Resultado líquido do exercício	135,61	38,07
Atribuível aos:		
Cotistas	135,61	38,07

Lucro por ação	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEÇÃO III

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO AO ALTO PARAIBA – CEDRAP.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,00	- 1.009,86	-	-	- 0,00	12.263,33	163,47	-	14.741,93
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,26	-	-	-	-	-	-	-	0,26
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	38,07	-	38,07
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71
FATES	-	-	-	-	-	41,33	-	-	41,33
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	- 869,94	-	-	-	-	232,91	-	- 637,03
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	5,86	-	-	5,86
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,27	- 1.879,80	-	-	- 0,00	12.322,23	434,44	-	14.202,14
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	28,97	-	28,97
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	75,03	-	-	75,03
FATES	-	-	-	-	-	17,73	-	-	17,73

Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	2.707,27	-	-	-	-	2.707,27	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	236,96	-	-	236,96
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.325,36	827,46	-	-	0,00	12.501,89	2.243,85	-	14.410,87

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEÇÃO IV

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – CEDRAP

Demonstração do Fluxo de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em milhares de Reais)

	Societário	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(498,00)	445,20
Fornecimento de Energia	16.934,87	14.494,66
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	3.164,15	182,37
Outros Recebimentos Operacionais	333,76	1.956,98
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.458,69)	(4.698,25)
Fornecedores - Energia Elétrica	(4.620,79)	(2.098,31)
Salários e Encargos Sociais	(4.263,08)	(4.268,99)
Tributos sobre a Receita - Federais	(416,30)	(281,09)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.770,02)	(2.238,04)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	(9,35)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.823,77)	(2.020,54)
Outras Despesas Operacionais	(1.578,12)	(574,25)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(100,47)	(24,06)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(100,47)	(24,06)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(598,47)	421,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(199,07)	(194,50)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(199,07)	(194,50)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(797,55)	226,64
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
No início do exercício	3.096,25	2.869,61
No fim do exercício	2.298,71	3.096,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEÇÃO V

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – CEDRAP

**Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Findos em 31 de
dezembro de 2017. (Valores expressos em milhares de Reais)**

	Legislação Societária	
	2017	
Receitas		21.721,03
Venda de energia e serviços		20.857,72
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	137,46
Resultado não operacional		1.000,77
(-) Insumos adquiridos de terceiros	-	5.634,86
Insumos consumidos		-
Outros insumos adquiridos	-	1.873,04
Material e serviços de terceiros	-	3.761,82
(=) Valor adicionado bruto		16.086,18
(-) Quotas de reintegração	-	6.342,01
(=) Valor adicionado líquido		9.744,17
(+) Valor adicionado transferido		27,99
Receitas (Despesas) financeiras		27,99
Resultado da equivalência patrimonial		-
(=) Valor adicionado a distribuir		9.772,16
Distribuição do valor adicionado:		
Pessoal		4.578,40
Remunerações		2.955,10
Encargos sociais (exceto INSS)		474,28
Entidade de previdência privada		-
Auxílio alimentação		535,74
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária		-
Provisão para gratificação		-
Convênio assistencial e outros benefícios		367,16
Participação nos resultados		-
Custos imobilizados		198,23
Provisão trabalhista		47,90
		-
Governo		5.526,95

INSS (sobre folha de pagamento)	764,39
ICMS	2.738,97
Imposto de renda e contribuição social	-
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	2.023,59
Financiadores	-
Juros e variações cambiais	-
Aluguéis	-
Acionistas	-
Remuneração do capital próprio	-
Lucros retidos	-
Valor adicionado (médio) por empregado	125,28

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

SEÇÃO VI

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA – CEDRAP**

Notas Explicativas

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

1 Contexto Operacional

A CEDRAP é uma cooperativa, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a Distribuição e Comercialização de Energia, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e pelo Ministério de Minas e Energia. A Permissionária está autorizada a participar de consórcios ou companhias, em conjunto com empresas públicas e/ou privadas, com o objetivo de desenvolver atividades nas áreas de energia, observada a legislação aplicável.

2 Das Permissões

A CEDRAP detém permissão válida até o ano 2028, para a Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, em sua área de permissão, nos Municípios de Paraibuna, Jambuí, Santa Branca, Redenção da Serra, Natividade da Serra, Caraguatatuba e Salesópolis, no Estado de São Paulo, conforme contrato de Permissão nº 001/2008 assinado em 20/06/2008. Atualmente, (base Dezembro/2017), possui 6.283 consumidores divididos em 4.743 consumidores residencial (75,49%), 262 consumidores comercial (4,17%), 22 consumidores industrial (0,35%), 1.202 consumidores rural (19,13%), 30 consumidores poderes públicos (0,48%), 11 consumidores iluminação pública (0,18%), 13 consumidores serviço público (0,21%) e não atendemos a nenhum “Consumidor Livre”. O prazo concedido neste contrato com o Poder Concedente tem sua vigência do dia 20/06/2008 até o dia 19/06/2028.

3 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com a Legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, observando rigorosamente as exigências contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001, respeitando também, nossa particularidade como Empresa de Responsabilidade Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Cooperativa adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando alinhado às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB – (International Accounting Standard Board) com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011, com aplicação retrospectiva a 01 de janeiro de 2010 para fins de comparabilidade.

Conforme determinação da SFF/ANEEL, com o intuito de buscar a harmonização com as normas internacionais de contabilidade, destacaram as transferências do Ativo Imobilizado Vinculado para o Grupo Intangível e Ativo Financeiro conforme ICPC 01 e OCPC 05, determinados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Como o ICPC 01 não foi aprovado pela SFF/ANEEL, seus efeitos figuram somente nas Demonstrações Societárias. Em 2011 entrou em vigor a Contabilidade Regulatória, instituída pela Resolução ANEEL nº 396/2010. Orientações complementares foram expedidas pela SFF/ANEEL através dos Despachos: nº 4.722/2009, nº 4.097/2010, nº 4.991/2011, nº 155/2013, nº 4.413/2013, nº 4786/2014 e nº 245/2016.

A adoção deste procedimento resultou na reclassificação para o Ativo Intangível de R\$ 12.490,75 R\$/mil e para Ativos Financeiros de R\$ 12.693,01 R\$/mil.

Para fins dos cálculos Tributários, conforme determinações da Instrução Normativa nº 1397/2013 da Receita Federal, que estabelece um regime transitório até a entrada em vigor da MP 627 em 2015 (opcionalmente em 2014), utilizamos o regime tributário baseado nos Resultados obtidos pelos critérios utilizados até 2007, convergidos através do RTT - Regime Tributário Transitório.

4 Principais Práticas Contábeis

. Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Estão, quando aplicável, demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis (Nota 5).

. Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada até 31 de dezembro de 2017, contabilizado com base no regime de competência.

. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber, de acordo com as Instruções contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE (Nota 6).

. Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e, aqueles destinados a investimentos, estão classificados no Ativo Imobilizado em Cursos pelo custo de aquisição e, também, controlados pelo custo médio.

. Investimentos

A CEDRAP não possui outros investimentos, senão em seu próprio Imobilizado, destinado ao Serviço Público de Energia Elétrica.

• **Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro – TUC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 674/2015, às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI – Taxas de Depreciação. Salientamos que, em virtude da harmonização com as Normas Internacionais de Contabilidade, em função de nosso Ativo Imobilizado ser vinculado a Concessão, todo o ativo diretamente ligado à Distribuição de energia elétrica foi reclassificado para o Grupo de Intangíveis (os que já estão reintegrados até o final da Permissão) e para o Grupo de Ativo Financeiro da Permissão a receber (para aqueles não reintegrados até o Final do prazo da Permissão).

• **Imposto de renda diferido**

A CEDRAP não diferiu nenhum Imposto no exercício de 2017 ou anterior.

• **Plano de complementação de aposentadoria e pensão.**

A CEDRAP não possui Planos Complementares de Aposentadoria e Pensão.

• **Apuração do resultado**

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

• **Outros direitos e obrigações**

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

• **Estrutura das demonstrações contábeis**

Com referência às novas implementações na estrutura das demonstrações contábeis, em face de harmonização internacional e, em virtude do atendimento do Ofício de Encerramento nº 2.775/2008 – SFF/ANEEL, nº 4.097/2010 – SFF/ANEEL e Despacho ANEEL nº 4.722/2009, nº 4.991/2011, nº 155/2013 e nº 4.413/2013, aplicou-se a mudança nos quadros do Ativo e Passivo, incluindo os subgrupos Ativo não Circulante e Passivo não Circulante, excluindo-se o grupo de Ativo Permanente, conforme determinação do Órgão Regulador.

Vale salientar que no exercício de 2012, a SFF/ANEEL determinou que, no Balanço Regulatório, fossem utilizados modelos diferenciados com a exposição das informações de forma direcionada a apuração de dados tarifários e que demonstrem o equilíbrio econômico-financeiro da Permissão. Adicionalmente, incluiu no rol das Demonstrações Contábeis, as chamadas Notas Conciliatórias que demonstram os ajustes efetuados entre o Balanço Societário e o Balanço Regulatório. Todos os quadros que compõem o Balanço Regulatório, a partir deste exercício, deverão, também, serem auditados pelo mesmo Auditor Independente

das Demonstrações Contábeis Societárias, conforme Manual expedido pela ANEEL exclusivamente para esse fim.

Conforme Ofício Circular nº 364/2012, a ANEEL desobriga as Permissionárias/Concessionárias a publicar as Demonstrações Contábeis Regulatórias e Despacho ANEEL nº 575/2013 dispensa as Cooperativas Permissionárias de publicarem suas demonstrações contábeis societárias e regulatórias em qualquer tipo de jornal, devendo apenas disponibilizá-las no sítio eletrônico da Permissionária e encaminhá-las à SFF para posterior divulgação na CIEFSE .

Até o presente momento, a apuração da base tributária, conforme Instrução Normativa nº 1397/2013, é idêntica ao DRER, porém, divergente nos quadros do Ativo e Passivo Regulatório, em função de não possuir a contabilização da Reavaliação Regulatória Compulsória. Neste sentido, e, com o intuito de atender ao disposto na citada Instrução Normativa, demonstraremos ao final, Nota Explicativa contendo os quadros de Ativo Fiscal, Passivo Fiscal e Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal.

5 Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários

A Permissionária possui o montante de R\$ 3.562,85 Reais/mil em Títulos e Valores Mobiliários, devidamente contabilizados, desdobrados conforme demonstramos a seguir:

Instituição	Tipo de Aplicação	Vencimento	Remuneração	Legislação Societária	
				2017	2016
Santander	Contamax	Indeterminado	CDB	1.348,75	242,49
Santander	Renda Fixa	05/07/2017	CDB / RDB	-	1.130,23
Santander	Renda Fixa	24/07/2017	CDB / DI	-	66,27
Santander	Renda Fixa	23/03/2018	CDB / DI	-	154,75
Santander	Renda Fixa	23/03/2018	CDB / DI	567,12	-
Santander	Poupança	Indeterminado		1,56	1,48
Santander	Renda Fixa	09/07/2018	CDB / DI	763,82	696,66
Santander	Fundos Investimentos	Indeterminado	Curto Prazo	39,04	55,06
Banco do Brasil	Fundos Investimentos	Indeterminado	Curto Prazo	833,58	730,48
Banco Itaú	Invest Plus	Indeterminado	Curto Prazo	4,08	0,74
Bradesco	Invest Plus	Indeterminado	Curto Prazo	4,90	0,53
TOTAL				3.562,85	3.078,69

6 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Os valores referentes a Consumidores, Concessionárias e Permissionárias dos períodos de 2016 e 2015, estão assim elencados, a seguir:

Legislação Societária

Consumidores	2017	2016
Faturados	2.655,45	1.996,13
Não Faturados	613,60	541,19
Sub Total	3.269,06	2.537,32
Concessionárias	-	-
Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito da CCEE	-	-
Sub Total	-	-
Total	3.269,06	2.537,32

DESCR IÇ Ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2017	Total 2016	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Devedores Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA A VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos			
	Até 30 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Residencial	563,36	41,08	3,89	11,88	57,43	10,18	- 105,14	-	-	-	-	-	-	582,67	422,79
Industrial	949,50	27,58	2,46	3,12	68,17	1,10	- 102,93	-	-	-	-	-	-	949,00	734,13
Comercial	283,46	28,86	-	1,01	42,51	0,03	- 71,92	-	-	-	-	-	-	283,96	219,89
Rural	253,71	11,65	2,17	4,61	64,21	3,05	- 94,06	-	-	-	-	-	-	245,34	204,50
Poderes Públicos	5,91	0,35	-	0,31	-	0,28	-	-	-	-	-	-	-	6,84	4,79
Iluminação Pública	67,84	28,49	3,52	10,21	55,23	34,82	- 55,23	-	-	-	-	-	-	144,89	97,03
Serviço Público	17,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,94	17,15
Taxado	4,19	-	-	-	-	-	- 1,19	-	-	-	-	-	-	3,00	- 7,80
Fornecimento Não Faturado	613,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	613,60	541,19
Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.759,52	138,01	12,05	31,13	287,55	49,45	- 430,47	-	-	-	-	-	-	2.847,24	2.233,67

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa das Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos Normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos há mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos há mais de 180 dias;
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencidos há mais de 360 dias.

Conforme determinação Regulatória, apropriamos na Conta 1119.1.09, o valor concedido a título de descontos regulatórios, a ser reembolsado pela ELETROBRAS, via Subsídio CDE, bem como o valor de Subsídio Redução Equilibrada de Tarifas publicada pela ANEEL em função da determinação da concessão de descontos gerais aos nossos consumidores implementados pela política governamental.

Tais subsídios a receber, em dezembro/2017, importavam em: 999,91 R\$/mil.

7 Imobilizado

Segue quadro de conciliação do Ativo Imobilizado Regulatório com o Ativo Imobilizado Societário.

	Legislação Societária	
	2017	2016
Imobilizado em Serviço Societário	1.634,42	1.523,28
Depreciação Imobilizado Societário	- 915,44	- 778,14
Imobilizado em Curso Societário	-	-
Sob Total	718,99	745,14
Intangível em Serviço Societário	11.386,32	11.439,68
Amortização Intangível Societário	- 92,05	- 91,22
Intangível em Curso Societário	1.196,48	2.702,92
Sob Total	12.490,75	14.051,38
Reavaliação Regulatória Compulsória	29.710,81	30.919,14
Depreciação Reavaliação Regulatória Compulsória	- 10.011,67	- 9.274,10
Ativo Financeiro da Permissão	12.693,01	10.964,41
Sub Total	32.392,16	32.609,45
Total	45.601,90	47.405,97
Ativo Imobilizado Societário	745,14	745,14
Ativo Imobilizado Regulatório	45.601,90	47.405,97

A partir de 2010, foram reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo o OCPC 05 onde: “De acordo com os contratos de concessão,

consideram-se bens vinculados àqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos”.

- Ativo intangível

Foram reclassificados para o ativo intangível os valores referentes ao imobilizado residual, onde estes têm sua reintegração total realizada dentro da concessão do serviço público conforme abaixo.

Intangíveis	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido 2017	Valor Líquido 2016
Em Serviço	11.386,32	- 92,05	11.294,27	11.348,46
Em Curso	1.196,48	-	1.196,48	2.702,92
Total	12.582,80	- 92,05	12.490,75	14.051,38

- Ativo Financeiro

Reclassificado para o Ativo Financeiro os valores referentes ao imobilizado residual que estão além do prazo final da Concessão do Serviço Público no valor de 12.693,01 R\$/mil.

8 Ativo e Passivo Setorial Financeiro

Em 31 de Dezembro de 2017, conforme MCSE os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais possuíam os seguintes saldos:

Ativo Financeiro Setorial:

Neutralidade Parcela A	2017	2016
Neutralidade Parcela A - PROINFA Ativa - 2015/2016	-	13,16
Neutralidade Parcela A - TFSEE Ativa - 2015/2016	-	1,57
Neutralidade Parcela A - CDE Ativa 2016/2017	10,44	240,76
Neutralidade Parcela A - PROINFA Ativa 2016/2017	-	8,83
Neutralidade Parcela A - TFSEE Ativa 2016/2017	-	1,17
Total Neutralidade Parcela A	10,44	265,50
Outros Ativos		
Neutralidade Parcela A - CDE Ativa 2017/2018	27,14	-
Neutralidade Parcela A - PROINFA Ativa 2017/2018	2,56	-
Neutralidade Parcela A - TFSEE Ativa 2017/2018	5,29	-
IF Implantação 367	120,86	120,86
IF Cusd Energia (Pis/Cofins)	68,15	68,86
(-) Ativo Financeiro Setorial	-	-
Total Outros Ativos	224,01	189,72
Total Ativo Setorial Financeiro	234,45	455,22

Passivo Financeiro Setorial:

Neutralidade Parcela A	2017	2016
Neutralidade Parcela A - CDE Passiva - 2015/2016	-	27,26
Neutralidade Parcela A - PROINFA Passiva - 2016/2017	-	6,84
Neutralidade Parcela A - TFSEE Passiva - 2016/2017	1,03	-
Neutralidade Parcela A - PROINFA Passiva - 2017/2018	13,13	-
Total Neutralidade Parcela A	14,16	34,09
Devoluções Tarifárias		
Ressarcimento de Reposição na Revisão Tarifária	295,41	371,45
Total Devoluções Tarifárias	295,41	371,45
Outros Passivos		
Bandeiras Faturadas a Recolher	-	40,75
Bandeiras Tarifárias Credoras 2015/2016	-	555,94
Bandeiras Tarifárias Credoras 2016/2017	0,06	-
Multa LPT Ciclo 2016/2017	37,07	-
Neutralidade Parcela A - CDE Passiva - 2017/2018	5,36	-
Neutralidade Parcela A - PROINFA Passiva - 2017/2018	1,53	-
Neutralidade Parcela A - TFSEE Passiva - 2017/2018	0,07	-
Ajuste IF Compensação DIC/FIC	14,28	15,84
(-) Passivos Regulatórios - IFRS	-	-
Total Outros Passivos	58,37	612,53
Total Passivo Setorial Financeiro	367,95	1.018,07

9 Fornecedores

Legislação Societária		
Fornecedores	2017	2016
Bandeirante Energia	526,03	83,29
Elektro	360,13	104,00
Proinfa	21,85	22,91
Bandeirante Energia Residual Tarifário	760,00	-
Total Suprimento Energia	1.668,02	210,19
Materiais e Serviços	133,32	63,01
Total Materiais e Serviços	133,32	63,01
Total	1.801,34	273,21

10 Empréstimos e Financiamentos

	Circulante	Longo Prazo	Total	
			2017	2016
Moeda Estrangeira	-	-	-	-
Sub Total	-	-	-	-
Moeda Nacional				
Financiamento RGR - Luz p/ Todos	118,84	283,85	402,70	556,12
Sub Total	118,84	283,85	402,70	556,12
Total	118,84	283,85	402,70	556,12

11 Taxas Regulamentares

Demonstramos abaixo as Taxas Regulamentares sob responsabilidade de nossa Empresa, referente aos exercícios 2017 e 2016.

Legislação Societária		
	2017	2016
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	49,97	45,29
Programa de Eficiência Energética - PEE	110,35	100,09
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	76,67	89,28
Taxa de Fiscalização - TFSEE	1,07	-
Bandeira Tarifária a Recolher	254,39	-
Total	492,45	234,66

A partir de 4 de maio de 2016, de acordo com o disposto na Lei nº 13.280 de 3 de maio de 2016, ficam isentas dos investimentos em P&D e EE estabelecidos pela Lei nº 9.991/200 as Permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica cuja energia vendida anualmente seja inferior a 500 GWh (quinhentos gigas watts hora). Mediante isto e com base no Despacho nº 1.227 de 27 de maio de 2015, que classificou a CEDRAP como agente com mercado inferior a 500 GWh/ano, os valores acima listados relacionados a este item têm valor acumulado até o mês de 05/2016.

12 Tributos e Contribuições Sociais – Não Circulante

A CEDRAP possui em seu Ativo Realizável não Circulante 83,73 R\$/mil de crédito de ICMS sob compras para ativo imobilizado em 48 avos.

Já no passivo não possuímos saldo no Longo Prazo.

13 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não há Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos na CEDRAP no exercício de 2017 e anteriores.

14 Provisões para Contingências

• Contingências Trabalhistas

No exercício de 2017 não houve contingências trabalhistas a provisionar.

• Contingências Cíveis

No exercício de 2017 não houve contingências cíveis a provisionar, foi mantido o saldo do exercício anterior.

• Contingências Ambientais

No exercício de 2017 não houve contingências ambientais a provisionar.

- **Contingências Regulatórias**

No exercício de 2017 não houve contingências regulatórias a provisiona.

- **Contingências Fiscais**

No exercício de 2017 não houve contingências regulatórias a provisiona.

	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórias	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	-	277,44	-	-	-	277,44
Constituição	-	4,88	-	-	-	4,88
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	-	282,32	-	-	-	282,32

15 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 3.325,36 Reais/mil, sendo composto por 332.536.006 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Conselho Administração	2.567.644	0,77%
Clovis Mancilha Barbosa	167.693	6,53%
Jose Édson Carvalho Coelho	366.307	14,27%
Paulo Sérgio Miranda Gonçalves	132.485	5,16%
Sebastião Sérgio Vítório	139.692	5,44%
Jorge de Paula Ribeiro	513.530	20,00%
David Gagliotti	58.309	2,27%
Igor Alfred Tschizik	1.189.628	46,33%
Conselho Fiscal	1.117.121	0,34%
Rogério dos Santos	18.900	1,69%
José Paulino dos Santos	233.625	20,91%
Vicente de Paulo Pereira	311.500	27,88%
João Carlos Ribeiro dos Santos	459.730	41,15%
Joaquim Camargo Miranda	4.650	0,42%
Manoel Carvalhal Pinto	88.716	7,94%
Total	3.684.765	1,11%
Demais Cotistas	328.851.241	98,89%
Total Geral	332.536.006	100,00%

Reserva de Capital e Reserva de Lucros

A composição das Reservas de Capital e Reserva de Lucros, estão desdobrados de acordo com a tabela a baixo:

Reserva de Capital

	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	827,46	- 1.879,80
Total	827,46	-1.879,80

Reserva de Lucro

	2017	2016
Reserva Legal	7.474,70	7.549,73
Reserva de Assistencia Tec Ed Social	4.103,36	4.085,63
Reserva para Desenvolvimento	923,84	686,88
Total	12.501,89	12.322,23

Ajustes de Exercícios Anteriores

Durante o exercício de 2017 não houve nenhum ajuste em exercícios anteriores.

OBS: A partir do Exercício de 2013 apresentam-se números diferentes entre o Patrimônio Líquido da Contabilidade Societária, o Patrimônio Líquido da Contabilidade Regulatória e o Patrimônio Líquido da Contabilidade Fiscal. Para melhor conciliação, na Contabilidade Regulatória e na Contabilidade Fiscal, a diferença foi contabilizada como OUTRAS RESERVAS. Os números acima apresentados retratam a CONTABILIDADE SOCIETÁRIA.

16 Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

No exercício de 2016 não houve cálculo e distribuição de juros sobre Capital Próprio.

17 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Nº de Consumidores		MWh Faturado		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta						
Consumidores						
Residencial	4.743	4.609	8.003,25	7.610,74	3.495,75	3.863,95
Industrial	22	24	15.653,58	14.074,69	5.395,55	5.996,42
Comercial	262	263	4.450,25	3.953,11	1.952,22	2.008,51
Rural	1.202	1.208	6.605,63	5.797,89	2.052,42	1.842,82
Poder público	30	31	89,24	103,98	39,77	51,74
Iluminação pública	11	8	1.166,12	1.081,20	303,07	332,62
Serviço público	13	13	527,91	488,32	199,40	220,50
Sub Total	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	13.438,20	14.316,56
Revededores						
Suprimento	0	0	0,00	0,00	-	-
Suprimento - curto prazo	0	0	0,00	0,00	-	-
Sub Total	0	0	0,00	0,00	-	-
Total	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	13.438,20	14.316,56

OBS: O valor expresso em R\$/mil foi formado por Consumo+Demanda+Fator de Potência+ICMS+PIS+COFINS+Bandeiras.

18 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2016 a CEDRAP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

19 Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Legislação Societária			
	Quantidade MWh		R\$ mil	
Supridora	2017	2016	2017	2016
Bandeirante Energia	25.146,86	23.793,68	3.618,86	1.029,82
Elektro	14.196,74	14.127,88	3.158,78	1.276,88
Total	39.343,60	37.921,56	6.777,65	2.306,70

20 Despesas Operacionais

	Legislação Societária			
	Despesas Distribuição		Despesas Administração	
	2017	2016	2017	2016
Energia Comprada	6.342,01	2.512,98	-	-
Pessoal	4.054,25	3.575,94	864,02	942,78
Administradores	-	-	424,53	336,75
Materiais	1.614,70	501,39	176,68	175,15
Serviços de Terceiros	1.686,95	1.462,32	283,48	265,61
Arrendamento e Aluguéis	3,40	-	-	-
Seguros	8,96	56,21	5,49	10,60
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	40,23	37,50
Provisão	137,46	0,60	-	-
(-) Recuperação de Despesas	- 23,70	- 87,64	- 3,55	- 0,01
Tributos	10,56	20,30	16,97	7,50
Depreciação	687,96	627,93	47,73	51,75
Gastos Diversos	1.748,96	225,13	8,43	18,98
Total	16.271,51	8.893,97	1.864,01	1.846,60

21 Despesas Financeiras

	Legislação Societária	
	2017	2016
Multas e Acréscimos Moratórios	23,17	74,79
Passivo Financeiro Setorial	98,65	460,49
Encargos Setoriais	14,94	-
Outras Despesas Financeiras	263,36	30,46
Juros e Variação Monetária	48,95	1,07
Total Despesas Financeiras	449,08	566,81

22 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo da provisão do Imposto de Renda e Contribuição Social neste exercício é demonstrada a seguir:

	Legislação Societária	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	208,63	111,00
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	14,02
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	14,02

23 Participação nos Resultados

Não foi implantado o programa de participação dos empregados nos lucros da Empresa, até o exercício de 2017.

24 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

Não foi implantado o plano previdenciário e outros benefícios aos empregados da Empresa, até o exercício de 2017.

25 Transações com Partes Relacionadas

Não houve transação com partes relacionadas nos exercícios de 2017 e 2016.

26 Instrumentos Financeiros

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros no exercício contábil de 2017 e 2016, exceção feita a aplicações a curtíssimo prazo em 2017, devidamente demonstradas e conciliadas com o extrato bancário que expressa o mesmo valor contábil.

27 Programa de Recuperação Fiscal - REFIS

7

Não houve a utilização de Instrumentos Financeiros nos exercícios contábeis de 2017 e 2016.

28 Seguros

A CEDRAP tem em vigência apólices de seguro da frota, seguro de vida em grupo de seus funcionários e seguro de vida aos seus diretores.

29 Eventos Subsequentes

29.1 Reajuste Tarifário pelos Critérios do Módulo PRORET 8.1 - 2017

Nossa Empresa, regulada pelo Módulo PRORET 8.1, em 22 de agosto de 2017 através da Resolução Homologatória nº 2.295 teve as suas tarifas em média reajustadas em 16,26%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora, que estarão em vigor no período de 31 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2018.

Dentro do processo de reajuste tarifário, foi homologado o reposicionamento tarifário com financeiros de 2,76%, sendo 5,94% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e - 3,18% relativos aos componentes financeiros.

Outro ponto a ser destacado no processo do reajuste tarifário, foi também homologado o valor mensal a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE à Cedrap, no período de agosto de 2017 a julho de 2018, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, valor mensal de R\$ 508.197,36 para compensar a reduzida densidade de carga de mercado.

29.2 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu os patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2017, nosso DEC e FEC figuram dentro da margem regulatória. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, que fomos recertificados passando a vigora até o ano de 2018.

Ano de 2017:

Limites Regulatórios: DEC: 50 FEC 29

Realizado: DEC 31,31 e FEC 18,08

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

30 Balanço Social

Recursos Humanos:

Em 2017, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba – CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida. Também concedeu mensalmente o benefício auxílio-alimentação através do Programa de Alimentação do

Trabalhador – PAT. Manteve, ainda, convênios com Planos de Saúde, vale transporte e seguro de vida em grupo a todos os seus colaboradores.

Responsabilidade Social:

Em 2017 a CEDRAP elaborou junto aos seus colaboradores para que fossem feitas divulgações a seus cooperadores e consumidores as melhores maneiras para que houvesse a economia de energia, através de melhoria nas ligações internas, uma melhor qualidade dos materiais utilizados nas instalações e uma conscientização em relação a classificação de econômica de seus equipamentos.

CIPA CEDRAP:

A Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA da CEDRAP desenvolve suas atividades abordando e fiscalizando assuntos como: riscos atinentes às funções, uso pelos colaboradores dos equipamentos de proteção, devida identificação e sinalização dos ambientes com risco, entre outros, bem como na divulgação de informações sobre a prevenção de acidentes no trabalho.

Tais assuntos têm como objetivo apontar e sugerir soluções para problemas de segurança e saúde, visando à qualidade de vida e saúde do trabalhador.

Os membros da CIPA realizam reuniões mensais no escritório da Empresa, objetivando não apenas cumprir a Norma Regulamentadora nº 05, mas também primar pela segurança dos colaboradores da CEDRAP e demais envolvidos no processo, além de marcarem presença e acompanharem obras e manobras técnicas.

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração do Balanço Social - 2017 e 2016						
(Valores expressos em milhares de reais)						
	2017			2016		
		R\$ mil			R\$ mil	
1 - Base de cálculo						
Receita Líquida (RL)		17.095,93			12.039,71	
Lucro Operacional (LO)		208,63			96,97	
Folha de Pagamento Bruta (FPB)		4.918,26			4.518,72	

2 - Indicadores sociais internos	R\$ mil	% sobre		R\$ mil	% sobre	
		FPB	RL		FPB	RL
Alimentação - Auxílio alimentação e outros	535,74	10,89%	3,13%	556,64	11,32%	3,26%
Encargos sociais compulsórios	1.238,68	25,19%	7,25%	1.087,89	22,12%	6,36%
Entidade de previdência privada	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde - Convênio assistencial e outros benefícios	207,24	4,21%	1,21%	190,81	3,88%	1,12%
Segurança no trabalho - CIPA e exames periódicos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Educação - Auxílio educação	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	97,43	1,98%	0,57%	115,04	2,34%	0,67%
Auxílio creche	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Participação nos resultados	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Vale Transporte	19,58	0,40%	0,11%	21,35	0,43%	0,12%
Outros Benefícios	46,86	0,95%	0,27%	37,81	0,77%	0,22%
Total	2.145,53	43,62%	12,55%	2.009,54	40,86%	11,75%
			% sobre			% sobre
3 - Indicadores sociais externos	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Educação - Programa Luz das Letras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento - Apoio social aos municípios	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Habitação - Reassentamento de famílias	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Esporte e lazer	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Doações e contribuições	40,23	19,28%	0,24%	37,50	17,97%	0,22%
Total de contribuições para a sociedade	40,23	19,28%	0,24%	37,50	17,97%	0,22%
Tributos - excluídos encargos sociais	27,53	13,19%	0,16%	55,77	26,73%	0,33%
Total	67,76	32,48%	0,40%	93,27	44,70%	0,55%
			% sobre			% sobre
4 - Indicadores ambientais	R\$ mil	LO	RL	R\$ mil	LO	RL
Desapropriações de terras	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Estação ecológica - Fauna / Flora	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Relacionamento com a operação da empresa						
Programa Social de Eletricidade Rural	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Rede Compacta ou Linha Verde	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Eletrificação para População Carente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Industrial	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Museu Ecológico	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Universidade Livre do Meio Ambiente	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Programas especiais / Projetos externos	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%
Total	-	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%

					2017	2016
5 - Indicadores do corpo funcional					em unidades	em unidades
Empregados no final do período					74	75
Escolaridade dos empregados						
Superior e extensão universitária					27	27
Ensino médio					42	38
Ensino fundamental					5	5
Faixa etária dos empregados						
Abaixo de 30 anos					21	21
De 30 até 45 anos (exclusive)					30	31
Acima de 45 anos					23	25
Admissões durante o período					9	8
Mulheres que trabalham na empresa					15	14
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de mulheres					0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por mulheres em relação ao n ^o total de gerentes					0,00%	0,00%
Negros que trabalham na empresa					2	3
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de negros					0,00%	0,00%
% de cargos gerenciais ocupados por negros em relação ao n ^o total de gerentes					0,00%	0,00%
Portadores de deficiência física					0	0
Dependentes					108	118
Estagiários					2	10
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa					11,17	11,27
Maior remuneração					12,66	11,54
Menor remuneração					1,13	1,02
Acidentes de trabalho					2	1

31 Análise Econômico-Financeira

31.1 Informações Gerais

O desempenho Econômico-Financeiro da CEDRAP refere-se ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, sendo que, ao término do exercício de 2017, auferimos os seguintes resultados:

Receita Anual – A Receita Operacional de Distribuição Anual decorrente no exercício atingiu um montante de R\$ 21.858,49 Reais/mil, superior ao ano anterior em 31,65% que foi de R\$ 16.602,77 Reais/mil.

Número de Consumidores – O Número de Consumidores faturados em 2017 foi de 6.283, já em 2016 foi de 6.156 ocasionando um aumento de 2,06% em relação ao ano anterior.

Despesas com Pessoal – As Despesas com Pessoal anual decorrente do exercício de 2017 importou em R\$ 5.342,80 Reais/mil e no exercício anterior foi de R\$ 4.855,47 Reais/mil, ocasionado um aumento de 10,04% em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais – As despesas Administrativas e Gerais no exercício de 2017, foi de R\$ 1.864,01 Reais/mil, superior em 0,94% à do ano anterior que foi de R\$ 1.846,60 Reais/mil.

Receita (Despesa) Financeira – O Resultado Financeiro no exercício de 2017, importou em R\$ 27,99 Reais/mil, enquanto que, no exercício de 2016, houve um Resultado Financeiro R\$ - 65,96 Reais/mil.

31.2 Análise Econômico-Financeira

Coeficientes	Fórmula	Unidade	Legislação Societária	
			2017	2016
1. Liquidez				
Corrente ou comum	AC/PC	R\$	1,92	2,04
Seca	(AC-E)/PC	R\$	1,83	1,97
Absoluta	AD/PC	R\$	0,53	0,76
Geral	(AC+RLP)/(PC+ELP)	R\$	1,06	0,97
2. Lucratividade				
Bruta s/ vendas	(LB/VB)x100	%	78,21	72,52
Operacional s/ vendas	(LO/VB)x100	%	49,20	57,38
Líquida s/ vendas	(LL/VB)x100	%	0,62	0,23
Líquida s/ capital	(LL/CS)x100	%	4,08	1,14
Líquida s/ patrimonio líquido	(LL/PL)x100	%	0,94	0,27
3. Rentabilidade				
Retorno líquido s/ investimentos	(LL/AT)x100	%	0,38	0,11

4. Endividamento				
Recursos de terceiros no investimento	$[(PC+ELP-ADC)/AT]x100$	%	59,80	58,69
Recursos próprios no investimento	$[(PL+REF-ADC)/AT]x100$	%	40,20	41,31
5. Investimentos				
Capital fixo aplicado	$(AP/AT)x100$	%	36,85	43,04
Capital de risco aplicado	$[(AC+RLP)/AT]x100$	%	63,15	56,96
6. Garantias				
Reais s/ capital	$(IM/CS)x100$	%	21,62	22,41
Totais s/ capital	$(AP/CS)x100$	%	397,24	444,97
7. Capital de Giro Próprio				
Capital de giro	$(AC-PC)/1.000$	%	3.944,17	4.221,35

Dados Básicos e Siglas para Análise Acima

AC = Ativo Circulante	PC = Passivo Circulante	LB = Lucro Bruto
AD = Ativo Disponível	ELP = Exigível a Longo Prazo	LO = Lucro Operacional
E = Estoque	REF = Result. Exerc. Futuros	LL = Lucro Líquido
RLP = Realizável a Longo Prazo	PL = Patrimonio Líquido	DEP = Desp. Equiv. Patrimonial
AP = Ativo Permanente	CS = Capital Integralizado	REP = Rec. Equiv. Patrimonial
AT = Ativo Total	ADC = Aumento p/ Adiant. Capital	DD = Despesa Depreciação
IM = Terrenos, Edificações e Obras	VB = Vendas Brutas	CMB = Correção Mont. Balanço

OBS: Os cálculos dos coeficientes acima estão elaborados de acordo com formulas padrão de finanças e análise financeira.

32 Créditos e Débitos Fiscais

Segue abaixo tabela com o saldo dos créditos fiscais findo exercício 2017.

Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
CSLL a Recuperar	45,47	-	45,47
IRRF a Recuperar	107,01	-	107,01
ICMS a Recuperar - Parcelamento	57,35	83,73	141,08
ICMS a Recuperar Subsídio Baixa Renda	22,78	-	22,78
ICMS a Recuperar Subsídio Desconto CDE	98,93	-	98,93
Total	331,54	83,73	415,26

Segue abaixo tabela com o saldo dos débitos fiscais findo exercício 2017.

Histórico	Curto Prazo	Longo Prazo	Total
IR a Recolher	0,41	-	0,41
CSLL a Recolher	-	-	-
ICMS a Recolher	270,87	-	270,87
ISS a Recolher	0,07	-	0,07
CSLL/PIS/COFINS	1,28	-	1,28
Total	272,64	-	272,64

33 Informações de Natureza Social e Ambiental

A CEDRAP, periodicamente efetua o serviço de “Poda de Árvores” e a limpeza da faixa nas redes aéreas de distribuição.

O serviço é executado dentro das características técnicas exigidas, sempre buscando reduzir ao máximo os impactos ambientais.

Informamos também, não possuir nenhum Passivo Ambiental em curso.

34 Energia Livre

A CEDRAP está dispensada de operações obrigatórias no Mercado Livre de Energia Elétrica, em virtude de seu total de Energia Comercializada estar abaixo do mínimo estipulado na legislação de Energia Livre e, por esse motivo, continua honrando o Contrato de Suprimento que firmou com a Bandeirante Energia S.A e a Elektro Eletricidade e Serviços S.A, conforme instruções do Órgão Regulador.

35 ICMS sob Subvenção Baixa Renda

Em nosso Estado, não existe pronunciamento do Poder Executivo quanto a Tributação do ICMS sob a subvenção concedida pela União aos Consumidores Residenciais Baixa Renda. Todavia os consumidores da classe Residencial com até 90 KWH /MÊS estão isentos deste tributo conforme Decreto 50.473 de 20 de janeiro de 2006.

36 Diferimento de Tarifa (Reajustes Tarifários)

Não houve Diferimento de Tarifa no exercício de 2017 na CEDRAP.

37 Revisão Tarifária Periódica – Terceiro Ciclo - Fato Relevante

A CEDRAP terá o processo de Revisão Tarifária Periódica - Terceiro Ciclo ocorrerá somente no ano de 2020.

38 Ganhos Contingentes

A CEDRAP não possuiu, neste exercício Ganhos Contingentes e nem em no exercício anterior.

39 Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almojarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigações Especiais), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela “B” da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1324, de 14/08/2012, se atualizados pelo IGPM,

Líquido do Fator “X”, nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

Descrição	IRT 2014	IRT 2015	Revisão 2016	IRT 2017
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	39.228,57	41.745,57	57.557,64	61.644,89
(2) Obrigações Especiais Brutas	11.395,69	13.405,24	-	14.932,20
(3) Bens Totalmente Depreciados	1.218,06	3.991,59	2.314,23	19.947,50
(4) Base de Remuneração Bruta = (1) - (2) - (3)	26.614,82	24.348,74	55.243,41	26.765,18
(5) Depreciação Acumulada	11.337,40	12.395,14	14.181,56	18.556,72
(6) Valor da Base de Remuneração (VBR)	15.277,42	11.953,60	43.376,08	8.208,46
(7) Obrigações Especiais Líquidas	12.419,43	14.435,90	-	12.640,69
(8) Terrenos e Servidões	13,64	13,64	-	11,71
(9) Almojarifado em Operação	1.225,49	1.099,72	172,67	855,59
(10) Base de Remuneração Líquida = (1) - (5) - (7) + (8) + (9)	16.710,87	16.027,89	43.548,75	31.314,78
(11) Taxe de Depreciação	4%	4%	4%	4%
(12) Quota de Reintegração Regulatória	1.987,39	1.120,13	2.209,74	1.191,41
(13) Remuneração de Capital (RC) = BRR líq x WACC	630,00	604,25	1.641,79	1.252,59

40 Reajuste Tarifário

As tarifas de aplicação da CEDRAP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.151 de 30 de setembro de 2016, alteradas pela Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, ficam em média reajustadas em 16,26%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores e usuários supridos pela distribuidora.

As novas tarifas de aplicação começaram a vigorar no período de 31 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2018.

A presente revisão efetuou a nova composição de nossa PARCELA B.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinado à nossa Empresa.

Foi homologado o valor mensal de R\$ 508.197,36, a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no período de agosto de 2017 a julho de 2018, para compensar a reduzida densidade de carga de seu mercado, conforme previsto no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996.

Referente aos componentes financeiros, os itens contemplados foram: o repasse de PIS e COFINS, Neutralidade dos Encargos Setoriais, Ajuste Financeiro referente recálculo Reajuste/Revisão de anos anteriores, Compensação de DIC/FIC e a Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias.

41 Notas não divulgadas

Abaixo listamos notas constantes do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, mais especificamente no Roteiro para Elaboração das Demonstrações Contábeis, documento esse complementado pelo Ofício de Encerramento da SFF/ANEEL, referente NOTAS NÃO

DIVULGADAS, em virtude de não fazerem parte do contexto de nossa Permissionária e, por esse motivo, não possuírem movimentação, sendo:

- Comodato;
- Fusões, Cisões e Incorporações;
- Arrendamento Mercantil;
- Compromissos;
- Debêntures;
- RAP – Receita Anual Permitida;
- ECE e EAE – Encargo de Capacidade Emergencial e Encargo de Aquisição Emergencial;

Por esse motivo, justificamos a não divulgação de tais notas.

42 Provisão para Ajuste a Valor de Recuperação de Ativos

Conforme determinação regulatória legal, os descontos concedidos sobre a TUSD/MUST e Subsídio TE foram reconhecidos contabilmente na conta 1119.1.09. Adicionalmente, em função das novas regras implementadas a partir da MP 579/2012, reconhecemos, também, o valor à receber sobre os subsídios: a) Subsídio Tarifa de Equilíbrio; b) Subsídio Desconto Conexão de Consumidores Livres e Potencialmente Livres; c) Subsídios Conexão Produtor Independente de Energia; d) Subsídios Suprimento Permissionária; e) Subsídio Serviço Público - Água e Esgoto; e f) Subsídio Consumidores Rurais.

Tais subsídios em dezembro/2017 somam um valor a receber de: 999,91 R\$/mil.

43 Conciliação do Índice do EBTIDA/LAJIDA

A fim de possibilitar a reconciliação do Lucro Líquido com o LAJIDA, apresentamos a tabela a seguir:

	2017	2016
Lucro/Prejuízo Líquido	135,61	38,07
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	-	14,02
Depreciação e Amortização	735,69	679,68
	871,30	731,77

44 Balanço Patrimonial Fiscal

Conforme Artigo 10 da Instrução Normativa 1397/2013, demonstramos abaixo a Demonstração Contábil Fiscal - Balanço Patrimonial Fiscal, composto do quadro do Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, DREF - Demonstração de Resultado do Exercício Fiscal e DMPLF - Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido Fiscal.

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Balanço Regulatório x Societário x Fiscal						
BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		8.247,04	-	8.247,04	-	8.247,04
Caixa e equivalentes de caixa		2.298,71	-	2.298,71	-	2.298,71
Consumidores	14.1	3.332,83	-	3.332,83	-	3.332,83
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		75,08	-	75,08	-	75,08
Tributos compensáveis		331,54	-	331,54	-	331,54
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		356,78	-	356,78	-	356,78
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	234,45	-	234,45	-	234,45
Despesas pagas antecipadamente		22,65	-	22,65	-	22,65
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.595,01	-	1.595,01	-	1.595,01
Ativo não circulante		47.298,88	- 19.699,15	27.599,73	-	27.599,73
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		83,73	-	83,73	-	83,73
Depósitos judiciais e cauções		282,32	-	282,32	-	282,32
Investimentos temporários		1.330,94	-	1.330,94	-	1.330,94
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	12.693,01	12.693,01	-	12.693,01
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	45.599,91	- 44.880,92	718,99	-	718,99
Intangível	14.5	1,99	12.488,76	12.490,75	-	12.490,75
Total do ativo		55.545,92	- 19.699,15	35.846,77	-	35.846,77

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Balanço Regulatório x Societário x Fiscal						
BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Passivo						
Passivo circulante		4.302,86	-	4.302,86	-	4.302,86
Fornecedores		1.801,34	-	1.801,34	-	1.801,34
Empréstimos, financiamentos e debêntures		118,84	-	118,84	-	118,84
Obrigações sociais e trabalhistas		779,68	-	779,68	-	779,68
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		272,64	-	272,64	-	272,64
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		492,45	-	492,45	-	492,45
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	367,95	-	367,95	-	367,95
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		469,96	-	469,96	-	469,96
Passivo não circulante		17.133,04	-	17.133,04	-	17.133,04
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		283,85	-	283,85	-	283,85
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.059,43	-	1.059,43	-	1.059,43
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		15.789,75	-	15.789,75	-	15.789,75
Total do passivo		21.435,90	-	21.435,90	-	21.435,90

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Balanço Regulatório x Societário x Fiscal						
BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017						
Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Patrimônio líquido						
Capital social		3.325,36	-	3.325,36	-	3.325,36
Reservas de capital		827,46	-	827,46	-	827,46
Outros resultados abrangentes		19.699,15	- 19.699,15	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	0,00	-	0,00	-	0,00
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		12.596,76	-	12.596,76	-	12.596,76
Sobras à disposição da Assembleia	-	2.338,71	-	2.338,71	-	2.338,71
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		34.110,02	- 19.699,15	14.410,87	-	14.410,87
Total do passivo e do patrimônio líquido		55.545,92	- 19.699,15	35.846,77	-	35.846,77

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Resultado Regulatório x Societário x Fiscal						
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FISCAL DO EXERCÍCIO 2017						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		21.858,49	-	21.858,49	-	21.858,49
Fornecimento de energia elétrica		7.935,08	-	7.935,08	-	7.935,08
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia elétrica de curto prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.235,09	-	9.235,09	-	9.235,09
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.000,77	-	1.000,77	-	1.000,77
Serviços cobráveis		30,16	-	30,16	-	30,16
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		3.657,39	-	3.657,39	-	3.657,39
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-
Tributos		- 3.015,82	-	- 3.015,82	-	- 3.015,82
ICMS		- 2.738,97	-	- 2.738,97	-	- 2.738,97
PIS-PASEP		- 49,30	-	- 49,30	-	- 49,30
COFINS		- 227,55	-	- 227,55	-	- 227,55
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		- 1.746,73	-	- 1.746,73	-	- 1.746,73
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		- 1.020,88	-	- 1.020,88	-	- 1.020,88
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de Fiscalização		- 30,14	-	- 30,14	-	- 30,14
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		- 695,71	-	- 695,71	-	- 695,71
Receita líquida / Ingresso líquido		17.095,93	-	17.095,93	-	17.095,93
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		- 6.342,01	-	- 6.342,01	-	- 6.342,01
Energia elétrica comprada para revenda		- 6.342,01	-	- 6.342,01	-	- 6.342,01
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		10.753,93	-	10.753,93	-	10.753,93

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba						
CNPJ nº 60.196.987/0001-93						
Demonstração Conciliação Resultado Regulatório x Societário x Fiscal						
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FISCAL DO EXERCÍCIO 2017						
	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societário	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		- 11.377,45	804,17	-10.573,29	-	-10.573,29
Pessoal e administradores		- 5.342,80	-	- 5.342,80	-	- 5.342,80
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		- 1.791,38	-	- 1.791,38	-	- 1.791,38
Serviços de terceiros		- 1.970,43	-	- 1.970,43	-	- 1.970,43
Arrendamento e aluguéis		- 3,40	-	- 3,40	-	- 3,40
Seguros		- 14,45	-	- 14,45	-	- 14,45
Doações, contribuições e subvenções		- 40,23	-	- 40,23	-	- 40,23
Provisões		- 137,46	-	- 137,46	-	- 137,46
(-) Recuperação de despesas		27,25	-	27,25	-	27,25
Tributos		- 27,53	-	- 27,53	-	- 27,53
Depreciação e amortização		- 1.539,86	804,17	- 735,69	-	- 735,69
Gastos diversos da atividade vinculada		- 274,83	- 1.482,57	- 1.757,40	-	- 1.757,40
Outras Receitas Operacionais		119,45	1.482,57	1.602,02	-	1.602,02
Outras Gastos Operacionais		- 381,80	-	- 381,80	-	- 381,80
Resultado da Atividade		- 623,52	804,17	180,64	-	180,64
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		27,99	-	27,99	-	27,99
Despesas financeiras		- 449,08	-	- 449,08	-	- 449,08
Receitas financeiras		477,07	-	477,07	-	477,07
Lucro antes dos impostos sobre o lucro		- 595,53	804,17	208,63	-	208,63
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-
Resultado líquido das operações em continuidade		- 595,53	804,17	208,63	-	208,63
Operações descontinuadas						
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	- 73,02	- 73,02	-	- 73,02
Resultado líquido do exercício		- 595,53	731,14	135,61	-	135,61
Atribuível aos:						
Cotistas		-	-	135,61	-	135,61
Lucro por ação		-	-	-	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade		-	-	-	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba									
CNPJ nº 60.196.987/0001-93									
Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016									
(Valores expressos em milhares de reais)									
DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Societário									
	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,00	- 1.009,86	-	-	- 0,00	12.263,33	163,47	-	14.741,93
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,26	-	-	-	-	-	-	-	0,26
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	38,07	-	38,07
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71
FATES	-	-	-	-	-	41,33	-	-	41,33
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	869,94	-	-	-	-	232,91	-	637,03
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	5,86	-	-	5,86
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.325,27	- 1.879,80	-	-	- 0,00	12.322,23	434,44	-	14.202,14
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	28,97	-	28,97
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	75,03	-	-	75,03
FATES	-	-	-	-	-	17,73	-	-	17,73
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	2.707,27	-	-	-	-	2.707,27	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	236,96	-	-	236,96
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.325,36	827,46	-	-	- 0,00	12.501,89	- 2.243,85	-	14.410,87

45 Quotas da CDE Repassadas as Distribuidoras pela Eletrobrás

	Saldo 2016	Realizado 2016	Recebido 2016	A Receber 2017
Subvenção CDE - Rural a Receber	150,10	1.754,31	1.634,73	269,68
Subvenção CDE - Água e Esgoto a Receber	28,33	86,20	109,33	5,21
Subvenção CDE - Densidade Demografica	-	4.290,00	3.653,89	636,12
DMR - Diferença Mensal de Receita	45,18	99,97	56,24	88,91
Total	223,61	6.230,49	5.454,18	999,91

46 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.

SEÇÃO VII

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da
**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAÍBA – “CEDRAP”**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – “CEDRAP”**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – “CEDRAP”** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Os controles analíticos do capital social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 3.325.360,06, não foi passível de confirmação. Deverão ser concluídos em 2018, advindos de levantamentos nos registros paralelos do capital social e conciliações. Consequentemente, não podemos concluir, e não concluimos, sobre o saldo do capital social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras da CEDRAP em 31 de dezembro de 2016, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 20 de fevereiro de 2017.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da

administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL , e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

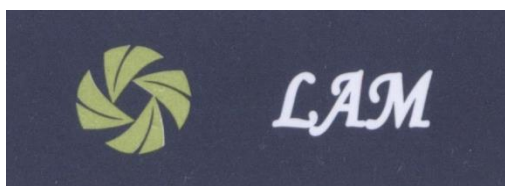
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de fevereiro de 2018.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

HELIO ALBIERI
Contador CRC 1SP 119551/O-8

SEÇÃO VIII

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES DOS AUDITORES INDEPENDENTES PARA APRIMORAMENTOS DOS CONTROLES INTERNOS. “RRAI”

Concluídos nossos exames das Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentamos este relatório, com os principais pontos observados, com as devidas recomendações e sugestões para fortalecimento dos controles internos.

1 - CONTROLES CONTÁBEIS INTERNOS

Revisamos o sistema de controles internos nos seus aspectos contábeis, na extensão e forma necessárias para avaliá-lo, de acordo com as normas de auditoria geralmente aplicadas no Brasil.

Observamos ainda os procedimentos no tocante ao cumprimento da Legislação Societária Brasileira, no tocante ao cumprimento da Lei 6404/76 (Lei das Sociedades Anônimas) aspectos inerentes a Lei 11638/07, de 28/12/2007 e Lei 11941/09 de 27/05/2009, em consonância quando aplicável com os normativos da CVM, conjugada com a Lei da sociedades Cooperativistas (Lei 5764/71) e Legislação Fiscal, que altera a lei das Sociedades por Ações, quando a adoção de determinadas práticas contábeis e forma de apresentação das Demonstrações Contábeis a partir do exercício social iniciado em 01 de janeiro de 2008, Normas do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, bem como pela Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel vinculada ao Ministério de Minas e Energia que regulamenta e fiscaliza o setor.

Ressaltamos que os trabalhos executados por meio de provas seletivas, testes e amostragens não têm a propriedade de revelar todas as eventuais deficiências do sistema de controles internos, portanto, o presente relatório não constitui garantia da inexistência de erros ou imperfeições.

Eventuais ocorrências levantadas no curso de nossos trabalhos foram comunicadas à administração, que dentro das possibilidades as regularizou.

Observamos a falta de um sistema de controles internos devidamente formalizado e implementado, que pudesse oferecer a segurança

necessária e, em conjunto com os sistemas informatizados, diminuir ou eliminar erros de cálculos, extravios, perdas financeiras e erros contábeis.

Recomendamos o desenvolvimento e a implantação de manuais de controles internos O&M e sua integração aos sistemas informatizados e contabilidade.

Sugerimos também um Manual de Cargos e Salários devidamente aprovado pela Diretoria.

2 - CAIXA

A sociedade adota um controle de caixa na forma de um Boletim Diário, que contem as operações realizadas. Os lançamentos diários do caixa são integrados à contabilidade, portanto o saldo pode ser confirmado através de levantamentos alternativos.

O caixa é conferido periodicamente por pessoas distintas as suas operações e manipulação, sistema novo adotado a partir de 2012, com Fundo Fixo.

A cooperativa possui um funcionário designado para a função de caixa.

Observamos que os funcionários responsáveis pelo manuseio direto dos numerários não possuem Carta de Fiança ou Seguro Fidelidade.

A Carta de Fiança é um instrumento jurídico importante na recuperação de possíveis desvios de valores que possam ocorrer nas dependências da cooperativa.

O Seguro Fidelidade pode ser feito em uma seguradora de confiança, que cobrirá um possível desfalque, até o montante estipulado na apólice.

Ressaltamos que a Sociedade poderá optar tanto pela Carta de Fiança, quanto pelo Seguro Fidelidade, e julgamos necessário que seja adotado uma destas formas de segurança.

3 - BANCOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e circularizações externas, que não revelaram divergências.

4 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos e circularizações externas, que não revelaram divergências.

5 - ESTOQUE

Acompanhamos os inventários físicos do estoque e do imobilizado em curso – material em depósito de 31 de dezembro de 2017.

6 - SUCATA

Tentar a venda do saldo de sucata em 2018, e a arrecadação depositar em conta corrente específica, seguindo a Legislação da ANEEL.

7 - GERENCIAMENTO ALMOXARIFADO/PÁTEO

Recomendamos atribuição de responsabilidades (obras e manutenção) e sucata principalmente. Melhorar.

8 - DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE – ITAÚ SEGUROS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências. Regularizar em 2018.

9 - ADIANTAMENTO A FORNECEDORES – CONSÓRCIO BRADESCO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências. Regularizar em 2018.

10 - SUBVENÇÃO CDE ÁGUA E ESGOTO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências. Regularizar em 2018.

11 - FINANCIAMENTO RGR – LUZ PARA TODOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências. Regularizar em 2018.

12 - PROGRAMA LPT – TRANSFÊRENCIA (UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO)

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que revelaram divergências. Regularizar em 2018.

13 - IMOBILIZADO

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que não revelaram divergências.

14 - FORNECEDORES

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que não revelaram divergências.

15 - EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS

Efetuamos o confronto do saldo contábil com os respectivos documentos, que não revelaram divergências.

16 - CAPITAL SOCIAL

Os controles analíticos do Capital Social pertencente a cada associado, não estão atualizados, portanto não é possível no momento a confirmação dos valores registrados no Balanço. Regularizar em 2018.

17 - LEI Nº 11.638/07 E 11.941/09 E PRONUNCIAMENTOS DO COMITE DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL – “CPC”.

A cooperativa se enquadrou na nova Lei das Sociedades Anônimas, com regularização da ANEEL.

18 - NBC – T – 10 – NOMENCALTURA DE CONTAS

Verificamos que algumas contas do Plano de Contas da Cooperativa, não segue as normas contábeis. Regularizar em 2018.

19 - CONCLUSÃO

Com base nas verificações, exames e revisões junto aos registros e controles internos da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – CEDRAP**, e com base nos documentos por nós inspecionados, somos de opinião que, pela falta de controles internos formalizados, parte das informações não estão subsidiadas em procedimentos e registros considerados satisfatórios.

Melhorar principalmente almoxarifado e páteo.

Contudo, a fim de se diagnosticar e elaborar um conjunto de controles internos da sociedade, recomendamos a contratação de uma consultoria de Organização e Métodos (O&M), para a referida tarefa em todos os setores da sociedade, bem como Auditoria Operacional periódica.

Melhorar sistema informatizado, principalmente o da USEALL.

Melhorar procedimentos de aprovações de adiantamentos e benefícios.

Procurar deixar as normas homogenias a todos, sem exceção.

Estamos à disposição, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Campinas, 15 de fevereiro de 2018.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07

HELIO ALBIERI
Contador CRC 1SP 119551/O-8

DEMONSTRAÇÕES

REGULATÓRIAS

2017

RELATÓRIO DA

ADMINISTRAÇÃO 2017

DEMONSTRAÇÕES

REGULATÓRIAS

Relatório da Administração

Senhoras e Senhores Cooperados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos a apreciação de V.S.^a o Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da CEDRAP, elaborados conforme a Legislação Regulatória, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, acrescidas do Balanço Social, Balanço Patrimonial Regulatório e Demonstração do Resultado. Tais demonstrativos objetivam a divulgação de forma transparente aos cooperados, bem como servir de baliza para nortear as atitudes necessárias durante o próximo exercício, alavancando positivamente os resultados obtidos, sempre na busca da melhoria contínua.

Detentora da Concessão Federal para prestar serviços na área de Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica, cabendo a CEDRAP, por determinação do Órgão Regulador, ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, a Demonstração de Resultados, Balanço Patrimonial Regulatório e Notas Explicativas conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os quais são compatíveis com todos os princípios fundamentais de contabilidade e determinados a todas as Empresas Concessionárias e Permissionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, resultando em uma melhor demonstração de seus resultados aos sócios e consumidores.

Adicionalmente, informamos que, conforme determinações da ANEEL publicou, com critérios diferentes, o Balanço Regulatório e o Balanço Societário. Para este presente Relatório de Administração, os Conceitos utilizados serão sempre de acordo com as Normas Regulatórias da ANEEL.

Diretoria

Carta do Presidente

Estimados cooperados

Bom dia a todos,

Hoje é um dia especial para todos que fazem parte desta cooperativa, porque eu digo especial, porque além de apresentar aos senhores bons resultados, obtidos com um trabalho sério feito ao longo de seis anos que estamos aqui no comando desta cooperativa, prova destes bons resultados, está em nossa classificação em 1º lugar com o prêmio IASC –Índice de Satisfação ao consumidor – com total de 80% de aprovação, dentre as cooperativas de São Paulo avaliadas pela ANEEL.

E também, pois hoje após a Assembleia teremos a solenidade de inauguração do busto do Ex-Presidente senhor Clóvis Faria Barbosa.

Agora digo esta Cooperativa está presente em diversos setores da nossa sociedade, e sempre contribuindo para a melhoria, e que em 2018 possamos cooperar criando soluções inovadoras e melhores oportunidades para todos.

Obrigado pela confiança.

Clovis Mancilha Barbosa
Diretor - Presidente

Carta do Contador:

Com satisfação, na qualidade de Contador responsável pela escrituração Regulatória, Societária e Fiscal da CEDRAP – Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba, comunicamos aos Senhores Associados a conclusão do exercício de 2017, com alto grau de qualidade, transparência e legalidade.

A nossa Empresa, muitas vezes premiada por figurar entre os melhores relatórios econômico e financeiros aos Srs. Associados, primou, em 2017, pelos conceitos de transparência, detalhando as contas contábeis ao extremo, evitando qualquer contabilização a título de "outros" e "diversos", e apresenta, de forma clara seu resultado, valorizando assim sua atuação como Empresa de Serviço Público.

Vale salientar que, na questão Regulatória, a ANEEL tem intensificado o monitoramento eletrônico, impondo pré análise dos dados quando de nosso envio para integralização na base nacional. Informamos que todos os envios, desde a PAC - Prestação Anual de Contas, RIT - Relatório de Informações Trimestrais, e, BMP - Balancete Mensal Padronizados foram enviados tempestivamente e aprovados nessa pré análise realizada pela ANEEL.

Diante do acima descrito, e, com muita satisfação, comunicamos aos Srs. Associados que a seguir constam todos os demonstrativos do exercício Regulatório, Societário e Fiscal, de modo a facilitar e dar todas as condições de V.Sas. tomarem todas as decisões para o novo exercício de nossa Empresa.

Por fim, agradecemos à DEUS, à Diretoria, aos Gerentes, bem como a todos os departamentos internos, consultorias e auditorias externas que colaboraram para a correta escrituração deste exercício.

Paraibuna, 30 de abril 2018.

André de Araújo Coelho

CRC: 1SP238100

Cenário

O conjunto de alterações nas normas contábeis e a ginástica financeira realizada pelo Governo fazem aparecer um forte nevoeiro sobre o futuro financeiro do Setor Elétrico. O contexto fiscal para os próximos anos não parece ser alentador. A perspectiva de o Setor Elétrico passar a depender de subsídios é fonte de incertezas econômicas importantes, que coloca sob forte suspeita a atratividade de novos investimentos no Setor por parte da iniciativa não governamental.

O Setor de distribuição conviveu em 2017 com um contexto financeiro difícil e a percepção de risco dos investidores aumentaram, o que deverá se estender durante todo o ano de 2018. Infelizmente, o Setor voltou a flertar com uma situação de risco fiscal e financeiro que deverá pautar o debate nos próximos anos. Certamente, esta é uma agenda negativa que deverá ocupar um espaço precioso no debate sobre a política para o Setor Elétrico. Muitas questões de enorme relevância deverão ser colocadas para um segundo plano até que o cenário econômico do Setor fique mais claro, como a implantação das hidrelétricas na Amazônia, a definição de políticas e diretrizes para inserção das renováveis e geração distribuída, o papel dos reservatórios hidrelétricos e das termelétricas como back-up das fontes intermitentes, entre outros.

É muito importante uma discussão rápida e direta sobre o regime de financiamento do Setor Elétrico. Este tema não permite improvisações. A ideia de que todo ano o governo irá discutir e decidir de onde virão os recursos para as políticas do Setor Elétrico (subsídios aos sistemas isolados, custo dos combustíveis das térmicas, PROCEL, Luz para Todos e indenizações de ativos para renovação de concessões) simplesmente não é viável econômico e politicamente. Estas incertezas irão contribuir para dificultar os investimentos necessários para se garantir a segurança do abastecimento.

Portanto, o cenário do setor para 2018 é tal, que dependerá basicamente da agilidade com a qual o assunto do financiamento do Setor Elétrico será conduzido pelos órgãos competentes. Após tal definição, ou seja, esclarecida a regra do jogo, aí sim o Setor estará apto a retomar um crescimento sustentável.

A CEDRAP se apresenta como uma Empresa de esperança, crendo que, com muito trabalho e atitudes governamentais inteligentes, progrediremos.

Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica

Distribuição

A Permissionária distribui energia elétrica em 07 dos 645 municípios do Estado, o que representa 1,08% dos municípios do Estado de São Paulo. A CEDRAP não atende a nenhum consumidor livre no Estado.

Ligação de consumidores

Foram realizadas, no ano de 2017, 260 novas ligações totalizando 6.283 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,96% superior ao de 2016 com 255 novas ligações.

Número de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2017 apresentou um acréscimo de 2,37% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Consumidores	2013	2014	2015	2016	2017
Residencial	3.967	4.172	4.439	4.461	4.743
Comercial	197	202	214	253	262
Industrial	20	21	23	22	22
Rural	1.297	1.255	1.225	1.164	1.202
Poderes Públicos	34	34	34	30	30
Iluminação Pública	7	7	8	8	11
Serviço Público	13	13	13	13	13
Total	5.535	5.704	5.956	5.951	6.283
Variação	7,71%	3,05%	4,42%	-0,08%	5,58%

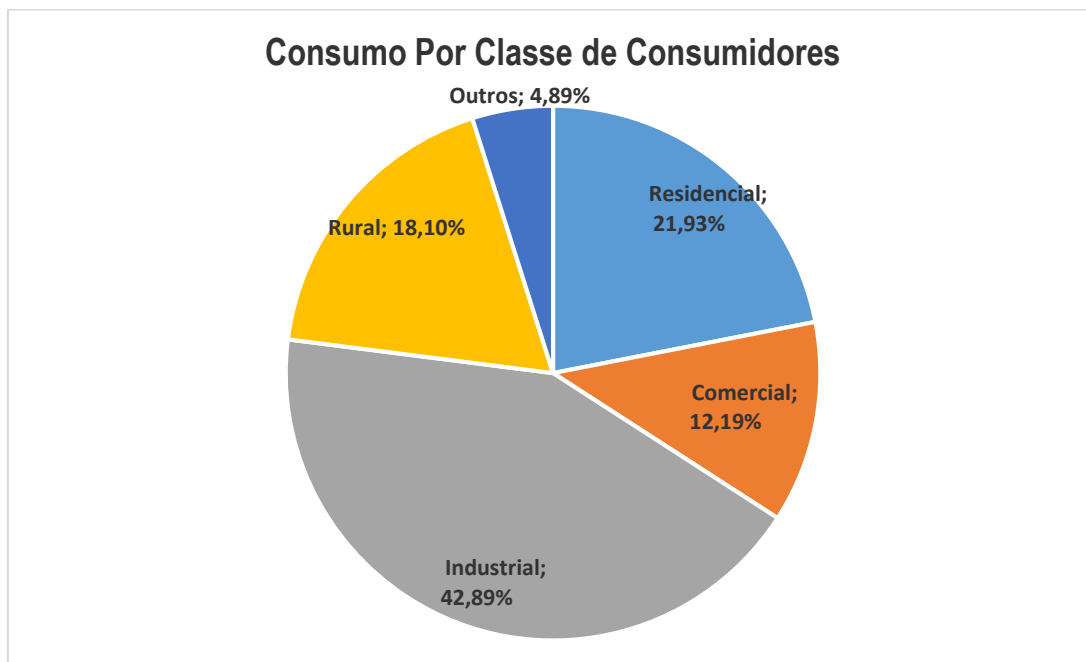
Comportamento do mercado

A distribuição de energia da Permissionária no período de janeiro a dezembro de 2017 foi de 36 GWh sendo 33 GWh em 2016 apresentando um aumento de 10,59%.

O segmento de mercado que mais contribuiu para esse resultado foi o a Iluminação Pública, com a representação de 15%.

A seguir são apresentados resultados sobre o consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Energia Faturada	39	37	34	33	36
Fornecimento	39	37	34	33	36
Residencial	6	7	7	8	8
Comercial	3	4	4	4	4
Industrial	22	19	16	14	16
Rural	6	6	6	6	7
Poderes Públicos	0	0	0	0	0
Iluminação Pública	1	1	1	1	1
Serviço Público	1	1	0	0	1
Suprimento p/ agentes de distribuição	0	0	0	0	0
Uso da Rede de Dsitribuição	0	0	0	0	0
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0	0	0	0	0
Consumidores Rede Básica	0	0	0	0	0
Total	39	37	34	33	36
Variação		-3,69%	-9,44%	-2,58%	10,59%

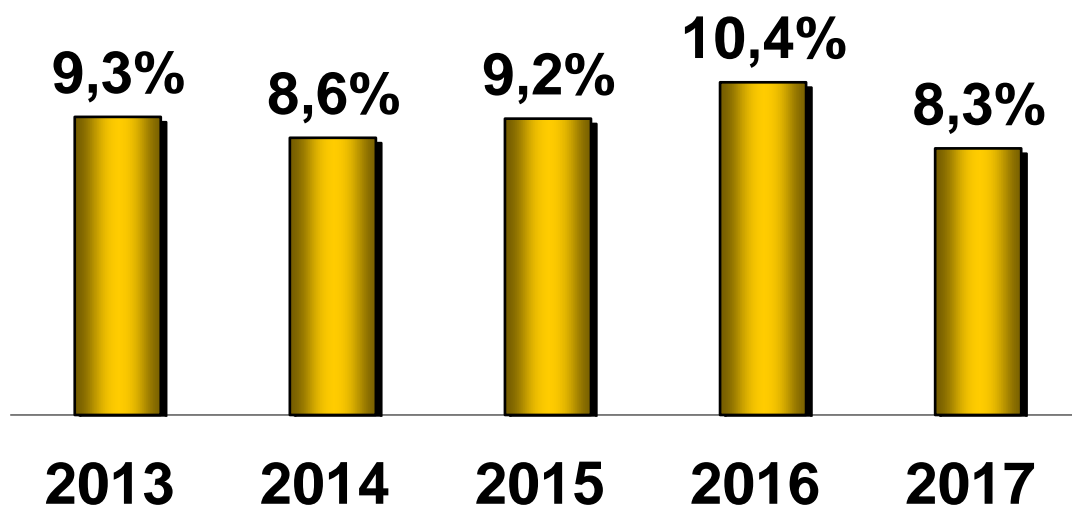


Balanco Energético

As perdas totais de energia sobre a energia requerida (comprada) apresentou uma evolução positiva de 10,4% de 2016 para 8,3% em 2017. Esta melhora esta relacionada ao trabalho feito com a melhora nos controles internos, um acompanhamento em campo da rede de distribuição e melhor utilização dos equipamentos.

Energia Requerida - GWh	2013	2014	2015	2016	2017
Venda de Energia	38,84	37,41	33,88	33,00	36,50
- Fornecimento	38,84	37,41	33,88	33,00	36,50
- Suprimento p/ agentes de distribuição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores Livres/Dist./Ger.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Consumidores Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercado Atendido	38,84	37,41	33,88	33,00	36,50
Perdas na Rede Básica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pernas na Distribuição	3,97	3,53	3,44	3,81	3,30
Perdas Técnicas	3,97	3,53	3,44	3,81	3,30
Perdas não Técnicas - PNT	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Perdas Totais - PT	3,97	3,53	3,44	3,81	3,30
PT / Energia Requerida %	9,3%	8,6%	9,2%	10,4%	8,3%
Total	42,81	40,94	37,32	36,81	39,80

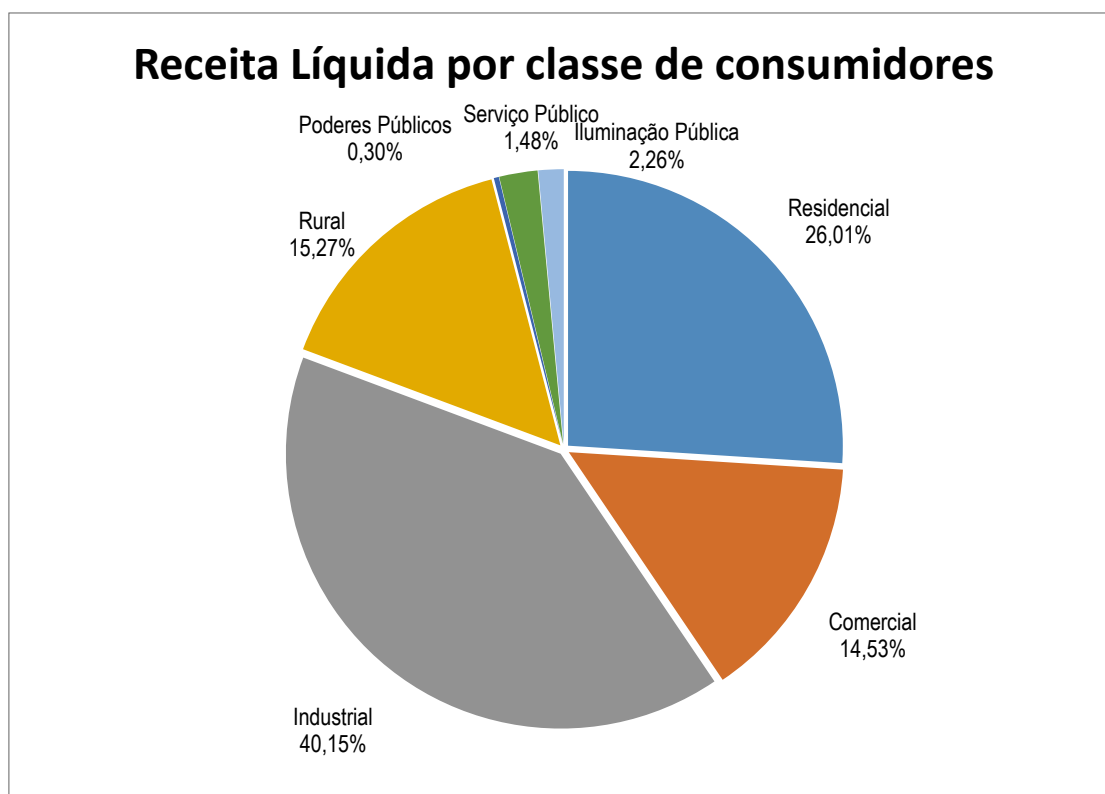
Abaixo segue demonstração do gráfico de perdas:



Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 13.438,20/mil, conforme quadro a seguir:

Receita Líquida em R\$ Mil			
Classe	2017	2016	%
Residencial	3.495,75	3.199,71	9,25%
Comercial	1.952,22	1.647,00	18,53%
Industrial	5.395,55	4.917,07	9,73%
Rural	2.052,42	1.738,35	18,07%
Outros	542,25	497,51	11,89%
Poderes Públicos	39,77	43,95	-9,51%
Iluminação Pública	303,07	272,75	11,12%
Serviço Público	199,40	180,81	10,28%
Total	13.438,20	11.999,64	11,99%



Tarifas

Abaixo demonstramos através das tabelas as tarifas médias de fornecimento de energia nas classes residencial, comercial, industrial e rural. A tarifa média de fornecimento de energia elétrica no ano de 2017, atingiu 368,21 R\$/MWh.

Classe	Tarifa média de Fornecimento em R\$/MWh
Residencial	436,79
Comercial	438,68
Industrial	344,68
Rural	310,71

Tarifa por faixa de Consumo	Residencial KWh	Comercial KWh	Industrial KWh	Rural KWh
Tarifas Brutas	0,43	0,46	0,29	0,41

Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (duração equivalente de interrupções por consumidor) e o FEC (frequência equivalente de interrupções por consumidor). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC (Horas)	FEC (Interrupções)	Tempo de Espera (horas)
2013	45,04	27,12	1,66
2014	50,53	27,45	1,84
2015	46,11	27,32	1,69
2016	39,18	20,90	1,87
2017	31,31	18,08	1,73

Atendimento ao consumidor

Foram realizadas, no ano de 2017, 260 novas ligações totalizando 6.283 consumidores atendidos pela Permissionária, número 1,96% superior ao de 2016 com 255 novas ligações.

Tecnologia da informação

Seguindo o processo de modernização dos últimos anos, a CEDRAP segue na atualização de seu sistema de gestão interna, contando com novas ferramentas de banco de dados e métodos mais aprimorados. Os religadores automatizados estão conectados 24 horas por dia com o Centro de Operações, podendo ser manobrados remotamente, diminuindo assim o tempo de atendimento a ocorrências e a falta de energia. O site está em constante atualização para disponibilizar o maior número de informações aos consumidores.

Desempenho econômico-financeiro

Em 2017, o resultado líquido foi de R\$ -595,53 R\$/mil, contra R\$ 434,44 R\$/mil em 2016. Por questões Setoriais, a Empresa realiza concomitantemente à sua Contabilidade Societária, a Contabilidade Regulatória e a Contabilidade Fiscal. A Contabilidade Regulatória é realizada a partir de determinações da ANEEL que não reconhece efeitos de vários procedimentos da Contabilidade Internacional, bem como inclui, para fins de gerência Setorial, a Reavaliação Regulatória Compulsória. Já com relação à Contabilidade Fiscal, a mesma contempla os efeitos de adição ou subtração de despesas e receitas não permitidas no cálculo da base dos impostos. Adicionalmente, é realizado o estorno dos efeitos da Contabilidade Internacional, pois, a Receita Federal determinou que sua base de cálculo deve seguir os conceitos contábeis vigentes até dezembro de 2007 (BRGAAP e USGAAP). Para melhor visualização, segue abaixo demonstração e comparação do resultado da Contabilidade Societária, Regulatória e Fiscal:

RESULTADO SOCIETÁRIO: R\$ 135,61 R\$/mil

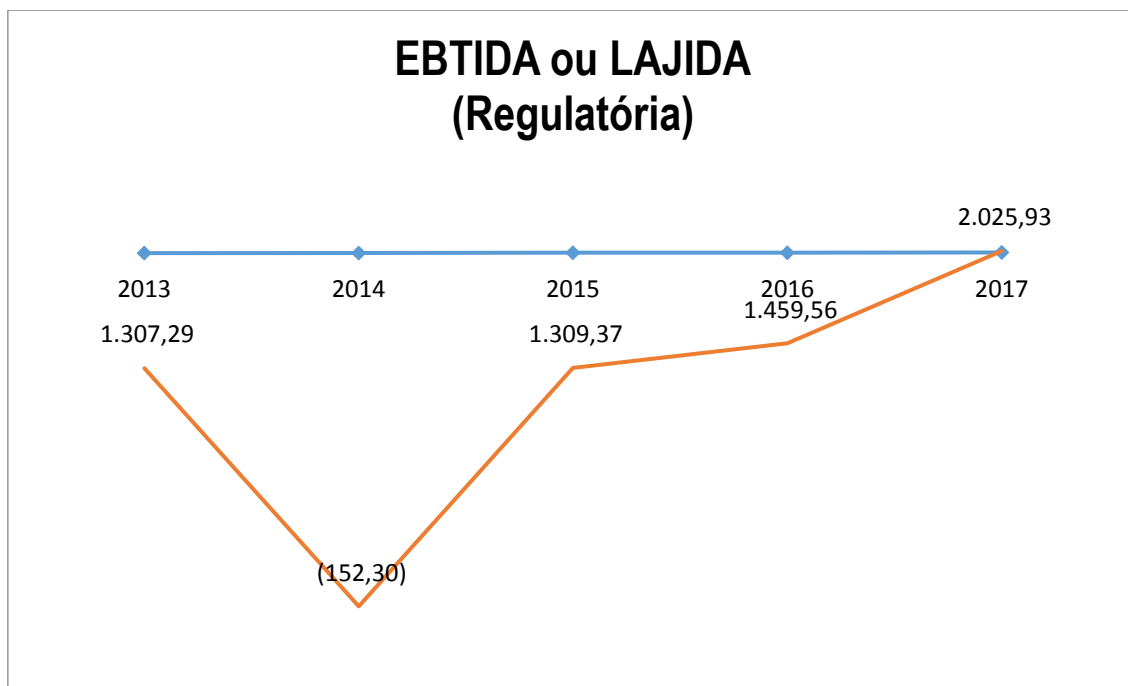
RESULTADO REGULATÓRIO: R\$ -595,53 R\$/mil

RESULTADO FISCAL (BASE PARA IMPOSTOS): R\$ 135,61 R\$/mil

A receita operacional líquida atingiu R\$ 17.095,93 R\$/mil em 2017, enquanto em 2016 situou-se em R\$ 12.039,71 R\$/mil.

As despesas operacionais totalizaram em 2017 R\$ 17.719,46 R\$/mil, 49,12% superior em relação a 2016 com R\$ 11.882,34 R\$/mil.

O EBITDA ou LAJIDA, lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização foi de R\$ 2.025,93 R\$/mil, superior em 38,80% a 2016, que foi de R\$ 1.459,56 R\$/mil, conforme evolução abaixo:



Investimentos

Em 2017, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 1.147,46 R\$/mil, -62,20% inferior em relação à 2016. Para esta mesma rubrica nos próximos 5 (cinco) anos, a Permissionária estima um investimento total de R\$ 3.974,25 R\$/mil.

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	R\$ Mil Nominais			R\$ Mil em moeda constante de 31/dez/2017				
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
AIS Bruto ¹	1.514,98	3.035,45	1.147,46	-	-	-	-	-
Transformador de Distribuição	585,69	265,38	130,53	-	-	-	-	-
Medidor	110,42	104,40	177,29	-	-	-	-	-
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	818,88	844,26	714,21	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	-	1.821,41	125,44	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais do AIS Bruto	-	-	297,21	-	-	-	-	-
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D, Universalização	-	-	297,21	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Originadas da Receita	-	-	-	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Ultrapassagem de demanda				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Excedente de reativos				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Diferença das perdas regulatórias				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.
Outros				n.c.	n.c.	n.c.	n.c.	n.c.

Comparativo dos Investimentos em Máquinas e Equipamentos da Distribuição:

O quadro a seguir é de apresentação compulsória para os agentes de distribuição e deve comparar o PDD entregue até 30 de abril de 2017 com o enviado no exercício anterior. A Delegatária deve apresentar fundamentos pela diferença entre o realizado de 2017 com o que estava projetado no PDD anterior, bem como a motivação da alteração, se ocorrida para os mesmos próximos anos projetados:

R\$ Mil	2017R	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2017	1.147,46	718,20	790,60	866,63	978,61	0,00

R\$ Mil	2017P	2018P	2019P	2020P	2021P	2022P
Plano de Investimentos 2016	620,76	718,20	790,06	866,63	978,61	0,00

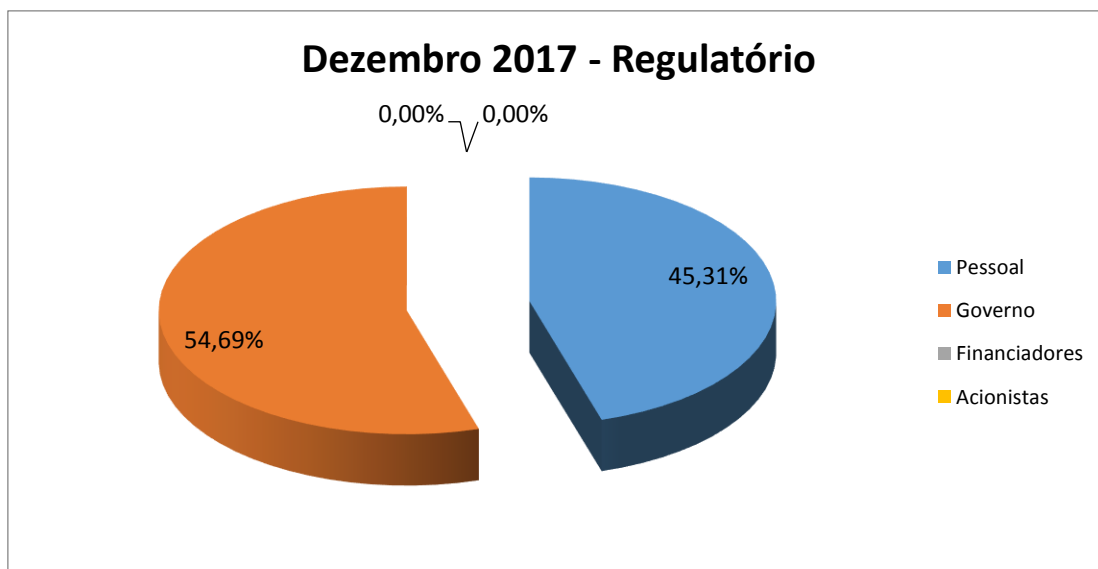
Diferença	84,8%	0,0%	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
------------------	--------------	-------------	-------------	-------------	-------------	-------------

Captações de recursos

Os investimentos de 2017 foram realizados somente com recursos próprios.

Valor adicionado regulatório

Em 2017, o valor adicionado líquido gerado como riqueza pela Permissionária foi de R\$ 9.744,17 R\$/mil, representando 44,99% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:



Política de reinvestimento e distribuição de dividendos

Sendo a entidade uma Cooperativa o seu objetivo é de aplicar todas as sobras na melhoria de seus serviços aos seus Cooperados e Consumidores mediante aprovação da AGO de cada exercício.

Além disso, a Permissionária com base na Lei nº 5.764/71 e no seu Estatuto Social constituiu Reservas sobre as suas sobras líquidas no montante de: 10% para Reserva Legal, 5% de Reserva para Desenvolvimento e 5% para a RATES. Quanto ao Lucro com Atos não Cooperados, foi devidamente transferido para Reserva de Assistência Técnica, Educacional e Social – RATES, conforme previsto na Lei nº 5.764/71 e na NBC T 10.8.

Composição acionária

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 3.325,36 Reais/mil, sendo composto por 332.536.006 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Conselho Administração	2.567.644	0,77%
Clovis Mancilha Barbosa	167.693	6,53%
Jose Édson Carvalho Coelho	366.307	14,27%
Paulo Sérgio Miranda Gonçalves	132.485	5,16%
Sebastião Sérgio Vítório	139.692	5,44%
Jorge de Paula Ribeiro	513.530	20,00%
David Gagliotti	58.309	2,27%
Igor Alfred Tschizik	1.189.628	46,33%
Conselho Fiscal	1.117.121	0,34%
Rogério dos Santos	18.900	1,69%
José Paulino dos Santos	233.625	20,91%
Vicente de Paulo Pereira	311.500	27,88%
João Carlos Ribeiro dos Santos	459.730	41,15%
Joaquim Camargo Miranda	4.650	0,42%
Manoel Carvalhal Pinto	88.716	7,94%
Total	3.684.765	1,11%
Demais Cotistas	328.851.241	98,89%
Total Geral	332.536.006	100,00%

Atendimento a acionistas

Coerente com a filosofia de postar-se diante do mercado como uma empresa transparente, moderna e aberta, a Permissionária coloca à disposição dos seus cooperados, colaboradores capacitados a esclarecer suas dúvidas e solicitações de forma presencial ou telefone da empresa.

Gestão

Administração: No decorrer do ano 2017, a CEDRAP continuou o trabalho de sua reestruturação organizacional, em conformidade com os parâmetros do novo modelo institucional do setor elétrico e os novos cenários da economia brasileira. A medida atende às exigências da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A intenção da ANEEL é assegurar total clareza e transparência nas relações comerciais entre os agentes que atuam nas diferentes etapas do processo de produção e venda de energia elétrica para garantir ao consumidor que as tarifas cobradas espelhem com fidelidade toda a cadeia de custos.

Planejamento Empresarial: O êxito que a Permissionária vem obtendo em seu processo de adaptação às mudanças aceleradas no setor elétrico se deve em grande parte à qualidade de seu planejamento empresarial.

Os rumos da Permissionária vêm sendo definidos com base no moderno conceito de planejamento por meio de cenários alternativos. Em 2017 a CEDRAP participou de diversas reuniões, palestras e treinamentos com o intuito de capacitar e melhorar os planejamentos a serem traçados pelos gerentes e profissionais.

Essa nova concepção de planejamento proporcionou o desenvolvimento do pensamento estratégico no âmbito gerencial da cooperativa e, ao mesmo tempo, criou um conjunto de estratégias adequadas aos diferentes cenários, possibilitando antecipar ações de reação às mudanças ambientais.

Simultaneamente, foi conduzido um processo de definição de tendências macro ambientais relacionadas com os ambientes políticos, econômico, sociocultural e tecnológico para o período de 2017 e 2018.

As tendências identificadas, juntamente com os resultados dos cenários empresariais, serviram de base para a definição das recomendações, metas e ações estratégicas das Unidades de Negócios para os horizontes de curto e médio prazo.

Gestão pela qualidade total: Em 2017, as atividades relacionadas com a Gestão pela Qualidade Total compreenderam o desenvolvimento de estudos e capacitação dos profissionais, certificações de qualidade de gestão, onde em 2017 a cooperativa passou pela re-certificação da ISO 9001/10002.

Recursos humanos: Em 2017, a Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba - CEDRAP desenvolveu seu papel social, proporcionando aos seus colaboradores: palestras, cursos e seminários, sempre considerando a especificidade de cada função exercida, mantêm convênios com Planos de Saúde, fornecimento de Vale Alimentação, Seguro de Vida em grupo e Vale Transporte aos colaboradores.

Responsabilidade social: No ano de 2017, a CEDRAP patrocinou o Instituto de Desenvolvimento Humano Emilio Marelo - IDHEM, projeto com crianças contribuindo com o desenvolvimento social.

Permissionária em números	2016	2017	%
Atendimento			
Número de consumidores	5.951	6.283	5,58%
Número de empregados	75	74	-1,33%
Número de consumidores por empregado	79,35	84,90	6,99%
Número de localidades atendidas	7	7	0,00%
Número de agências	1	1	0,00%
Número de postos de atendimento	1	2	100,00%
Número de postos de arrecadação	1	2	100,00%
Mercado			
Área de Permissão (Km ²)	936,22	936,22	0,00%
Geração própria (GWh)	0	0	0,00%
Demanda máxima (MW)	8,57	8,80	2,68%
Distribuição direta (GWh)	33,00	36,50	10,61%
Consumo residencial médio (kWh/ano)	1.793,32	1.687,38	-5,91%
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	365,88	368,21	0,64%
Residencial	420,42	436,79	3,89%
Comercial	416,63	438,68	5,29%
Industrial	349,36	344,68	-1,34%
Rural	299,82	310,71	3,63%
Suprimento			
Bandeirante	99,26	231,19	132,91%
Elektro	92,99	280,30	201,43%
DEC (horas)	39,18	31,31	-20,09%
População atendida - Urbana Atendida (em milhares de habitantes)	625	598	4,52%
População atendida - Rural (em milhares de habitantes)	5.531	5.358	3,23%

FEC (número de interrupções)	39,18	18,08	-53,85%
Número de reclamações por 1.000 consumidores	625,61	455,51	-27,19%
Operacionais			
Número de usinas em operação	0	0	0,00%
Número de subestações	0	0	0,00%
Linhas de transmissão (Km)	0,00	0,00	0,00%
Linhas de distribuição (Km)	815,54	832,96	2,14%
Capacidade instalada (MW)	20,50	39,00	90,24%
Financeiros			
Receita operacional bruta (R\$ mil)	16.602,77	21.858,49	31,65%
Receita operacional líquida (R\$ mil)	12.039,71	17.095,93	41,99%
Margem operacional do serviço líquida (%)	27,48	21,79	-20,70
EBITDA OU LAJIDA	1.459,56	2.025,93	38,80%
Lucro líquido (R\$/mil)	434,44	-595,53	174,16%
Lucro líquido por mil cotas	0,43	-0,59	174,42%
Patrimônio líquido (R\$ mil)	35.847,18	34.110,01	-4,85%
Valor patrimonial por cota R\$	35,85	34,11	-4,88%
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	1,21	1,74	43,80%
Endividamento do patrimônio líquido (%)	1,55	1,18	-23,87%
Em moeda nacional (%)	1,55	1,18	-23,87%
Em moeda estrangeira (%)	0,00	0,00	0,00%
Indicadores de Performance			
Salário Médio dos Funcionários	2.165,23	2.151,97	-0,61%
Energia Gerada/Comprada por Funcionário	440,00	493,19	12,09%
Energia Gerada/Comprada por Consumidor	5,55	5,81	4,68%
Retorno de ativos por unidade	0,58	0,37	-36,21%

AGRADECIMENTOS

Findando o ano de 2017, queremos agradecer a DEUS e lembrar a todos, que cooperativismo não é trabalhar sozinho. Cooperar é unir forças pelo bem comum. Contamos com braços amigos, e é para essas pessoas que endereçamos os nossos sinceros agradecimentos.

Aos nossos conselheiros, que durante o ano todo se reuniram para delegar funções, tomar decisões, discutir ações que visem o bem estar do associado e consumidor. Isso é cooperativismo. Muito obrigado pelo apoio, pela dedicação de cada um. Se tivemos um ano vencedor, foi porque lutamos para isso.

Da mesma forma, deixamos os nossos sinceros agradecimentos aos nossos colaboradores, que nos emprestam todos os dias, suas forças e seu suor, para que mantenhamos, sempre, a imagem de cooperativa exemplar.

Extensivamente aos associados e consumidores, e todos os demais que direta, ou indiretamente, contribuíram para o cumprimento da nossa missão de permissionária, o nosso Muito Obrigado!

Paraibuna, 31 de dezembro de 2017.

DEMONSTRATIVOS

CONTÁBEIS

REGULATÓRIOS 2017

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial Regulatório

	Regulatório	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	8.247,04	8.270,82
Caixa e equivalentes de caixa	2.298,71	3.096,25
Consumidores	3.332,83	2.757,08
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	75,08	874,44
Tributos compensáveis	331,54	204,80
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	356,78	275,20
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	234,45	455,22
Despesas pagas antecipadamente	22,65	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.595,01	607,82
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	47.298,88	47.750,80
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	83,73	63,39
Depósitos judiciais e cauções	282,32	277,44
Investimentos temporários	1.330,94	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	4,00
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	45.599,91	47.403,15
Intangível	1,99	2,82
Total do ativo	55.545,92	56.021,62

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

Balanço Patrimonial Regulatório

	Regulatório	
	2017	2016
Passivo		
Passivo Circulante	4.302,86	4.049,47
Fornecedores	1.801,34	273,21
Empréstimos, financiamentos e debêntures	118,84	153,42
Obrigações sociais e trabalhistas	779,68	573,23
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	272,64	206,50
Provisão para litígios		
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	492,45	234,66
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	367,95	1.018,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	469,96	1.590,38
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	17.133,04	16.124,96
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	283,85	402,70
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.059,43	1.526,38
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	15.789,75	14.195,89
Total do passivo	21.435,90	20.174,44
Patrimônio líquido	34.110,02	35.847,18
Capital social	3.325,36	3.325,27
Reservas de capital	827,46	1.879,80
Outros resultados abrangentes	19.699,15	21.645,04
Reservas de lucros	-	-
Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	- 0,00	0,00
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	12.596,76	12.322,23
Sobras à disposição da Assembleia	- 2.338,71	434,44
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	34.110,02	35.847,18
Total do passivo e do patrimônio líquido	55.545,92	56.021,62

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
 PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
 CONTADOR - CRC1SP238100

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Regulatório	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	21.858,49	16.602,77
Fornecimento de energia elétrica	7.935,08	4.131,36
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia elétrica de curto prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.235,09	10.163,82
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.000,77	1.451,04
Serviços cobráveis	30,16	29,81
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	3.657,39	826,75
Outras receitas	-	-
Tributos	- 3.015,82	- 2.556,08
ICMS	- 2.738,97	- 2.320,18
PIS-PASEP	- 49,30	- 42,01
COFINS	- 227,55	- 193,89
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	- 1.746,73	- 2.006,98
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	36,25
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	35,98
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	- 1.020,88	1.665,27
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	- 30,14	38,32
Outros encargos	- 695,71	231,16
Receita líquida / Ingresso líquido	17.095,93	12.039,71
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	- 6.342,01	- 2.512,98
Energia elétrica comprada para revenda	- 6.342,01	2.512,98
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-
(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Regulatório	
	2017	2016
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.753,93	9.526,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	- 11.377,45	- 9.369,36
Pessoal e administradores	- 5.342,80	- 4.855,47
Material	- 1.791,38	- 676,54
Serviços de terceiros	- 1.970,43	- 1.727,93
Arrendamento e aluguéis	- 3,40	-
Seguros	- 14,45	- 66,81
Doações, contribuições e subvenções	- 40,23	- 37,50
Provisões	- 137,46	0,60
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	27,25	87,65
Tributos	- 27,53	- 27,80
Depreciação e amortização	- 1.539,86	- 1.301,58
Gastos diversos	- 274,83	- 244,11
Outras Receitas Operacionais	119,45	281,34
Outras Despesas Operacionais	- 381,80	- 801,21
Resultado da Atividade	- 623,52	157,37
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	27,99	- 65,96
Despesas financeiras	- 449,08	- 566,81
Receitas financeiras	477,07	500,85
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	- 595,53	91,41
Despesa com impostos sobre os lucros	-	- 14,02
Resultado líquido das operações em continuidade	- 595,53	77,39
Operações descontinuadas	-	357,05
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	357,05
Resultado líquido do exercício	- 595,53	434,44
Atribuível aos:		
Cotistas	- 595,53	434,44
Lucro por ação	-	-

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba
CNPJ nº 60.196.987/0001-93
Demonstrações do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do Resultado do Exercício

	Regulatório	
	2017	2016
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

CLOVIS MANCILHA BABOSA
PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
 (Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Regulatório

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembleia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,00	- 1.860,22	7.255,46	-	- 0,00	12.263,33	- 225,49	-	20.758,08
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,26	-	-	-	-	-	-	-	0,26
Reavaliação regulatória	-	-	14.389,58	-	-	-	-	-	14.389,58
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	38,07	-	38,07
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	- 19,58	-	-	-	-	621,87	-	602,28
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71
FATES	-	-	-	-	-	41,33	-	-	41,33
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	5,86	-	-	5,86
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.325,27	- 1.879,80	21.645,04	-	- 0,00	12.322,23	434,44	-	35.847,18
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09
Reavaliação regulatória	-	-	1.945,89	-	-	-	-	-	1.945,89
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	738,27	-	738,27
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	- 2.707,27	-	-	-	-	3.511,43	-	804,17
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	41,73	-	-	41,73
FATES	-	-	-	-	-	10,43	-	-	10,43
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	222,37	-	-	222,37
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.325,36	827,46	19.699,15	-	- 0,00	12.596,76	- 2.338,71	-	34.110,02

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstrações do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

(Método Direto)

	Regulatório	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(498,00)	445,20
Fornecimento de Energia	16.934,87	14.494,66
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	3.164,15	182,37
Outros Recebimentos Operacionais	333,76	1.956,98
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.458,69)	(4.698,25)
Fornecedores - Energia Elétrica	(4.620,79)	(2.098,31)
Salários e Encargos Sociais	(4.263,08)	(4.268,99)
Tributos sobre a Receita - Federais	(416,30)	(281,09)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.770,02)	(2.238,04)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	(9,35)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.823,77)	(2.020,54)
Outras Despesas Operacionais	(1.578,12)	(574,25)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(100,47)	(24,06)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(100,47)	(24,06)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(598,47)	421,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(199,07)	(194,50)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(199,07)	(194,50)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(797,55)	226,64
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
No início do exercício	3.096,25	2.869,61
No fim do exercício	2.298,71	3.096,25

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
PRESIDENTEANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

NOTAS

EXPLICATIVAS

DEMONSTRAÇÕES

REGULATÓRIAS 2017

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro
de 2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Permissionária está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia a Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de

Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Permissionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição

financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias conforme apresentado no item 4 das Notas Explicativas Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, serão faturados e cobrados, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 01 de novembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Permissionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os

mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Permissionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anual. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Consumidores	2017	2016
Faturados	2.655,45	1.996,13
Não Faturados	613,60	541,19
Sub Total	3.269,06	2.537,32
Concessionárias	-	-
Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito da CCEE	-	-
Sub Total	-	-
Total	3.269,06	2.537,32

4 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

D E S C R I Ç Ã O	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2017	Total 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão p/ Devedores Duvidosos		
	Até 30 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Residencial	563,36	41,08	3,89	11,88	57,43	10,18	- 105,14	-	-	-	-	-	582,67	422,79
Industrial	949,50	27,58	2,46	3,12	68,17	1,10	- 102,93	-	-	-	-	-	949,00	734,13
Comercial	283,46	28,86	-	1,01	42,51	0,03	- 71,92	-	-	-	-	-	283,96	219,89
Rural	253,71	11,65	2,17	4,61	64,21	3,05	- 94,06	-	-	-	-	-	245,34	204,50
Poderes Públicos	5,91	0,35	-	0,31	-	0,28	-	-	-	-	-	-	6,84	4,79
Iluminação Pública	67,84	28,49	3,52	10,21	55,23	34,82	- 55,23	-	-	-	-	-	144,89	97,03
Serviço Público	17,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,94	17,15
Taxado	4,19	-	-	-	-	-	- 1,19	-	-	-	-	-	3,00	- 7,80
Fornecimento Não Faturado	613,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	613,60	541,19
Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.759,52	138,01	12,05	31,13	287,55	49,45	- 430,47	-	-	-	-	-	2.847,24	2.233,67

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencida a mais de 360 dias.

5 Imobilizado

A composição do Ativo Imobilizado em Serviço é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	61.316,75	3.179,24	661,32	-	1.208,33	62.626,35	2.517,92	18.556,72	44.069,63	44.378,51	-	-	-
Terrenos	11,71	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71	11,71	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	73,80	-	-	-	-	73,80	-	72,79	101	113	-	-	-
Máquinas e equipamentos	60.389,56	3.117,42	653,77	-	1.208,33	61.644,89	2.463,65	17.960,45	43.684,44	43.955,10	-	-	-
Veículos	790,31	618,3	7,55	-	-	844,58	54,28	490,99	353,60	389,44	-	-	-
Móveis e utensílios	51,37	-	-	-	-	51,37	-	32,50	18,86	21,13	-	-	-
Administração	596,09	56,87	-	-	-	652,96	56,87	319,16	333,80	321,73	-	-	-
Terrenos	1,93	-	-	-	-	1,93	-	-	1,93	1,93	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	217,07	-	-	-	-	217,07	-	91,90	125,18	130,21	-	-	-
Máquinas e equipamentos	158,95	6,87	-	-	-	165,82	6,87	103,18	62,65	66,33	-	-	-
Veículos	177,51	50,00	-	-	-	227,51	50,00	100,41	127,09	104,24	-	-	-
Móveis e utensílios	40,63	-	-	-	-	40,63	-	23,68	16,96	19,01	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	61.912,84	3.236,11	661,32	-	1.208,33	63.279,31	2.574,79	18.875,88	44.403,43	44.700,23	-	-	-

A composição do Ativo Imobilizado em Curso é como segue:

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	2.690,98	6.830,04	8.329,61	-	-	1.191,41	1.499,57	-	1.191,41	2.690,98	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1934,47	4.721,96	6.371,93	-	-	284,50	1.649,97	-	284,50	1934,47	-	-	-
Outros	756,51	2.108,08	1.957,68	-	-	906,91	150,40	-	906,91	756,51	-	-	-
Administração	11,94	-	6,87	-	-	5,07	6,87	-	5,07	11,94	-	-	-
Máquinas e equipamentos	11,94	-	6,87	-	-	5,07	6,87	-	5,07	11,94	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.702,92	6.830,04	8.336,48	-	-	1.196,48	1.506,44	-	1.196,48	2.702,92	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	64.615,76	10.066,15	8.997,80	-	1.208,33	64.475,79	1.068,35	18.875,88	45.599,91	47.403,15	-	-	-

A composição do Intangível em Serviço é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
Ativo Intangível em Serviço							
Geração	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	38,00	-	-	-	-	38,00	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	38,00	-	-	-	-	38,00	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	56,04	-	-	-	-	56,04	-
Softwares	56,04	-	-	-	-	56,04	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	94,04	-	-	-	-	94,04	-

A composição do Intangível em Curso é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
Ativo Intangível em Curso							
Geração	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	94,04	-	-	-	-	94,04	-

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	
AIS Bruto	60.389,56	3.117,42	653,77	-	-	1.208,33	61.644,89	2.463,65
Transformador de Distribuição	3.965,82	506,10	201,55	-	-	4.270,37	304,55	
Medidor	974,66	165,43	73,98	-	-	1.066,10	91,45	
Redes Baixa Tensão (<2,3 kV)	10.156,95	2.364,94	269,07	-	-	1.208,33	11.044,50	2.095,87
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	
Demais Máquinas e Equipamentos	45.292,14	80,95	109,17	-	-	45.263,92	-	28,22
Obrigações Especiais do AIS Bruto	13.410,72	1.521,48	-	-	-	14.932,20	1.521,48	
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	12.105,33	1.521,48	-	-	-	13.626,81	1.521,48	
Universalização	1.305,39	-	-	-	-	1.305,39	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-	
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	

A composição das Taxas Anuais Médias de Depreciação é como segue:

	2017			2016	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	0,00	-	-	-	-
Custo histórico	0,00	-	-	-	-
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Transmissão	0,00	-	-	-	-
Custo histórico	0,00	-	-	-	-
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Distribuição	5,33	45.261,04	18.556,72	26.704,32	44.378,51
Custo histórico	3,32	15.550,23	8.545,05	7.005,17	22.733,47
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	2,01	29.710,81	10.011,67	19.699,15	21.645,04
Administração	5,89	652,96	319,16	333,80	321,73
Custo histórico	5,89	652,96	319,16	333,80	321,73
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Comercialização	0,00	-	-	-	-
Custo histórico	0,00	-	-	-	-
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,00	14.932,20	2.291,51	12.640,69	11.638,69
Custo histórico	0,00	14.932,20	2.291,51	12.640,69	11.638,69
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Em curso	0,00	4.345,54	-	4.345,54	5.260,11
Geração	0,00	-	-	-	-
Transmissão	0,00	-	-	-	-
Distribuição	0,00	1.191,41	-	1.191,41	2.690,98
Administração	0,00	5,07	-	5,07	11,94
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,00	3.149,06	-	3.149,06	2.557,19

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/A mortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Aduaras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.642,00	1.547,73	325,26	-	-	1.391,84	3.123,14
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	855,59	-	-	-	-	-	855,59
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	30,01	-	-	-	-	-	30,01
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	111,83	-	-	-	-	-	111,83
Total das Adições	3.639,42	1.547,73	325,26	-	-	1.391,84	4.120,57

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

Taxas Anuais de Depreciação	
Geração	
Equipamento geral	0,00
Equipamentos da tomada d'água	0,00
Estrutura da tomada d'água	0,00
Reservatórios, barragens e adutoras	0,00
Turbina hidráulica	0,00
Transmissão	
Condutor do sistema	0,00
Equipamento geral	0,00
Estrutura do sistema	0,00
Religadores	0,00
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
Administração central	
Equipamento Geral	9,15
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 12 METROS X 0600 DAN	880,13
2 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 14 METROS X 1500 DAN	200,65
3 - TRAFO. TRIFASICO 015 KVA 220/127V - 15 KV	128,21
4 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 12 METROS X 1000 DAN	127,69
5 - POSTE DE EUCALIPTO TRATADO CIRCULAR, 11 METROS, MEDIO	85,99
6 - CAMINHONETE FORD RANGER XL DIESEL 2011 4x4 PLACA CYA3303	50,47
7 - MMC/PAJERO TR4 FLEX HP, FLEX, BRANCA, ANO MODELO 2013, ANO FABRICAÇÃO 2012, CHASSI 93XFRH77WDCC72272	50,00
8 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 14 METROS X 1500 DAN	32,57
9 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 12 METROS X 0600 DAN	28,58
10 - CABO DE ALUMINIO COM ALMA DE AÇO (CAA), NU, 04 AWG	28,39

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - RELIGADOR AUTOMÁTICO TRIFÁSICO, 13.8kV - 630A NOMINAL	36,42
2 - RELIGADOR AUTOMÁTICO TRIFÁSICO, 13.8kV - 630A NOMINAL	29,90
3 - POSTE EUC. TRATADO 11 MEDIO	19,92
4 - RELÉ CONTROLADOR DE RELIGADOR	19,19
5 - RELÉ CONTROLADOR DE RELIGADOR	18,58
6 - CABO ALUMINIO CAA 1/0 AWG	15,42
7 - TRAF. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,48
8 - TRAF. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,37
9 - TRAF. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,26
10 - TRAF. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,15

6 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 31/07/2016 a 31/07/2017, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2017, logo após o final da vigência do IRT.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CEDRAP transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CEDRAP, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobre contratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No presente ciclo de revisão tarifaria a CEDRAP não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifaria.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/16	Adição	Amortização	Remuneração	Transf.	Saldo em 31/12/17	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	455,22	266,67	487,44	-	-	234,45	-	-	234,45	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	265,50	93,61	348,67	-	-	10,44	-	-	10,44	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	189,72	173,06	138,77	-	-	224,01	-	-	224,01	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	455,22	266,67	487,44	-	-	234,45	-	-	234,45	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/16	Adição	Amortização	Remuneração	Transf.	Saldo em 31/12/17	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfra	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.018,07	1.959,36	2.609,48	-	-	367,95	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	34,09	683,65	703,58	-	-	14,16	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	371,45	506,42	582,46	-	-	295,41	-	-	-	-
Outros	612,53	769,29	1.323,44	-	-	58,37	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.018,07	1.959,36	2.609,48	-	-	367,95	-	-	-	-

7 Empréstimos e Financiamentos

Abertura do endividamento – R\$ mil

Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo

INSITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Freq. Pcto Juros	Data Próx. Amort.	Venc. Final	Freq. de Amort.	Sist. de Amort.	Prazo							
																2019	2020	2021	2022	2023	Total	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Financiamento RGR - Luz p/ Todos	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Linha 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuos 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuos 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Tributária	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	-	391,48	283,85	675,34	762,61
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	118,84	283,85	402,70	556,12
Tributária	-	272,64	-	272,64	206,50
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	2.231,91	1.330,94	3.562,85	3.078,69
Alta Liquidez	-	2.231,91	1.330,94	3.562,85	3.078,69
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	1.840,43	1.047,08	2.887,51	2.316,08

8 Imposte de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não houve Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2016 e 2015 na CEDRAP.

Legislação Regulatória

2017	2016
------	------

Ativo circulante	440,63	306,69
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	440,63	306,69
Provisão para perdas em estoque	-	-

Ativo não circulante	-	-
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-

Total	440,63	306,69
--------------	---------------	---------------

9 Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	-	277,44	-	-	-	277,44
Constituição	-	4,88	-	-	-	4,88
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	-	282,32	-	-	-	282,32

10 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a as Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	0,00	14.932,20	-	-	14.932,20
Participação da União, Estados e Municípios	0,00	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,00	2.852,17	-	-	2.852,17
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00	10.774,64	-	-	10.774,64
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00	1.305,39	-	-	1.305,39
Outros	0,00	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00	-	-	-	-
Outros	0,00	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	15,35	- 2.291,51	-	-	- 2.276,17
Participação da União, Estados e Municípios	0,00	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	14,80	- 422,02	-	-	407,23
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	15,36	- 1.654,54	-	-	- 1.639,18
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	16,47	- 214,95	-	-	- 198,49
Outros	0,00	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00	-	-	-	-
Outros	0,00	-	-	-	-
Total	15,35	12.640,69	-	-	12.656,04

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transfrecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em serviço	13.410,72	1.522,68	1,19	-	-	14.932,20	1.521,48	- 2.291,51	12.640,69	11.638,69
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1.330,69	1.522,68	1,19	-	-	2.852,17	1.521,48	- 422,02	2.430,15	964,56
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	10.774,64	-	-	-	-	10.774,64	-	- 1.654,54	9.120,10	9.533,60
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	1.305,39	-	-	-	-	1.305,39	-	- 214,95	1.090,44	1.140,54
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	- 1.772,03	- 519,49	-	-	-	- 2.291,51	- 519,49	-	- 2.291,51	- 1.772,03
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	- 366,14	- 55,89	-	-	-	- 422,02	- 55,89	-	- 422,02	- 366,14
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	- 1.241,04	- 413,50	-	-	-	- 1.654,54	- 413,50	-	- 1.654,54	- 1.241,04
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	- 164,86	- 50,10	-	-	-	- 214,95	- 50,10	-	- 214,95	- 164,86
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	11.638,69	1.003,19	1,19	-	-	12.640,69	1.002,00	- 2.291,51	10.349,18	9.866,67

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transfrecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em Curso	2.283,32	2.008,41	1.522,68	-	-	2.769,05	485,73	-	2.769,05	2.283,32
Participação da União, Estados e Municípios	9,30	-	-	-	-	9,30	-	-	9,30	9,30
Participação Financeira do Consumidor	1.901,57	1.982,04	1.522,68	-	-	2.360,94	459,37	-	2.360,94	1.901,57
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	289,03	-	-	-	-	289,03	-	-	289,03	289,03
Valores Pendentes de Recebimento	83,43	26,37	-	-	-	109,79	26,37	-	109,79	83,43
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	273,87	106,14	-	-	-	380,01	106,14	-	380,01	273,87
Ultrapassagem de demanda	273,87	36,46	-	-	-	310,33	36,46	-	310,33	273,87
Excedente de reativos	-	69,68	-	-	-	69,68	69,68	-	69,68	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.557,19	2.114,54	1.522,68	-	-	3.149,06	591,87	-	3.149,06	2.557,19

11 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 3.325,36 Reais/mil, sendo composto por 332.536.006 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Conselho Administração	2.567.644	0,77%
Clovis Mancilha Barbosa	167.693	6,53%
Jose Édson Carvalho Coelho	366.307	14,27%
Paulo Sérgio Miranda Gonçalves	132.485	5,16%
Sebastião Sérgio Vítório	139.692	5,44%
Jorge de Paula Ribeiro	513.530	20,00%
David Gagliotti	58.309	2,27%
Igor Alfred Tschizik	1.189.628	46,33%
Conselho Fiscal	1.117.121	0,34%
Rogério dos Santos	18.900	1,69%
José Paulino dos Santos	233.625	20,91%
Vicente de Paulo Pereira	311.500	27,88%
João Carlos Ribeiro dos Santos	459.730	41,15%
Joaquim Camargo Miranda	4.650	0,42%
Manoel Carvalhal Pinto	88.716	7,94%
Total	3.684.765	1,11%
Demais Cotistas	328.851.241	98,89%
Total Geral	332.536.006	100,00%

Reserva de Capital

	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	827,46	- 1.879,80
Total	827,46	- 1.879,80

Outros Resultados Abrangentes

	2017	2016
Reavaliação regulatória compulsória	29.710,81	30.919,14
Depreciação da reavaliação regulatória compulsória	- 10.011,67	- 9.274,10
Realização da reavaliação regulatória compulsória	-	-
Total	19.699,15	21.645,04

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2017	2016
Lucros Acumulados	-	-
Prejuízos Acumulados	- 0,00	- 0,00
Total	- 0,00	- 0,00

Reserva de Sobras

	2017	2016
Reserva legal	7.591,45	7.549,73
Reserva de Assistencia Tec Ed Social	4.096,06	4.085,63
Reserva para investimentos	909,24	686,88
Total	12.596,76	12.322,23

Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia

	2017	2016
Sobras	2.080,76	1.342,49
Perdas	-4.419,48	-908,04
Total	-2.338,71	434,44

12 Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	13.438,20	14.315,92
Residencial	4.743	4.609	8.003,25	7.610,74	3.495,75	3.863,95
Industrial	22	24	15.653,58	14.074,69	5.395,55	5.996,42
Comercial	262	263	4.450,25	3.953,11	1.952,22	2.007,87
Rural	1.202	1.208	6.605,63	5.797,89	2.052,42	1.842,82
Poder público	30	31	89,24	103,98	39,77	51,74
Iluminação pública	11	8	1.166,12	1.081,20	303,07	332,62
Serviço público	13	13	527,91	488,32	199,40	220,50
Suprimento Faturado	0	0	0,00	0,00	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	0	0	0,00	0,00	9.235,09	10.163,82
Consumidores Cativos	0	0	0,00	0,00	9.235,09	10.163,82
Consumidores Livres	0	0	0,00	0,00	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	0	0	0,00	0,00	-	-
Permissionárias	0	0	0,00	0,00	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	0	0	0,00	0,00	-	-
(-) Transferências	0	0	0,00	0,00	- 95,95	- 77,14
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	0	0	0,00	0,00	- 95,95	- 77,14
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	0	0	0,00	0,00	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas	0	0	0,00	0,00	-	-
(-) Trsf TUSD Consumidores Cativos	0	0	0,00	0,00	- 9.235,09	- 10.163,82
Regulatórias	0	0	0,00	0,00	4.688,32	2.307,59
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	0	0	0,00	0,00	4.688,32	2.307,59
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	0	0	0,00	0,00	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	0	0	0,00	0,00	1.138,04	1.023,98
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	0	0	0,00	0,00	- 137,27	427,06
Serviços Cobráveis	0	0	0,00	0,00	30,16	29,81
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	0	0	0,00	0,00	3.657,39	826,75
Total	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	27.265,66	26.710,19

13 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2017 e 2016, a CEDRAP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14 Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal	4.918,26	4.518,72
Remuneração	2.530,56	2.340,94
Encargos	1.238,68	1.127,21
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	902,90	916,03
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	246,12	134,55
Administradores	424,53	336,75
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	415,81	336,75
Benefícios dos administradores	8,72	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	5.342,80	4.855,47

15 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	- 595,53	434,44
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	- 14,02
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	- 14,02

16 Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade

Em virtude de a empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17 Revisão e Reajuste Tarifário

17.1 Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2017 a CEDRAP não passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica a qual ocorrerá no ano de 2020.

17.2 Reajuste Tarifário Anual

As tarifas de aplicação da CEDRAP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.151 de 30 de setembro de 2016, alteradas pela Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, ficam em média reajustadas em 16,26%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores e usuários supridos pela distribuidora.

As novas tarifas de aplicação começaram a vigorar no período de 31 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2018.

A presente revisão efetuou a nova composição de nossa PARCELA B.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinado à nossa Empresa.

Foi homologado o valor mensal de R\$ 508.197,36, a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no período de agosto de 2017 a julho de 2018, para compensar a reduzida densidade de carga de seu mercado, conforme previsto no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996.

Referente aos componentes financeiros, os itens contemplados foram: o repasse de PIS e COFINS, Neutralidade dos Encargos Setoriais, Ajuste Financeiro referente recálculo Reajuste/Revisão de anos anteriores, Compensação de DIC/FIC e a Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias.

17.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente foram observadas as seguintes diretrizes:

- a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;
- b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	57.557,64
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	2.314,23
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	55.243,41
(6) Depreciação Acumulada	14.181,56
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	43.376,08
(10) Almoarifado em Operação	172,67
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	43.548,75
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	-
(18) Quota de Reintegração Regulatória	2.209,74
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.641,79

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Descrição	Valores R\$/mil
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	2.600,51
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	650,13
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	650,13
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.300,26
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	35,56
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	105,13
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	269,84
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	410,53

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Permissionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 8.1 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	12.384,93	-	-	122,64%	-	46,92%
1.1. Encargos Setoriais	1.194,97	-	-	-17,44%	-	-1,74%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	12,79	-	-	-67,30%	-	-0,18%
CDE	920,00	-	-	-17,91%	-	-1,38%
PROINFA	262,18	-	-	-8,83%	-	-0,17%
P&D e Eficiência Energética	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	2.173,83	-	-	259,63%	-	10,79%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	2.173,83	-	-	259,63%	-	10,79%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	9.016,13	-	-	156,80%	-	37,86%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	9.016,13	-	-	156,80%	-	37,86%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	9.117,45	-	-	-66,37%	-	-40,98%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	3.019,08	-	-	-66,37%	-	-40,98%
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	6.098,37	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	-	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	- 420,54	-	-	-	-	-2,76%
5. Reposicionamento com Financeiros	-	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	16,26%	-	-	-	-	-

17.7 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu os patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2017, nosso DEC e FEC figuram dentro da margem regulatória. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, que fomos recertificados passando a vigora até o ano de 2018.

Ano de 2017:

Limites Regulatórios: DEC: 50 FEC 29

Realizado: DEC 31,31 e FEC 18,08

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

17.8 Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo – Fato Relevante

Em 31/08/2016 nossa Empresa encerrou o seu segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.151, de 27/09/2016. A partir de agosto de 2017 iniciamos o Terceiro Ciclo da Revisão Tarifária que ocorrerá no de ano 2020.

18 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

Descrição	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativo							
Ativo Circulante		8.247,04	-	8.247,04	8.270,82	-	8.270,82
Caixa e equivalentes de caixa		2.298,71	-	2.298,71	3.096,25	-	3.096,25
Consumidores	14.1	3.332,83	-	3.332,83	2.757,08	-	2.757,08
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		75,08	-	75,08	874,44	-	874,44
Tributos compensáveis		331,54	-	331,54	204,80	-	204,80
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		356,78	-	356,78	275,20	-	275,20
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	234,45	-	234,45	455,22	-	455,22
Despesas pagas antecipadamente		22,65	-	22,65	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.595,01	-	1.595,01	607,82	-	607,82
Ativo não Circulante		47.298,88	-19.699,15	27.599,73	47.750,80	-21.645,04	26.105,76
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		83,73	-	83,73	63,39	-	63,39
Depósitos judiciais e cauções		282,32	-	282,32	277,44	-	277,44
Investimentos temporários		1.330,94	-	1.330,94	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	12.693,01	12.693,01	4,00	10.964,41	10.968,41
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	45.599,91	- 44.880,92	718,99	47.403,15	- 46.658,02	745,14
Intangível	14.5	1,99	12.488,76	12.490,75	2,82	14.048,56	14.051,38
Total do Ativo		55.545,92	-19.699,15	35.846,77	56.021,62	-21.645,04	34.376,58

Passivo							
Passivo Circulante		4.302,86	-	4.302,86	4.049,47	-	4.049,47
Fornecedores		1.801,34	-	1.801,34	273,21	-	273,21
Empréstimos, financiamentos e debêntures		118,84	-	118,84	153,42	-	153,42
Obrigações sociais e trabalhistas		779,68	-	779,68	573,23	-	573,23
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		272,64	-	272,64	206,50	-	206,50
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		492,45	-	492,45	234,66	-	234,66
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	367,95	-	367,95	1.018,07	-	1.018,07
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		469,96	-	469,96	1.590,38	-	1.590,38
Passivo não Circulante		17.133,04	-	17.133,04	16.124,96	-	16.124,96
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		283,85	-	283,85	402,70	-	402,70
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.059,43	-	1.059,43	1.526,38	-	1.526,38
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas a concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		15.789,75	-	15.789,75	14.195,89	-	14.195,89
Total do Passivo		21.435,90	-	21.435,90	20.174,44	-	20.174,44

Patrimônio Líquido							
Capital social		3.325,36	-	3.325,36	3.325,27	-	3.325,27
Reservas de capital		827,46	-	827,46	- 1.879,80	-	- 1.879,80
Outros resultados abrangentes		19.699,15	- 19.699,15	-	21.645,04	- 21.645,04	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		- 0,00	-	- 0,00	- 0,00	-	- 0,00
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		12.596,76	-	12.596,76	12.322,23	-	12.322,23
Sobras à disposição da Assembleia		- 2.338,71	-	- 2.338,71	434,44	-	434,44
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		34.110,02	- 19.699,15	14.410,87	35.847,18	- 21.645,04	14.202,14
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		55.545,92	- 19.699,15	35.846,77	56.021,62	- 21.645,04	34.376,58

	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso		21.858,49	-	21.858,49	16.602,77	-	16.602,77
Fornecimento de energia elétrica		7.935,08	-	7.935,08	14.372,32	-	14.372,32
(-) Transferências		-	-	-	- 10.240,96	-	- 10.240,96
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de curto prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.235,09	-	9.235,09	10.163,82	-	10.163,82
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.000,77	-	1.000,77	427,06	-	427,06
Diferimento ou devoluções		-	-	-	1.023,98	-	1.023,98
Serviços cobráveis		30,16	-	30,16	29,81	-	29,81
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		3.657,39	-	3.657,39	826,75	-	826,75
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-	-

Tributos	- 3.015,82	-	- 3.015,82	- 2.556,08	-	- 2.556,08
ICMS	- 2.738,97	-	- 2.738,97	- 2.320,18	-	- 2.320,18
PIS-PASEP	- 49,30	-	- 49,30	- 42,01	-	- 42,01
COFINS	- 227,55	-	- 227,55	- 193,89	-	- 193,89
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	- 1.746,73	-	- 1.746,73	- 2.006,98	-	- 2.006,98
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	- 36,25	-	- 36,25
Conta de desenvolvimento economico - CDE	- 1.020,88	-	- 1.020,88	- 1.665,27	-	- 1.665,27
Programa de eficiência energética – PEE	-	-	-	- 35,98	-	- 35,98
Taxa de fiscalização	- 30,14	-	- 30,14	- 38,32	-	- 38,32
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	- 695,71	-	- 695,71	- 231,16	-	- 231,16
Receita Líquida / Ingresso Líquido	17.095,93	-	17.095,93	12.039,71	-	12.039,71
Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"	- 6.342,01	-	- 6.342,01	- 2.512,98	-	- 2.512,98
Energia elétrica comprada para revenda	- 6.342,01	-	- 6.342,01	- 2.266,52	-	- 2.266,52
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	-	-	-	- 246,46	-	- 246,46
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	10.753,93	-	10.753,93	9.526,73	-	9.526,73
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	- 11.377,45	804,17	-10.573,29	- 9.369,36	661,54	- 8.707,82
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)	- 5.342,80	-	- 5.342,80	- 4.855,47	-	- 4.855,47
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	- 1.791,38	-	- 1.791,38	- 676,54	-	- 676,54
Serviços de terceiros	- 1.970,43	-	- 1.970,43	- 1.727,93	-	- 1.727,93
Arrendamento e aluguéis	- 3,40	-	- 3,40	-	-	-
Seguros	- 14,45	-	- 14,45	- 66,81	-	- 66,81
Doações, contribuições e subvenções	- 40,23	-	- 40,23	- 37,50	-	- 37,50
Provisões	- 137,46	-	- 137,46	0,60	-	0,60
Recuperação de despesas	27,25	-	27,25	87,65	-	87,65
Tributos	- 27,53	-	- 27,53	- 27,80	-	- 27,80
Depreciação e amortização	- 1.539,86	804,17	- 735,69	- 1.301,58	621,90	- 679,68
Gastos diversos da atividade vinculada	- 274,83	- 1.482,57	- 1.757,40	- 244,11	-	- 244,11
Outras Receitas Operacionais	119,45	1.482,57	1.602,02	281,34	39,64	320,98
Outras Gastos Operacionais	- 381,80	-	- 381,80	- 801,21	-	- 801,21

Resultado da Atividade	-	623,52	-	804,17	180,64	157,37	-	661,54	818,91
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		27,99	-	-	27,99	-	65,96	-	65,96
Despesas financeiras	-	449,08	-	-	449,08	-	566,81	-	566,81
Receitas financeiras		477,07	-	-	477,07		500,85	-	500,85
Lucro Antes dos Impostos Sobre o Lucro	-	595,53	-	804,17	208,63	91,41	-	661,54	752,96
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	14,02	-	-	14,02
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	-	595,53	-	804,17	208,63	77,39	-	661,54	738,93
Operações descontinuadas									
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	73,02	-	73,02	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	595,53	-	877,19	135,61	77,39	-	661,54	524,05
Atribuível aos:									
Cotistas		-	-	-	135,61	-	-	-	163,47
Lucro por Ação									
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade									
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-

18.1 Consumidores

Não houve ajuste na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Os ajustes são decorrentes do fato que os ativos e passivos financeiros setoriais em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

18.3 Ativos Financeiros da Concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 Imobilizado

18.4.1 Reavaliação Compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5 Intangível

18.5.1 Reavaliação Compulsória

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2 Depreciação

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1 Reavaliação Compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia.

18.6.2 Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia.

18.7 Efeitos de Contabilização de Contratos de Concessão (ICPC 01)

18.7.1 Ativo Financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 Ativo Intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 Receita e Custo de Construção (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 Remuneração do Ativo Financeiro (Resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2017 e 2016.

18.7.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Resultado)

Não houveram ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2017 e 2016.

18.8 Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2017	
	Regulatório	Societário
Saldos no início do exercício	35.847,18	14.202,14
Capital Social	0,09	0,09
Reserva de Capital	2.707,27	2.707,27
Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	- 1.208,33	- 1.208,33
Efeitos IFRS ICPC 01	-	407,51
Depreciação Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	- 737,57	- 558,66
Depreciação Efeitos IFRS ICPC 01	-	1.359,47
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Reserva de Sobras	274,53	179,66
Sobras / Perdas a Disposição da Assembléia	- 2.773,16	- 2.678,29
Saldos no fim do exercício	34.110,02	14.410,87

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade

Regulatória, revertida conforme regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9 Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	135,61	111,00
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	- 731,14	- 19,58
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	- 731,14	- 19,58
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	- 595,53	91,41

19 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.

Clovis Mancilha Barbosa
Presidente

Rogério Faria Vilela
Gerente Administrativo

André de Araújo Coelho
Contador
1SP238100/O-2

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo assinados, na condição de membros do Conselho Fiscal desta Cooperativa, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos o Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Com o assessoramento de informações suplementares e explicações obtidas junto aos responsáveis operacionais e a Diretoria, procedemos a análise sistemática das operações através de verificações dos documentos, inspeções e outras investigações nas áreas de atividades operacionais e administrativas da Cooperativa, relativas ao exercício de 2017.

Baseados nos exames efetuados, somos do parecer que as contas apresentadas merecem a aprovação pelos Senhores Associados.


Paraibuna, 22 de fevereiro de 2018.



Rogério dos Santos



José Paulino dos Santos



Vicente de Paulo Pereira

NOTAS

CONCILIATÓRIAS

CONTABILIDADE

SOCIETÁRIA x

REGULATÓRIA

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba
CNPJ nº 60.196.987/0001-93
Demonstração Conciliação Balanço Regulatório x Societário x Fiscal

BALANÇO PATRIMONIAL FISCAL 2017

Descrição	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Ativos						
Ativo circulante		8.247,04	-	8.247,04	-	8.247,04
Caixa e equivalentes de caixa		2.298,71	-	2.298,71	-	2.298,71
Consumidores	14.1	3.332,83	-	3.332,83	-	3.332,83
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		75,08	-	75,08	-	75,08
Tributos compensáveis		331,54	-	331,54	-	331,54
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		356,78	-	356,78	-	356,78
Investimentos temporários		-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	234,45	-	234,45	-	234,45
Despesas pagas antecipadamente		22,65	-	22,65	-	22,65
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.595,01	-	1.595,01	-	1.595,01
Ativo não circulante		47.298,88	- 19.699,15	27.599,73	-	27.599,73
Consumidores		-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		83,73	-	83,73	-	83,73
Depósitos judiciais e cauções		282,32	-	282,32	-	282,32
Investimentos temporários		1.330,94	-	1.330,94	-	1.330,94
Empréstimos		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	12.693,01	12.693,01	-	12.693,01
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	45.599,91	- 44.880,92	718,99	-	718,99
Intangível	14.5	1,99	12.488,76	12.490,75	-	12.490,75
Total do ativo		55.545,92	- 19.699,15	35.846,77	-	35.846,77

Passivo						
Passivo circulante		4.302,86	-	4.302,86	-	4.302,86
Fornecedores		1.801,34	-	1.801,34	-	1.801,34
Empréstimos, financiamentos e debêntures		118,84	-	118,84	-	118,84
Obrigações sociais e trabalhistas		779,68	-	779,68	-	779,68
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		272,64	-	272,64	-	272,64
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		492,45	-	492,45	-	492,45
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	367,95	-	367,95	-	367,95
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		469,96	-	469,96	-	469,96
Passivo não circulante		17.133,04	-	17.133,04	-	17.133,04
Fornecedores		-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		283,85	-	283,85	-	283,85

Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.059,43	-	1.059,43	-	1.059,43
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		15.789,75	-	15.789,75	-	15.789,75
Total do passivo		21.435,90	-	21.435,90	-	21.435,90

Patrimônio líquido						
Capital social		3.325,36	-	3.325,36	-	3.325,36
Reservas de capital		827,46	-	827,46	-	827,46
Outros resultados abrangentes		19.699,15	- 19.699,15	-	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		- 0,00	-	- 0,00	-	- 0,00
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-
Reserva de sobras		12.596,76	-	12.596,76	-	12.596,76
Sobras à disposição da Assembleia		- 2.338,71	-	- 2.338,71	-	- 2.338,71
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-
Total do patrimônio líquido		34.110,02	- 19.699,15	14.410,87	-	14.410,87
Total do passivo e do patrimônio líquido		55.545,92	- 19.699,15	35.846,77	-	35.846,77

CLOVIS MANILHA BARBOSA
PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraiba
 CNPJ nº 60.196.987/0001-93
 Demonstração Conciliação Resultado Regulatório x Societário x Fiscal

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO FISCAL DO EXERCÍCIO 2017

	Nota	Regulatório	Ajustes REG/SOC	Societario	Ajustes SOC/FIS	Fiscal
Operações em continuidade						
Receita / Ingresso		21.858,49	-	21.858,49	-	21.858,49
Fornecimento de energia elétrica		7.935,08	-	7.935,08	-	7.935,08
(-) Transferências		-	-	-	-	-
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-
Energia elétrica de curto prazo		-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.235,09	-	9.235,09	-	9.235,09
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.000,77	-	1.000,77	-	1.000,77
Serviços cobráveis		30,16	-	30,16	-	30,16
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		3.657,39	-	3.657,39	-	3.657,39
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-
Tributos		- 3.015,82	-	- 3.015,82	-	- 3.015,82
ICMS		- 2.738,97	-	- 2.738,97	-	- 2.738,97
PIS-PASEP		- 49,30	-	- 49,30	-	- 49,30
COFINS		- 227,55	-	- 227,55	-	- 227,55
ISS		-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		- 1.746,73	-	- 1.746,73	-	- 1.746,73
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		-	-	-	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		- 1.020,88	-	- 1.020,88	-	- 1.020,88
Programa de Eficiência Energética – PEE		-	-	-	-	-
Taxa de Fiscalização		- 30,14	-	- 30,14	-	- 30,14
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH		-	-	-	-	-
Outros encargos		- 695,71	-	- 695,71	-	- 695,71
Receita líquida / Ingresso líquido		17.095,93	-	17.095,93	-	17.095,93
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		- 6.342,01	-	- 6.342,01	-	- 6.342,01
Energia elétrica comprada para revenda		- 6.342,01	-	- 6.342,01	-	- 6.342,01
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa		-	-	-	-	-
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição		-	-	-	-	-
Encargos e Demais Despesas Setoriais		-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica Combustíveis		-	-	-	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis		10.753,93	-	10.753,93	-	10.753,93
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		- 11.377,45	804,17	- 10.573,29	-	- 10.573,29
Pessoal e administradores		- 5.342,80	-	- 5.342,80	-	- 5.342,80
Entidade de previdência privada		-	-	-	-	-
Material		- 1.791,38	-	- 1.791,38	-	- 1.791,38
Serviços de terceiros		- 1.970,43	-	- 1.970,43	-	- 1.970,43
Arrendamento e aluguéis		- 3,40	-	- 3,40	-	- 3,40
Seguros		- 14,45	-	- 14,45	-	- 14,45
Doações, contribuições e subvenções		- 40,23	-	- 40,23	-	- 40,23
Provisões		- 137,46	-	- 137,46	-	- 137,46
(-) Recuperação de despesas		27,25	-	27,25	-	27,25
Tributos		- 27,53	-	- 27,53	-	- 27,53
Depreciação e amortização		- 1.539,86	804,17	- 735,69	-	- 735,69
Gastos diversos da atividade vinculada		- 274,83	- 1.482,57	- 1.757,40	-	- 1.757,40
Outras Receitas Operacionais		119,45	1.482,57	1.602,02	-	1.602,02

Outras Gastos Operacionais	-	381,80	-	-	381,80	-	-	381,80	
Resultado da Atividade	-	623,52	804,17	180,64	180,64	-	-	180,64	
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	
Resultado Financeiro		27,99	-	27,99	-	-	-	27,99	
Despesas financeiras	-	449,08	-	-	449,08	-	-	449,08	
Receitas financeiras		477,07	-		477,07	-	-	477,07	
Lucro antes dos impostos sobre o lucro	-	595,53	804,17	208,63	208,63	-	-	208,63	
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	-	-	-	
Resultado líquido das operações em continuidade	-	595,53	804,17	208,63	208,63	-	-	208,63	
Operações descontinuadas									
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	73,02	-	73,02	-	-	73,02
Resultado líquido do exercício	-	595,53	731,14	135,61	135,61	-	-	135,61	
Atribuível aos:									
Cotistas		-	-	135,61	-	135,61	-	135,61	
Lucro por ação		-	-	-	-	-	-	-	
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	
Lucro por ação originado das operações em continuidade		-	-	-	-	-	-	-	
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
PRESIDENTE

ANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

Cooperativa de Eletrificação da Região do Alto Paraíba

CNPJ nº 60.196.987/0001-93

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Societário

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,00	- 1.009,86	-	-	- 0,00	12.263,33	163,47	-	14.741,93
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,26	-	-	-	-	-	-	-	0,26
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	38,07	-	38,07
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71
FATES	-	-	-	-	-	41,33	-	-	41,33
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	- 869,94	-	-	-	-	232,91	-	- 637,03
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	5,86	-	-	5,86
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.325,27	- 1.879,80	-	-	- 0,00	12.322,23	434,44	-	14.202,14
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	28,97	-	28,97
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	75,03	-	-	75,03
FATES	-	-	-	-	-	17,73	-	-	17,73
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes IFRS	-	2.707,27	-	-	-	-	2.707,27	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	236,96	-	-	236,96
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.325,36	827,46	-	-	- 0,00	12.501,89	- 2.243,85	-	14.410,87

CLOVIS MANCILHA BARBOSA
PRESIDENTEANDRÉ DE ARAÚJO COELHO
CONTADOR - CRC1SP238100

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

**Relatório de Auditoria das Demonstrações
Contábeis Regulatórias do Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2017.**

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

Fevereiro / 2018

Campinas, 15 de fevereiro de 2018.

Ao

Conselho de Administração da:

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAIBA - CEDRAP**

Estivemos nas dependências da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP**, realizando trabalhos de Auditoria das Demonstrações Contábeis Regulatórias do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

Nossos exames foram efetuados de acordo com as normas de Auditoria e, conseqüentemente, incluíram as provas dos registros contábeis e evidências que suportam os valores e as informações divulgados nas demonstrações contábeis regulatórias, correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A seguir, apresentamos nosso relatório em forma longa sobre as referidas demonstrações contábeis regulatórias e que compreendem:

Balancos Patrimonial Regulatório e Societário;
Demonstração Regulatória do Resultado do Exercício;
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório;
Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório;
Demonstração do Valor Adicionado – DVA;
Notas Conciliatórias e Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias; e
Relatório dos Auditores Independentes;

LAM AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

Para melhor compreensão o relatório está dividido nas seguintes seções:

- I - BALANÇOS PATRIMONIAL REGULATÓRIO**
- II - DEMONSTRAÇÃO REGULATÓRIA DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**
- III- DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - REGULATÓRIO**
- IV- DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – REGULATÓRIO**
- V- DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO – DVA – REGULATÓRIO**
- VI- NOTAS CONCILIATORIAS E EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATORIAS**
- VII - RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

SEÇÃO I

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

**Demonstração dos Balanços Patrimonial Regulatório dos Exercícios Findo em 31
de Dezembro de 2017 e 2016.
(Valores expressos em reais)**

	Regulatório	
	2017	2016
Ativos		
Ativo Circulante	8.247,04	8.270,82
Caixa e equivalentes de caixa	2.298,71	3.096,25
Consumidores	3.332,83	2.757,08
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	75,08	874,44
Tributos compensáveis	331,54	204,80
Depósitos judiciais e cauções	-	-
Almoxarifado operacional	356,78	275,20
Investimentos temporários	-	-
Empréstimos	-	-
Ativos financeiros setoriais	234,45	455,22
Despesas pagas antecipadamente	22,65	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos circulantes	1.595,01	607,82
Ativos de operações descontinuadas	-	-
Bens destinados à alienação	-	-
Ativo Não-Circulante	47.298,88	47.750,80
Consumidores	-	-
Concessionárias e permissionárias	-	-
Serviços em curso	-	-
Tributos compensáveis	83,73	63,39
Depósitos judiciais e cauções	282,32	277,44
Investimentos temporários	1.330,94	-
Empréstimos	-	-
Tributos diferidos	-	-
Ativos financeiros setoriais	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-
Bens e direitos para uso futuro	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Outros ativos não circulantes	-	4,00
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	-	-
Imobilizado	45.599,91	47.403,15
Intangível	1,99	2,82
Total do ativo	55.545,92	56.021,62

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO I

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

**Demonstração dos Balanços Patrimonial Regulatório dos Exercícios Findo em 31
de Dezembro de 2017 e 2016.
(Valores expressos em reais)**

Passivo	2017	2016
Passivo Circulante	4.302,86	4.049,47
Fornecedores	1.801,34	273,21
Empréstimos, financiamentos e debêntures	118,84	153,42
Obrigações sociais e trabalhistas	779,68	573,23
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	272,64	206,50
Provisão para litígios	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio	-	-
Encargos setoriais	492,45	234,66
Provisão para descomissionamento	-	-
Passivos financeiros setoriais	367,95	1.018,07
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos circulantes	469,96	1.590,38
Passivos de operações descontinuadas	-	-
Passivo Não-Circulante	17.133,04	16.124,96
Fornecedores	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	283,85	402,70
Benefício pós-emprego	-	-
Tributos	-	-
Provisão para litígios	-	-
Encargos setoriais	-	-
Provisão para descomissionamento	-	-
Tributos diferidos	-	-
Passivos financeiros setoriais	1.059,43	1.526,38
Provisão para uso do bem público	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Obrigações com associados	-	-
Outros passivos não circulantes	-	-
Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	15.789,75	14.195,89
Total do passivo	21.435,90	20.174,44
Patrimônio líquido	34.110,02	35.847,18
Capital social	3.325,36	3.325,27
Reservas de capital	827,46	- 1.879,80
Outros resultados abrangentes	19.699,15	21.645,04
Reservas de lucros	-	-

Recursos destinados a aumento de capital	-	-
Lucros ou prejuízos acumulados	- 0,00	- 0,00
Ações em tesouraria	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais	-	-
Participação de não controladores	-	-
Reserva de sobras	12.596,76	12.322,23
Sobras à disposição da Assembleia	- 2.338,71	434,44
Perdas não cobertas pelos cooperados	-	-
Total do patrimônio líquido	34.110,02	35.847,18
Total do passivo e do patrimônio líquido	55.545,92	56.021,62

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO II

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

Demonstração Regulatória do Resultado dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em reais)

	Regulatório	
	2017	2016
Operações em continuidade		
Receita / Ingresso	21.858,49	16.602,77
Fornecimento de energia elétrica	7.935,08	4.131,36
Suprimento de energia elétrica	-	-
Energia elétrica de curto prazo	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	9.235,09	10.163,82
Ativos e passivos financeiros setoriais	1.000,77	1.451,04
Serviços cobráveis	30,16	29,81
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido	3.657,39	826,75
Outras receitas	-	-
Tributos	- 3.015,82	- 2.556,08
ICMS	- 2.738,97	- 2.320,18
PIS-PASEP	- 49,30	- 42,01
COFINS	- 227,55	- 193,89
ISS	-	-
Encargos - Parcela "A"	- 1.746,73	- 2.006,98
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	- 36,25
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	- 35,98
Reserva Global de Reversão - RGR	-	-
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	- 1.020,88	- 1.665,27
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	-
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	- 30,14	- 38,32
Outros encargos	- 695,71	- 231,16
Receita líquida / Ingresso líquido	17.095,93	12.039,71
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"	- 6.342,01	- 2.512,98
Energia elétrica comprada para revenda	- 6.342,01	- 2.512,98
Encargo de transmissão, conexão e distribuição	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-
Perdas pelo valor de indenização / renovação	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de RTP diferida	-	-
Provisão de baixa ou Baixa de CVA Ativa e Demais ativos regulatórios	-	-
(-) Reversão de devolução tarifária	-	-

(-) Reversão de CVA Passiva e Demais passivos regulatórios	-	-
Outros	-	-
Matéria-prima e Insumos para produção de energia elétrica	-	-
Reembolso de CCC/CDE de combustível para produção de energia elétrica	-	-
Resultado antes dos custos gerenciáveis	10.753,93	9.526,73
Custos gerenciáveis - Parcela "B"	- 11.377,45	- 9.369,36
Pessoal e administradores	- 5.342,80	- 4.855,47
Material	- 1.791,38	- 676,54
Serviços de terceiros	- 1.970,43	- 1.727,93
Arrendamento e aluguéis	- 3,40	-
Seguros	- 14,45	- 66,81
Doações, contribuições e subvenções	- 40,23	- 37,50
Provisões	- 137,46	0,60
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-
(-) Recuperação de despesas	27,25	87,65
Tributos	- 27,53	- 27,80
Depreciação e amortização	- 1.539,86	- 1.301,58
Gastos diversos	- 274,83	- 244,11
Outras Receitas Operacionais	119,45	281,34
Outras Despesas Operacionais	- 381,80	- 801,21
Resultado da Atividade	- 623,52	157,37
Equivalência patrimonial	-	-
Resultado Financeiro	27,99	- 65,96
Despesas financeiras	- 449,08	- 566,81
Receitas financeiras	477,07	500,85
Resultado antes dos impostos sobre os lucros	- 595,53	91,41
Despesa com impostos sobre os lucros	-	- 14,02
Resultado líquido das operações em continuidade	- 595,53	77,39
Operações descontinuadas	-	357,05
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas	-	357,05
Resultado líquido do exercício	- 595,53	434,44
Atribuível aos:		
Cotistas	- 595,53	434,44
Lucro por ação	-	-
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

Lucro por ação originado das operações em continuidade	-	-
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias	-	-

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO III

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Regulatório dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016.

(Valores expressos em reais)

	Capital Social	Reservas de capital	Reserva de reaval.	Reservas de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Reservas de Sobras	Sobras/Perdas a disposição da Assembléia	Recursos destinados a aumento de capital	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.325,00	-	7.255,46	-	0,00	12.263,33	225,49	-	20.758,08
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,26	-	-	-	-	-	-	-	0,26
Reavaliação regulatória	-	-	14.389,58	-	-	-	-	-	14.389,58
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	38,07	-	38,07
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	19,58	-	-	-	-	621,87	-	602,28
Destinação proposta à A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71
FATES	-	-	-	-	-	41,33	-	-	41,33
Reserva de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	5,86	-	-	5,86
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.325,27	-	21.645,04	-	0,00	12.322,23	434,44	-	35.847,18
Remuneração das imobilizações em curso	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital social	0,09	-	-	-	-	-	-	-	0,09
Reavaliação regulatória	-	-	1.945,89	-	-	-	-	-	1.945,89
Realização de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Destinações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	738,27	-	738,27
(+/-) Ajustes Societários - IFRS	-	2.707,27	-	-	-	-	3.511,43	-	804,17
Destinação proposta à									

A.G.O.:	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	41,73	-	-	41,73
FATES	-	-	-	-	-	10,43	-	-	10,43
Reserva de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva para Equalização	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Desenvolvimento	-	-	-	-	-	222,37	-	-	222,37
Saldo em 31 de dezembro de 2017	3.325,36	827,46	19.699,15	-	0,00	12.596,76	2.338,71	-	34.110,02

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO IV

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

Demonstração do Fluxo de Caixa Regulatório dos Exercícios Findo em 31 de Dezembro de 2017 e 2016. (Valores expressos em reais)

	Regulatório	
	2017	2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(498,00)	445,20
Fornecimento de Energia	16.934,87	14.494,66
Suprimento de Energia	-	-
TUSD de Consumidores Livres e Geradores	-	-
Suprimento a Concessionárias	-	-
Recebimento da CCEE - Energia de Curto Prazo	-	-
Recebimento de RAP de Transmissão	-	-
Repasse do Fundo da Conta de Desenvolvimento Energético	3.164,15	182,37
Outros Recebimentos Operacionais	333,76	1.956,98
Fornecedores - Materiais e Serviços	(5.458,69)	(4.698,25)
Fornecedores - Energia Elétrica	(4.620,79)	(2.098,31)
Salários e Encargos Sociais	(4.263,08)	(4.268,99)
Tributos sobre a Receita - Federais	(416,30)	(281,09)
Tributos sobre a Receita - Estaduais e Municipais	(2.770,02)	(2.238,04)
Tributos sobre o Lucro (IRPJ / CSLL)	-	(9,35)
Encargos de Transmissão	-	-
Demais Encargos Regulatórios	(1.823,77)	(2.020,54)
Outras Despesas Operacionais	(1.578,12)	(574,25)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(100,47)	(24,06)
Aquisição de Participações Societárias	-	-
Aportes / Aumento de Capital em Controladas	-	-
Investimentos	-	-
Imobilizado	(100,47)	(24,06)
Intangível	-	-
Participação Financeira do Consumidor	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos	-	-
Empréstimos / Mútuos Concedidos	-	-
Proventos Recebidos	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(598,47)	421,14
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(199,07)	(194,50)
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Empréstimos e Financiamentos Pagos	(199,07)	(194,50)
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Emitidos	-	-
Títulos e Valores Mobiliários Adquiridos Pagos	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-
Integralização de Capital	-	-
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(797,55)	226,64

VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(797,55)	226,64
No início do exercício	3.096,25	2.869,61
No fim do exercício	2.298,71	3.096,25

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO V

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA - CEDRAP

Demonstração do Valor Adicionado do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2017. (Valores expressos em reais)

	<u>Legislação Regulatória</u>
	<u>2017</u>
Receitas	21.721,03
Venda de energia e serviços	20.857,72
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-
Receita não operacional	1.000,77
(-) Insumos adquiridos de terceiros	- 5.634,86
Insumos consumidos	-
Outros insumos adquiridos	-
Material e serviços de terceiros	-
(=) Valor adicionado bruto	16.086,18
(-) Quotas de reintegração	- 6.342,01
(=) Valor adicionado líquido	9.744,17
(+) Valor adicionado transferido	27,99
Receitas (Despesas) financeiras	27,99
Resultado da equivalência patrimonial	-
(=) Valor adicionado a distribuir	9.772,16
Distribuição do valor adicionado:	
Pessoal	4.578,40
Remunerações	2.955,10
Encargos sociais (exceto INSS)	474,28
Entidade de previdência privada	-
Auxílio alimentação	535,74
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-
Provisão para gratificação	-
Convênio assistencial e outros benefícios	367,16
Participação nos resultados	-
Custos imobilizados	198,23
Provisão trabalhista	47,90
	-
Governo	5.526,95
INSS (sobre folha de pagamento)	764,39
ICMS	2.738,97

Imposto de renda e contribuição social	-
Outros (PIS/ COFINS/ enc.setoriais, outros)	2.023,59
Financiadores	-
Juros e variações cambiais	-
Aluguéis	-
Acionistas	-
Remuneração do capital próprio	-
Lucros retidos	-
Valor adicionado (médio) por empregado	125,28

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

SEÇÃO VI

COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAIBA – CEDRAP

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de
2017 e 2016
(Valores expressos em milhares de reais)**

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia - MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, essa Permissionária está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Outorgada além de vender energia por meio dos leilões para as distribuidoras por meio do mercado cativo, também vende energia a Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada por meio das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, autogeradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995. Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas em vez de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Permissionária. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis

adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societárias e regulatórias, estas diferenças estão em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis Societárias conforme apresentado no item 4 das Notas Explicativas Societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalentes aos custos incorridos, serão faturados e cobrados, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 01 de novembro de 2013. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços. A Permissionária agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente

não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados. No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à concessão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Permissionária é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anual. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

Consumidores	2017	2016
Faturados	2.655,45	1.996,13
Não Faturados	613,60	541,19
Sub Total	3.269,06	2.537,32
Concessionárias	-	-
Permissionárias	-	-
Comercialização no âmbito da CCEE	-	-
Sub Total	-	-
Total	3.269,06	2.537,32

4 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2017	Total 2016
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA				
	Até 30 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Fornecimento de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Residencial	563,36	41,08	3,89	11,88	57,43	10,18	- 105,14	-	-	-	-	-	582,67	422,79
Industrial	949,50	27,58	2,46	3,12	68,17	1,10	- 102,93	-	-	-	-	-	949,00	734,13
Comercial	283,46	28,86	-	1,01	42,51	0,03	- 71,92	-	-	-	-	-	283,96	219,89
Rural	253,71	11,65	2,17	4,61	64,21	3,05	- 94,06	-	-	-	-	-	245,34	204,50
Poderes Públicos	5,91	0,35	-	0,31	-	0,28	-	-	-	-	-	-	6,84	4,79
Iluminação Pública	67,84	28,49	3,52	10,21	55,23	34,82	- 55,23	-	-	-	-	-	144,89	97,03
Serviço Público	17,94	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17,94	17,15
Taxado	4,19	-	-	-	-	-	- 1,19	-	-	-	-	-	3,00	- 7,80
Fornecimento Não Faturado	613,60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	613,60	541,19
Arrecadação Processo Classif .	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Nacional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento Energia - Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Suprimento \ Encargo Rede Não Faturado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.759,52	138,01	12,05	31,13	287,55	49,45	- 430,47	-	-	-	-	-	2.847,24	2.233,67

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída considerando os principais critérios a seguir elencados:

- 1) Análise criteriosa do Contas a Receber para casos específicos;
- 2) Casos normais, conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, sendo:
 - a) Residenciais vencidos a mais de 90 dias;
 - b) Comerciais vencidos a mais de 180 dias; e
 - c) Industrial, Poder Público e Iluminação Pública vencida a mais de 360 dias.

5 Imobilizado

A composição do Ativo Imobilizado em Serviço é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	61.316,75	3.179,24	661,32	-	1.208,33	62.626,35	2.517,92	18.556,72	44.069,63	44.378,51	-	-	-
Terrenos	11,71	-	-	-	-	11,71	-	-	11,71	11,71	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	73,80	-	-	-	-	73,80	-	72,79	1,01	1,13	-	-	-
Máquinas e equipamentos	60.389,56	3.117,42	653,77	-	1.208,33	61.644,89	2.463,65	17.960,45	43.684,44	43.955,10	-	-	-
Veículos	790,31	618,3	7,55	-	-	844,58	54,28	490,99	353,60	389,44	-	-	-
Móveis e utensílios	51,37	-	-	-	-	51,37	-	32,50	18,86	21,13	-	-	-
Administração	596,09	56,87	-	-	-	652,96	56,87	319,16	333,80	321,73	-	-	-
Terrenos	1,93	-	-	-	-	1,93	-	-	1,93	1,93	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	217,07	-	-	-	-	217,07	-	91,90	125,18	130,21	-	-	-
Máquinas e equipamentos	158,95	6,87	-	-	-	165,82	6,87	103,18	62,65	66,33	-	-	-
Veículos	177,51	50,00	-	-	-	227,51	50,00	100,41	127,09	104,24	-	-	-
Móveis e utensílios	40,63	-	-	-	-	40,63	-	23,68	16,96	19,01	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	61.912,84	3.236,11	661,32	-	1.208,33	63.279,31	2.574,79	18.875,88	44.403,43	44.700,23	-	-	-

A composição do Ativo Imobilizado em Curso é como segue:

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2016	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acumulada	Obrigações Especiais Líquidas
Geração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	2.690,98	6.830,04	8.329,61	-	-	1.191,41	1.499,57	-	1.191,41	2.690,98	-	-	-
Máquinas e equipamentos	1934,47	4.721,96	6.371,93	-	-	284,50	1.649,97	-	284,50	1934,47	-	-	-
Outros	756,51	2.108,08	1.957,68	-	-	906,91	150,40	-	906,91	756,51	-	-	-
Administração	11,94	-	6,87	-	-	5,07	6,87	-	5,07	11,94	-	-	-
Máquinas e equipamentos	11,94	-	6,87	-	-	5,07	6,87	-	5,07	11,94	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	2.702,92	6.830,04	8.336,48	-	-	1.196,48	1.506,44	-	1.196,48	2.702,92	-	-	-
Total do Ativo Imobilizado	64.615,76	10.066,15	8.997,80	-	-	1.208,33	64.475,79	1.068,35	18.875,88	45.599,91	47.403,15	-	-

A composição do Intangível em Serviço é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
Ativo Intangível em Serviço							
Geração	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	38,00	-	-	-	-	38,00	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	38,00	-	-	-	-	38,00	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	56,04	-	-	-	-	56,04	-
Softwares	56,04	-	-	-	-	56,04	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	94,04	-	-	-	-	94,04	-

A composição do Intangível em Curso é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
Ativo Intangível em Curso							
Geração	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Uso do bem público	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Transmissão	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição	-	-	-	-	-	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Administração	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	94,04	-	-	-	-	94,04	-

A composição da conta Máquinas e Equipamentos da Atividade de Distribuição é como segue:

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Reavaliação	Valor bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	60.389,56	3.117,42	653,77	-	-	61.644,89	2.463,65
Transformador de Distribuição	3.965,82	506,10	201,55	-	-	4.270,37	304,55
Medidor	974,66	165,43	73,98	-	-	1.066,10	91,45
Redes Baixa Tensão (<2,3 kV)	10.156,95	2.364,94	269,07	-	-	11.044,50	2.095,87
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Redes Alta Tensão (>=230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Alta Tensão (primário >= a 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	45.292,14	80,95	109,17	-	-	45.263,92	- 28,22
Obrigações Especiais do AIS Bruto	13.410,72	1.521,48	-	-	-	14.932,20	1.521,48
Participações, Doações, Subvenções, PEE, P&D,	12.105,33	1.521,48	-	-	-	13.626,81	1.521,48
Universalização	1.305,39	-	-	-	-	1.305,39	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Originadas da Receita	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-

A composição das Taxas Anuais Médias de Depreciação é como segue:

	2017			2016	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Geração	0,00	-	-	-	-
Custo histórico	0,00	-	-	-	-
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Transmissão	0,00	-	-	-	-
Custo histórico	0,00	-	-	-	-
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Distribuição	5,33	45.261,04	18.556,72	26.704,32	44.378,51
Custo histórico	3,32	15.550,23	8.545,05	7.005,17	22.733,47
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	2,01	29.710,81	10.011,67	19.699,15	21.645,04
Administração	5,89	652,96	319,16	333,80	321,73
Custo histórico	5,89	652,96	319,16	333,80	321,73
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Comercialização	0,00	-	-	-	-
Custo histórico	0,00	-	-	-	-
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,00	14.932,20	2.291,51	12.640,69	11.638,69
Custo histórico	0,00	14.932,20	2.291,51	12.640,69	11.638,69
Correção monetária especial	0,00	-	-	-	-
Reavaliação	0,00	-	-	-	-
Em curso	0,00	4.345,54	-	4.345,54	5.260,11
Geração	0,00	-	-	-	-
Transmissão	0,00	-	-	-	-
Distribuição	0,00	1.191,41	-	1.191,41	2.690,98
Administração	0,00	5,07	-	5,07	11,94
Atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica	0,00	3.149,06	-	3.149,06	2.557,19

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamento	Serviços de Terceiro	Mão de obra própria	Juros Capitalizados	Depreciação/A mortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-
Reservatórios, Barragens e Adutoras	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	2.642,00	1.547,73	325,26	-	-	1.391,84	3.123,14
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-
A Ratear	-	-	-	-	-	-	-
Desenvolvimento de Projetos	-	-	-	-	-	-	-
Transformação, Fabricação e Reparo de Materiais	-	-	-	-	-	-	-
Material em Depósito	855,59	-	-	-	-	-	855,59
Compras em Andamento	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamentos a Fornecedores	30,01	-	-	-	-	-	30,01
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	-	-
Outros	111,83	-	-	-	-	-	111,83
Total das Adições	3.639,42	1.547,73	325,26	-	-	1.391,84	4.120,57

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 2015, são as seguintes:

	Taxas Anuais de Depreciação
Geração	
Equipamento geral	0,00
Equipamentos da tomada d'água	0,00
Estrutura da tomada d'água	0,00
Reservatórios, barragens e adutoras	0,00
Turbina hidráulica	0,00
Transmissão	
Condutor do sistema	0,00
Equipamento geral	0,00
Estrutura do sistema	0,00
Religadores	0,00
Distribuição	
Barra de capacitores	6,67
Chave de distribuição	6,67
Condutor do sistema	3,57
Estrutura do sistema	3,57
Regulador de tensão	4,35
Transformador	4,00
Administração central	
Equipamento Geral	9,15
Veículos	14,29

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO	
Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 12 METROS X 0600 DAN	880,13
2 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 14 METROS X 1500 DAN	200,65
3 - TRAF. TRIFASICO 015 KVA 220/127V - 15 KV	128,21
4 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 12 METROS X 1000 DAN	127,69
5 - POSTE DE EUCALIPTO TRATADO CIRCULAR, 11 METROS, MEDIO	85,99
6 - CAMINHONETE FORD RANGER XL DIESEL 2011 4x4 PLACA CYA3303	50,47
7 - MMC/PAJERO TR4 FLEX HP, FLEX, BRANCA, ANO MODELO 2013, ANO FABRICAÇÃO 2012, CHASSI 93XFRH77WDC72272	50,00
8 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 14 METROS X 1500 DAN	32,57
9 - POSTE DE CONCRETO CIRCULAR, 12 METROS X 0600 DAN	28,58
10 - CABO DE ALUMINIO COM ALMA DE AÇO (CAA), NU, 04 AWG	28,39

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

CONSOLIDADO

Descrição do Bem	Em R\$ Mil
1 - RELIGADOR AUTOMÁTICO TRIFÁSICO, 13.8kV - 630A NOMINAL	36,42
2 - RELIGADOR AUTOMÁTICO TRIFÁSICO, 13.8kV - 630A NOMINAL	29,90
3 - POSTE EUC. TRATADO 11 MEDIO	19,92
4 - RELÉ CONTROLADOR DE RELIGADOR	19,19
5 - RELÉ CONTROLADOR DE RELIGADOR	18,58
6 - CABO ALUMINIO CAA 1/0 AWG	15,42
7 - TRAFO. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,48
8 - TRAFO. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,37
9 - TRAFO. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,26
10 - TRAFO. TRIFASICO 075 KVA 220/127V - 15 KV	10,15

6 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do Setor de Energia Elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

a) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, no período de 31/07/2016 a 31/07/2017, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período. A recuperação da Parcela “A” foi iniciada em agosto de 2017, logo após o final da vigência do IRT.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização.

À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a CEDRAP transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado:

b) Demais ativos e passivos financeiros setoriais

i) Programas sociais e governamentais

A Empresa, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

ii) Quota parte de energia nuclear

A CEDRAP, por ter um mercado anual inferior a 500 GW, não participa da obrigatoriedade da quota parte de energia nuclear.

iii) Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

iv) Sobre contratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

v) Diferimento ou Ressarcimento de reposição tarifária:

No presente ciclo de revisão tarifaria a CEDRAP não teve diferimento ou ressarcimento de reposição tarifaria.

A movimentação das contas de Ativos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/16	Adição	Amortização	Remuneração	Transf.	Saldo em 31/12/17	Valores em Amortizacao	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Ativos Financeiros Setoriais	455,22	266,67	487,44	-	-	234,45	-	-	234,45	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	265,50	93,61	348,67	-	-	10,44	-	-	10,44	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	189,72	173,06	138,77	-	-	224,01	-	-	224,01	-
(-) Provisão p/ Redução ao Valor Recup.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	455,22	266,67	487,44	-	-	234,45	-	-	234,45	-

A movimentação das contas de Passivos Financeiros Setoriais, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/16	Adição	Amortização	Remuneração	Transf.	Saldo em 31/12/17	Valores em Amortizacão	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Passiva	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Custo da Energia de Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Proinfa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transporte de Energia - Itaipu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CDE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CFURH	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Passivos Financeiros Setoriais	1.018,07	1.959,36	2.609,48	-	-	367,95	-	-	-	-
Majoração PIS/Cofins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programas Sociais Governamentais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quota Parte de Energia Nuclear	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	34,09	683,65	703,58	-	-	14,16	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferimento de Reposição na RTP	371,45	506,42	582,46	-	-	295,41	-	-	-	-
Outros	612,53	769,29	1.323,44	-	-	58,37	-	-	-	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	1.018,07	1.959,36	2.609,48	-	-	367,95	-	-	-	-

7 Empréstimos e Financiamentos

Abertura do endividamento – R\$ mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pcto Juros	Freq. Pcto Juros	Data Próx. Amort.	Venc. Final	Freq. de Amort.	Sist. de Amort.	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
																2019	2020	2021	2022	2023	Total	Total	
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Linha 01 (informar instituição ou linha)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Linha 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Financiamento RGR - Luz p/ Todos	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Linha 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Dívidas Tributárias (Refis, Paes,...)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
União	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
União 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
União 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Estado	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Estado 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Estado 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Município	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Fundo de Pensão	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Pensão 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Pensão 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Dívidas com Agentes do Setor	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 01 (credor ou encargo?)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Renegociação 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuo 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Outros 01	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Outros 02	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Total por Dívida	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	118,84	283,85	402,70					-								107,32	107,32	102,13	85,93	-	402,70	805,40
Tributária	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Pensão	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Intra-setoriais	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Mútuos (Empresas Relacionadas)	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-					-								-	-	-	-	-	-	-

Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

																Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo							
INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal de Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente	Datas de captação repactuação	Tipo de garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a	Data Próximo Pqto Juros	Frequencia Pqto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequencia de Amortização	Sistemática de Amortização	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total	
Ativos Financeiros	-	-	-	-					-														
Caixa e Aplicações Financeiras	-	2.298,71	1.330,94	3.629,64					-														
Saldo Final de Caixa - Conta 1101	-	2.298,71	-	2.298,71					-														
Aplic. Financ. CDB	-	2.231,91	1.330,94	3.562,85					-														
Aplic. Financ. Fundos DI	-	-	-	-					-														
Aplic. Financ. Outros Fundos de Invest.	-	-	-	-					-														
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 01	-	-	-	-					-														
Aplic. Financ. ou Ativo Financ. 02	-	-	-	-					-														
Mútuos Ativos	-	-	-	-					-														
Mútuo 01	-	-	-	-					-														
Mútuo 02	-	-	-	-					-														

Abertura dos Instrumentos Derivativos – R\$ Mil

A CEDRAP não se utilizou de instrumentos derivativos em 2016 e 2017.

INSTRUMENTO DERIVATIVOS	Instituição Contra parte	Data Inicio	Vencimento	Custo Ponta Ativa	Custo Ponta Passiva	R\$ Mil Valor Contratado	Fair Value R\$Mil
Total Derivativos				-	-	-	-
				-	-	-	-
				-	-	-	-
				-	-	-	-
				-	-	-	-
				-	-	-	-
				-	-	-	-

Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
Dívida Bruta	-	391,48	283,85	675,34	762,61
Financ. / Emprést. Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	-	118,84	283,85	402,70	556,12
Tributária	-	272,64	-	272,64	206,50
Fundo de Pensão	-	-	-	-	-
Intrasetoriais	-	-	-	-	-
Mútuos Passivos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-	-
Intrasetoriais Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Tributária Corrente em Atraso	-	-	-	-	-
Derivativos a Pagar	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	2.231,91	1.330,94	3.562,85	3.078,69
Alta Liquidez	-	2.231,91	1.330,94	3.562,85	3.078,69
Demais Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-
Derivativos a Receber	-	-	-	-	-
Mútuos Ativos (Empresas Ligadas)	-	-	-	-	-
Dívida Líquida	-	1.840,43	1.047,08	2.887,51	2.316,08

8 Imposte de Renda e Contribuição Social Diferidos

Não houve Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos em 2016 e 2015 na CEDRAP.

Legislação Regulatória

2017	2016
------	------

Ativo circulante	440,63	306,69
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	440,63	306,69
Provisão para perdas em estoque	-	-

Ativo não circulante	-	-
Provisão para déficit previdenciário	-	-
Provisão para contingências fiscais	-	-
Provisão para outras contingências	-	-

Total	440,63	306,69
--------------	---------------	---------------

9 Provisões para Litígios

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
Saldos em 31/12/2016	-	277,44	-	-	-	277,44
Constituição	-	4,88	-	-	-	4,88
Baixas/reversão	-	-	-	-	-	-
Atualização	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2017	-	282,32	-	-	-	282,32

10 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador a as Subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica na Atividade de Distribuição. Segue a composição dessas obrigações:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Correção Monetária Especial	Reavaliação	Total
Em serviço	0,00	14.932,20	-	-	14.932,20
Participação da União, Estados e Municípios	0,00	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	0,00	2.852,17	-	-	2.852,17
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	0,00	10.774,64	-	-	10.774,64
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	0,00	1.305,39	-	-	1.305,39
Outros	0,00	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00	-	-	-	-
Outros	0,00	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	15,35	- 2.291,51	-	-	- 2.276,17
Participação da União, Estados e Municípios	0,00	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	14,80	- 422,02	-	-	- 407,23
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	15,36	- 1.654,54	-	-	- 1.639,18
Programa de Eficiência Energética - PEE	0,00	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	0,00	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	16,47	- 214,95	-	-	- 198,49
Outros	0,00	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	0,00	-	-	-	-
Excedente de reativos	0,00	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	0,00	-	-	-	-
Outros	0,00	-	-	-	-
Total	15,35	12.640,69	-	-	12.656,04

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transfrecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em serviço	13.410,72	1.522,68	1,19	-	-	14.932,20	1.521,48	- 2.291,51	12.640,69	11.638,69
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	1.330,69	1.522,68	1,19	-	-	2.852,17	1.521,48	- 422,02	2.430,15	964,56
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	10.774,64	-	-	-	-	10.774,64	-	- 1.654,54	9.120,10	9.533,60
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	1.305,39	-	-	-	-	1.305,39	-	- 214,95	1.090,44	1.140,54
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(-) Amortização Acumulada - AIS	- 1.772,03	- 519,49	-	-	-	- 2.291,51	- 519,49	-	- 2.291,51	- 1.772,03
Participação da União, Estados e Municípios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	- 366,14	- 55,89	-	-	-	- 422,02	- 55,89	-	- 422,02	- 366,14
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	- 1.241,04	- 413,50	-	-	-	- 1.654,54	- 413,50	-	- 1.654,54	- 1.241,04
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	- 164,86	- 50,10	-	-	-	- 214,95	- 50,10	-	- 214,95	- 164,86
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedente de reativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	11.638,69	1.003,19	1,19	-	-	12.640,69	1.002,00	- 2.291,51	10.349,18	9.866,67

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (a)	Baixas (b)	Transfrecias (c)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas (a)-(b)+(c)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Em Curso	2.283,32	2.008,41	1.522,68	-	-	2.769,05	485,73	-	2.769,05	2.283,32
Participação da União, Estados e Municípios	9,30	-	-	-	-	9,30	-	-	9,30	9,30
Participação Financeira do Consumidor	1.901,57	1.982,04	1.522,68	-	-	2.360,94	459,37	-	2.360,94	1.901,57
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Universalização Serv. Púb. de Energia Elétrica	289,03	-	-	-	-	289,03	-	-	289,03	289,03
Valores Pendentes de Recebimento	83,43	26,37	-	-	-	109,79	26,37	-	109,79	83,43
Valores Não Aplicados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	273,87	106,14	-	-	-	380,01	106,14	-	380,01	273,87
Ultrapassagem de demanda	273,87	36,46	-	-	-	310,33	36,46	-	310,33	273,87
Excedente de reativos	-	69,68	-	-	-	69,68	69,68	-	69,68	-
Diferença das perdas regulatórias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	2.557,19	2.114,54	1.522,68	-	-	3.149,06	591,87	-	3.149,06	2.557,19

11 Patrimônio Líquido

Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2017 representa R\$ 3.325,36 Reais/mil, sendo composto por 332.536.006 cotas de responsabilidade limitada de R\$ 0,01 cada, com a seguinte composição:

Cotistas	Cotas	%
Conselho Administração	2.567.644	0,77%
Clovis Mancilha Barbosa	167.693	6,53%
Jose Édson Carvalho Coelho	366.307	14,27%
Paulo Sérgio Miranda Gonçalves	132.485	5,16%
Sebastião Sérgio Vítório	139.692	5,44%
Jorge de Paula Ribeiro	513.530	20,00%
David Gagliotti	58.309	2,27%
Igor Alfred Tschizik	1.189.628	46,33%
Conselho Fiscal	1.117.121	0,34%
Rogério dos Santos	18.900	1,69%
José Paulino dos Santos	233.625	20,91%
Vicente de Paulo Pereira	311.500	27,88%
João Carlos Ribeiro dos Santos	459.730	41,15%
Joaquim Camargo Miranda	4.650	0,42%
Manoel Carvalhal Pinto	88.716	7,94%
Total	3.684.765	1,11%
Demais Cotistas	328.851.241	98,89%
Total Geral	332.536.006	100,00%

Reserva de Capital

	2017	2016
Remuneração do imobilizado em curso até 31/12/2001	-	-
Doações e subvenções para investimentos	-	-
Conta de resultados a compensar (CRC)	-	-
Outras	827,46	- 1.879,80
Total	827,46	- 1.879,80

Outros Resultados Abrangentes

	2017	2016
Reavaliação regulatória compulsória	29.710,81	30.919,14
Depreciação da reavaliação regulatória compulsória	- 10.011,67	- 9.274,10
Realização da reavaliação regulatória compulsória	-	-
Total	19.699,15	21.645,04

Lucros ou Prejuízos Acumulados

	2017	2016
Lucros Acumulados	-	-
Prejuízos Acumulados	- 0,00	- 0,00
Total	- 0,00	- 0,00

Reserva de Sobras

	2017	2016
Reserva legal	7.591,45	7.549,73
Reserva de Assistencia Tec Ed Social	4.096,06	4.085,63
Reserva para investimentos	909,24	686,88
Total	12.596,76	12.322,23

Sobras / Perdas à Disposição da Assembleia

	2017	2016
Sobras	2.080,76	1.342,49
Perdas	-4.419,48	-908,04
Total	-2.338,71	434,44

12 Receita Operacional Bruta

	Nº de Consumidores		MWh Mil		R\$ Mil	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Receita Bruta						
Fornecimento - Faturado	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	13.438,20	14.315,92
Residencial	4.743	4.609	8.003,25	7.610,74	3.495,75	3.863,95
Industrial	22	24	15.653,58	14.074,69	5.395,55	5.996,42
Comercial	262	263	4.450,25	3.953,11	1.952,22	2.007,87
Rural	1.202	1.208	6.605,63	5.797,89	2.052,42	1.842,82
Poder público	30	31	89,24	103,98	39,77	51,74
Iluminação pública	11	8	1.166,12	1.081,20	303,07	332,62
Serviço público	13	13	527,91	488,32	199,40	220,50
Suprimento Faturado	0	0	0,00	0,00	-	-
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	0	0	0,00	0,00	9.235,09	10.163,82
Consumidores Cativos	0	0	0,00	0,00	9.235,09	10.163,82
Consumidores Livres	0	0	0,00	0,00	-	-
Encargos de conexão de agentes de geração	0	0	0,00	0,00	-	-
Permissionárias	0	0	0,00	0,00	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	0	0	0,00	0,00	-	-
(-) Transferências	0	0	0,00	0,00	- 95,95	- 77,14
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	0	0	0,00	0,00	- 95,95	- 77,14
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	0	0	0,00	0,00	-	-
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Difer. Perdas	0	0	0,00	0,00	-	-
(-) Trsf TUSD Consumidores Cativos	0	0	0,00	0,00	- 9.235,09	- 10.163,82
Regulatórias	0	0	0,00	0,00	4.688,32	2.307,59
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado	0	0	0,00	0,00	4.688,32	2.307,59
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	0	0	0,00	0,00	-	-
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	0	0	0,00	0,00	1.138,04	1.023,98
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	0	0	0,00	0,00	- 137,27	427,06
Serviços Cobráveis	0	0	0,00	0,00	30,16	29,81
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	0	0	0,00	0,00	3.657,39	826,75
Total	6.283	6.156	36.495,98	33.109,93	27.265,66	26.710,19

13 Compra e Venda de Energia Elétrica de Curto Prazo no Âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Nos exercícios de 2016 e 2017, a CEDRAP não efetuou operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

14 Pessoal e Administradores

	2017	2016
Pessoal	4.918,26	4.518,72
Remuneração	2.530,56	2.340,94
Encargos	1.238,68	1.127,21
Previdência privada - Corrente	-	-
Benefício Pós-emprego - Previdência Privada - Déficit ou superávit atuarial	-	-
Programa de demissão voluntária	-	-
Despesas rescisórias	-	-
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	-	-
Outros benefícios - Corrente	902,90	916,03
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial	-	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Outros	246,12	134,55
Administradores	424,53	336,75
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	415,81	336,75
Benefícios dos administradores	8,72	-
(-) Créditos de tributos recuperáveis	-	-
Total	5.342,80	4.855,47

15 Reconciliação das Taxas Efetivas e Nominais da Provisão para o Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação das taxas efetivas e nominais, utilizadas para cálculo das provisões para o imposto de renda e a contribuição social é demonstrada a seguir:

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	- 595,53	434,44
Imposto de renda e contribuição social calculados (15% e 9%)	-	- 14,02
Efeitos fiscais sobre:	-	-
Participação nos resultados	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-
Incentivos fiscais	-	-
Encargos capitalizados	-	-
Compensação da CSLL e com a Cofins	-	-
Outros	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	- 14,02

16 Demonstrações do Resultado do Exercício Segregado por Atividade

Em virtude de a empresa ser uma Permissionária, onde apenas apresentamos as atividades de Distribuição e Administração, não reconhecemos a necessidade de preenchimento desse quadro referente as Demonstrações do Resultado do Exercício segregados por atividade.

17 Revisão e Reajuste Tarifário

17.1 Revisão Tarifária Periódica

No ano de 2017 a CEDRAP não passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica a qual ocorrerá no ano de 2020.

17.2 Reajuste Tarifário Anual

As tarifas de aplicação da CEDRAP, constantes da Resolução Homologatória nº 2.151 de 30 de setembro de 2016, alteradas pela Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, ficam em média reajustadas em 16,26%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores e usuários supridos pela distribuidora.

As novas tarifas de aplicação começaram a vigorar no período de 31 de agosto de 2017 a 30 de agosto de 2018.

A presente revisão efetuou a nova composição de nossa PARCELA B.

Já com relação à Parcela A, absorveu o aumento de nossa Energia Comprada, bem como toda a carga tributária e os Encargos Setoriais determinado à nossa Empresa.

Foi homologado o valor mensal de R\$ 508.197,36, a ser repassado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no período de agosto de 2017 a julho de 2018, para compensar a reduzida densidade de carga de seu mercado, conforme previsto no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.427 de 26 de dezembro de 1996.

Referente aos componentes financeiros, os itens contemplados foram: o repasse de PIS e COFINS, Neutralidade dos Encargos Setoriais, Ajuste Financeiro referente recálculo Reajuste/Revisão de anos anteriores, Compensação de DIC/FIC e a Retenção de Adicionais de Bandeiras Tarifárias.

17.3 Composição da Base de Remuneração Regulatória

Para a avaliação dos ativos das permissionárias vinculados à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente foram observadas as seguintes diretrizes:

a) A base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

b) As inclusões entre as datas-bases do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente;

c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-bases – base incremental (item b);

d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e

e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à Concessão do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

Descrição	Valores
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	57.557,64
(2) Índice de Aproveitamento Integral	-
(3) Obrigações Especiais Bruta	-
(4) Bens Totalmente Depreciados	2.314,23
(5) Base de Remuneração Bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	55.243,41
(6) Depreciação Acumulada	14.181,56
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	-
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	43.376,08
(10) Almoarifado em Operação	172,67
(11) Ativo Diferido	-
(12) Obrigações Especiais Líquida	-
(13) Terrenos e Servidões	-
(14) Base de Remuneração Líquida Total = (1)-(6)-(8)+(10)+(11)-(12)+(13)	43.548,75
(15) Saldo RGR PLPT	-
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	-
(17) Taxa de Depreciação	-
(18) Quota de Reintegração Regulatória	2.209,74
(19) WACC real antes de impostos	0,04
(20) Taxa RGR PLPT	-
(21) Taxa RGR Demais Investimentos	-
(22) Remuneração do Capital (15)*(20)+(16)*(21)+[(14)-(15)-(16)]*(19)	1.641,79

17.4 Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis - CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo. Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

Descrição	Valores R\$/mil
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	2.600,51
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (BARA)	650,13
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	650,13
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	1.300,26
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (CAL)	35,56
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	105,13
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	269,84
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	410,53

17.5 Ajuste da Parcela B em Função de Investimentos Realizados

Conforme previsto na Legislação Setorial, foi definido no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP anterior, o mecanismo destinado a comparar os investimentos previstos no cálculo do Fator X com os efetivamente realizados pelas distribuidoras. No CRTP vigente, quando da revisão tarifária de cada Permissionária, são levantados os investimentos efetivamente realizados pela distribuidora entre o CRTP anterior e o CRTP vigente, calculados com base nos registros contábeis da distribuidora, deflacionados pelo IGP-M, mês a mês, para a data-base da revisão tarifária anterior.

Caso os investimentos efetivamente realizados sejam inferiores àqueles considerados no cálculo do Fator X do CRTP anterior, esse item é recalculado, com a substituição dos valores de investimento previstos pelos investimentos realizados, mantendo-se inalterados os demais parâmetros.

17.6 Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 8.1 do PRORET, que trata da revisão tarifária das Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica, a revisão tarifária da Outorgada é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Descrição	Receita Ultimo IRT R\$	Receita Verificada	Revisao	Varição Projetada %	Impacto na Revisão Tarifária %	Part. na Receita %
1. PARCELA A (1.1 + 1.2 + 1.3)	12.384,93	-	-	122,64%	-	46,92%
1.1. Encargos Setoriais	1.194,97	-	-	-17,44%	-	-1,74%
RGR	-	-	-	-	-	-
CCC	-	-	-	-	-	-
TFSEE	12,79	-	-	-67,30%	-	-0,18%
CDE	920,00	-	-	-17,91%	-	-1,38%
PROINFA	262,18	-	-	-8,83%	-	-0,17%
P&D e Eficiência Energética	-	-	-	-	-	-
NOS	-	-	-	-	-	-
ESS	-	-	-	-	-	-
1.2. Transmissão	2.173,83	-	-	259,63%	-	10,79%
Rede Básica	-	-	-	-	-	-
Rede Básica Fronteira	-	-	-	-	-	-
Itaipu	-	-	-	-	-	-
Conexão	-	-	-	-	-	-
CUSD	2.173,83	-	-	259,63%	-	10,79%
Outros	-	-	-	-	-	-
1.3. Compra de Energia	9.016,13	-	-	156,80%	-	37,86%
CCEAR Existente	-	-	-	-	-	-
CCCEAR Nova	-	-	-	-	-	-
Contratos Bilaterais	9.016,13	-	-	156,80%	-	37,86%
Itaipu	-	-	-	-	-	-
2. PARCELA B (2.1 + 2.2 + 2.3 + 2.4 + 2.5)	9.117,45	-	-	-66,37%	-	-40,98%
2.1. Custos Operacionais + Anuidades	-	-	-	-	-	-
2.2. Remuneração	3.019,08	-	-	-66,37%	-	-40,98%
2.3. Depreciação	-	-	-	-	-	-
2.4. Receitas Irrecuperáveis	-	-	-	-	-	-
2.5. Outras Receitas	6.098,37	-	-	-	-	-
3. Reposicionamento Econômico	-	-	-	-	-	-
4. Componentes Financeiros	- 420,54	-	-	-	-	-2,76%
5. Reposicionamento com Financeiros	-	-	-	-	-	-
6. Financeiros Retirados do IRT anterior	-	-	-	-	-	-
7. Efeito para Consumidor	16,26%	-	-	-	-	-

17.7 Índices de Continuidade e Frequência (DEC/FEC)

Um dos pilares da Regulação do Setor Elétrico Brasileiro é o controle dos índices de interrupção, ou seja, energia com qualidade e frequência.

Fruto dos investimentos maciços em melhoria de todas as nossas redes de distribuição, com satisfação, anunciamos que nossa Empresa atingiu os patamares regulatórios de qualidade, onde, em 2017, nosso DEC e FEC figuram dentro da margem regulatória. Vale salientar que nossos índices, conforme determinação Regulatória, são verificados através do Sistema de Qualidade ISO9000, que fomos recertificados passando a vigora até o ano de 2018.

Ano de 2017:

Limites Regulatórios: DEC: 50 FEC 29

Realizado: DEC 31,31 e FEC 18,08

Envidamos todos nossos esforços para não ultrapassarmos estes índices, e, com isso, melhor atender nosso Consumidor, garantindo-lhes Energia de qualidade.

17.8 Revisão Tarifária Periódica – Segundo Ciclo – Fato Relevante

Em 31/08/2016 nossa Empresa encerrou o seu segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica. Tal resultado foi homologado através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.151, de 27/09/2016. A partir de agosto de 2017 iniciamos o Terceiro Ciclo da Revisão Tarifária que ocorrerá no de ano 2020.

18 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, conforme segue:

Descrição	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Ativo							
Ativo Circulante		8.247,04	-	8.247,04	8.270,82	-	8.270,82
Caixa e equivalentes de caixa		2.298,71	-	2.298,71	3.096,25	-	3.096,25
Consumidores	14.1	3.332,83	-	3.332,83	2.757,08	-	2.757,08
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		75,08	-	75,08	874,44	-	874,44
Tributos compensáveis		331,54	-	331,54	204,80	-	204,80
Depósitos judiciais e cauções		-	-	-	-	-	-
Almoxarifado operacional		356,78	-	356,78	275,20	-	275,20
Investimentos temporários		-	-	-	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.2	234,45	-	234,45	455,22	-	455,22
Despesas pagas antecipadamente		22,65	-	22,65	-	-	-
Ativos de operação descontinuada e bens destinados à alienação	14.3	-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos circulantes		1.595,01	-	1.595,01	607,82	-	607,82
Ativo não Circulante		47.298,88	-19.699,15	27.599,73	47.750,80	-21.645,04	26.105,76
Consumidores		-	-	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias		-	-	-	-	-	-
Serviços em curso		-	-	-	-	-	-
Tributos compensáveis		83,73	-	83,73	63,39	-	63,39
Depósitos judiciais e cauções		282,32	-	282,32	277,44	-	277,44
Investimentos temporários		1.330,94	-	1.330,94	-	-	-
Empréstimos		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Ativos financeiros setoriais	14.1	-	-	-	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-	-	-
Bens e direitos para uso futuro		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Outros ativos não circulantes		-	12.693,01	12.693,01	4,00	10.964,41	10.968,41
Bens e atividades não vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		-	-	-	-	-	-
Imobilizado	14.4	45.599,91	- 44.880,92	718,99	47.403,15	- 46.658,02	745,14
Intangível	14.5	1,99	12.488,76	12.490,75	2,82	14.048,56	14.051,38
Total do Ativo		55.545,92	-19.699,15	35.846,77	56.021,62	-21.645,04	34.376,58

Passivo							
Passivo Circulante		4.302,86	-	4.302,86	4.049,47	-	4.049,47
Fornecedores		1.801,34	-	1.801,34	273,21	-	273,21
Empréstimos, financiamentos e debêntures		118,84	-	118,84	153,42	-	153,42
Obrigações sociais e trabalhistas		779,68	-	779,68	573,23	-	573,23
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		272,64	-	272,64	206,50	-	206,50
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Dividendos declarados e juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		492,45	-	492,45	234,66	-	234,66
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	367,95	-	367,95	1.018,07	-	1.018,07
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Passivos de operações descontinuadas		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes		469,96	-	469,96	1.590,38	-	1.590,38
Passivo não Circulante		17.133,04	-	17.133,04	16.124,96	-	16.124,96
Fornecedores		-	-	-	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		283,85	-	283,85	402,70	-	402,70
Benefício pós-emprego		-	-	-	-	-	-
Tributos		-	-	-	-	-	-
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Encargos setoriais		-	-	-	-	-	-
Provisão para descomissionamento		-	-	-	-	-	-
Tributos diferidos		-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros setoriais	14.1	1.059,43	-	1.059,43	1.526,38	-	1.526,38
Provisão para uso do bem público		-	-	-	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Obrigações com associados		-	-	-	-	-	-
Outros passivos não circulantes		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas a concessão do Serviço Público de Energia Elétrica		15.789,75	-	15.789,75	14.195,89	-	14.195,89
Total do Passivo		21.435,90	-	21.435,90	20.174,44	-	20.174,44

Patrimônio Líquido							
Capital social		3.325,36	-	3.325,36	3.325,27	-	3.325,27
Reservas de capital		827,46	-	827,46	- 1.879,80	-	- 1.879,80
Outros resultados abrangentes		19.699,15	- 19.699,15	-	21.645,04	- 21.645,04	-
Reservas de lucros		-	-	-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados		- 0,00	-	- 0,00	- 0,00	-	- 0,00
(-) Ações Próprias em Tesouraria		-	-	-	-	-	-
Proposta para distribuição de dividendos adicionais		-	-	-	-	-	-
Participação de Não Controladores		-	-	-	-	-	-
Reserva de sobras		12.596,76	-	12.596,76	12.322,23	-	12.322,23
Sobras à disposição da Assembleia		- 2.338,71	-	- 2.338,71	434,44	-	434,44
Perdas não cobertas pelos cooperados		-	-	-	-	-	-
Participação de não controladores		-	-	-	-	-	-
Total do Patrimônio Líquido		34.110,02	-19.699,15	14.410,87	35.847,18	-21.645,04	14.202,14
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		55.545,92	-19.699,15	35.846,77	56.021,62	-21.645,04	34.376,58

	Nota	2017			2016		
		Regulatório	Ajustes	Societario	Regulatório	Ajustes	Societario
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso		21.858,49	-	21.858,49	16.602,77	-	16.602,77
Fornecimento de energia elétrica		7.935,08	-	7.935,08	14.372,32	-	14.372,32
(-) Transferências		-	-	-	- 10.240,96	-	- 10.240,96
Suprimento de energia elétrica		-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica de curto prazo		-	-	-	-	-	-
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		9.235,09	-	9.235,09	10.163,82	-	10.163,82
Ativos e passivos financeiros setoriais		1.000,77	-	1.000,77	427,06	-	427,06
Diferimento ou devoluções		-	-	-	1.023,98	-	1.023,98
Serviços cobráveis		30,16	-	30,16	29,81	-	29,81
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		3.657,39	-	3.657,39	826,75	-	826,75
Outras receitas vinculadas		-	-	-	-	-	-

Tributos	- 3.015,82	-	- 3.015,82	- 2.556,08	-	- 2.556,08
ICMS	- 2.738,97	-	- 2.738,97	- 2.320,18	-	- 2.320,18
PIS-PASEP	- 49,30	-	- 49,30	- 42,01	-	- 42,01
COFINS	- 227,55	-	- 227,55	- 193,89	-	- 193,89
ISS	-	-	-	-	-	-
Encargos - Parcela "A"	- 1.746,73	-	- 1.746,73	- 2.006,98	-	- 2.006,98
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	-	-	-	- 36,25	-	- 36,25
Conta de desenvolvimento economico - CDE	- 1.020,88	-	- 1.020,88	- 1.665,27	-	- 1.665,27
Programa de eficiência energética – PEE	-	-	-	- 35,98	-	- 35,98
Taxa de fiscalização	- 30,14	-	- 30,14	- 38,32	-	- 38,32
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	-	-	-	-	-	-
Outros encargos	- 695,71	-	- 695,71	- 231,16	-	- 231,16
Receita Líquida / Ingresso Líquido	17.095,93	-	17.095,93	12.039,71	-	12.039,71
Custos não Gerenciáveis - Parcela "A"	- 6.342,01	-	- 6.342,01	- 2.512,98	-	- 2.512,98
Energia elétrica comprada para revenda	- 6.342,01	-	- 6.342,01	- 2.266,52	-	- 2.266,52
Energia elétrica comprada para revenda – Proinfa	-	-	-	- 246,46	-	- 246,46
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Encargos e demais despesas setoriais	-	-	-	-	-	-
Matéria-prima / Insumo para geração de energia elétrica combustíveis	-	-	-	-	-	-
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis	10.753,93	-	10.753,93	9.526,73	-	9.526,73
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"	- 11.377,45	804,17	-10.573,29	- 9.369,36	661,54	- 8.707,82
Pessoal e administradores (inclui XX de remuneração a administradores)	- 5.342,80	-	- 5.342,80	- 4.855,47	-	- 4.855,47
Entidade de previdência privada	-	-	-	-	-	-
Material	- 1.791,38	-	- 1.791,38	- 676,54	-	- 676,54
Serviços de terceiros	- 1.970,43	-	- 1.970,43	- 1.727,93	-	- 1.727,93
Arrendamento e aluguéis	- 3,40	-	- 3,40	-	-	-
Seguros	- 14,45	-	- 14,45	- 66,81	-	- 66,81
Doações, contribuições e subvenções	- 40,23	-	- 40,23	- 37,50	-	- 37,50
Provisões	- 137,46	-	- 137,46	0,60	-	0,60
Recuperação de despesas	27,25	-	27,25	87,65	-	87,65
Tributos	- 27,53	-	- 27,53	- 27,80	-	- 27,80
Depreciação e amortização	- 1.539,86	804,17	- 735,69	- 1.301,58	621,90	- 679,68
Gastos diversos da atividade vinculada	- 274,83	- 1.482,57	- 1.757,40	- 244,11	-	- 244,11
Outras Receitas Operacionais	119,45	1.482,57	1.602,02	281,34	39,64	320,98
Outras Gastos Operacionais	- 381,80	-	- 381,80	- 801,21	-	- 801,21

Resultado da Atividade	-	623,52	-	804,17	180,64	157,37	-	661,54	818,91
Equivalência patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Financeiro		27,99	-	-	27,99	-	65,96	-	65,96
Despesas financeiras	-	449,08	-	-	449,08	-	566,81	-	566,81
Receitas financeiras		477,07	-	-	477,07		500,85	-	500,85
Lucro Antes dos Impostos Sobre o Lucro	-	595,53	-	804,17	208,63	91,41	-	661,54	752,96
Despesa com impostos sobre os lucros		-	-	-	-	14,02	-	-	14,02
Resultado Líquido das Operações em Continuidade	-	595,53	-	804,17	208,63	77,39	-	661,54	738,93
Operações descontinuadas									
Lucro (prejuízo) após o imposto do exercício resultante de operações descontinuadas		-	-	73,02	-	73,02	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	-	595,53	-	877,19	135,61	77,39	-	661,54	524,05
Atribuível aos:									
Cotistas		-	-	-	135,61	-	-	-	163,47
Lucro por Ação									
básico - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro do exercício atribuível a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade									
básico - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-
diluído - lucro de operações continuadas atribuíveis a acionistas controladores detentores de ações ordinárias		-	-	-	-	-	-	-	-

18.1 Consumidores

Não houve ajuste na rubrica Consumidores.

18.2 Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

Os ajustes são decorrentes do fato que os ativos e passivos financeiros setoriais em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

18.3 Ativos Financeiros da Concessão

Os ajustes são decorrentes de contabilização na contabilidade societária de expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização). Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios. Nas demonstrações regulatórias esse valor faz parte do ativo imobilizado.

18.4 Imobilizado

18.4.1 Reavaliação Compulsória

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.4.2 Depreciação

Os ajustes são decorrentes do laudo de avaliação, atualizado e depreciado, não aceito na contabilidade societária.

18.5 Intangível

18.5.1 Reavaliação Compulsória

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.5.2 Depreciação

Não houve ajustes no grupo intangível com relação a reavaliação regulatória.

18.6 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

18.6.1 Reavaliação Compulsória

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia.

18.6.2 Amortização

Não houve ajustes nas Obrigações vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia.

18.7 Efeitos de Contabilização de Contratos de Concessão (ICPC 01)

18.7.1 Ativo Financeiro

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.2 Ativo Intangível

Não houve efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01).

18.7.3 Receita e Custo de Construção (ICPC 01)

Os ajustes são decorrentes da aplicação do conceito do ICPC 01 E OCPC 05, que, por se tratar de ativo imobilizado em curso que já é vinculado à Concessão, deve ser reconhecido pelo IFRS como RECEITA DE CONSTRUÇÃO, e, no mesmo instante, reconhecido o CUSTO DE CONSTRUÇÃO do Ativo Intangível da Concessão.

18.7.4 Remuneração do Ativo Financeiro (Resultado)

Não houve remuneração do ativo financeiro nos exercícios contábeis de 2016 e 2015.

18.7.5 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos (Resultado)

Não houveram ajustes de imposto de renda e contribuição social diferidos nos exercícios de 2016 e 2015.

18.8 Conciliação do Patrimônio Líquido Societário e Regulatório

	2017	
	Regulatório	Societário
Saldos no início do exercício	35.847,18	14.202,14
Capital Social	0,09	0,09
Reserva de Capital	2.707,27	2.707,27
Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	- 1.208,33	- 1.208,33
Efeitos IFRS ICPC 01	-	407,51
Depreciação Reavaliação Regulatória Compulsória - VNR	- 737,57	- 558,66
Depreciação Efeitos IFRS ICPC 01	-	1.359,47
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-
Reserva de Sobras	274,53	179,66
Sobras / Perdas a Disposição da Assembléia	- 2.773,16	- 2.678,29
Saldos no fim do exercício	34.110,02	14.410,87

Os efeitos constatados a título de Reavaliação Regulatória Compulsória, referem-se a reversão da Reserva da Reavaliação Regulatória Compulsória, já que a mesma não é aceita pelas normas da Contabilidade Internacional, sendo revertida contra as contas correspondentes do Ativo Imobilizado em Serviço.

Com relação ao destaque da Depreciação da Reavaliação Regulatória Compulsória, bem como os efeitos IFRS em outras reservas de capitais, referem-se a reversão da realização da reserva regulatória compulsória ocorrida na Contabilidade Regulatória, revertida conforme

regras da Contabilidade Internacional, e, conforme orientação dos auditores, represada como diferenças IFRS em outras Reservas de capital.

18.9 Conciliação do Lucro Líquido Societário e Regulatório

	2017	2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	135,61	111,00
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória	-731,14	- 19,58
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	-	-
Ativos e passivos financeiros setoriais	- 731,14	- 19,58
Reavaliação regulatória compulsória	-	-
Depreciação – reavaliação regulatória compulsória	-	-
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	-	-
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	-595,53	91,41

19 Formatação Básica das Notas Explicativas

As Notas Explicativas da Administração, parte integrantes destas Demonstrações Contábeis, foram redigidas obedecendo rigorosamente à Legislação pertinente. As bases para a elaboração obedeceram aos Princípios Contábeis aplicados no Brasil, as Políticas Contábeis específicas para o Setor Elétrico e estão todas apresentadas em R\$ mil, com 2 (duas) casas decimais.

SEÇÃO VII

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Ao

Conselho de Administração e Cooperados da

**COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO
PARAÍBA – CEDRAP**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – CEDRAP**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERATIVA DE ELETRIFICAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO PARAÍBA – CEDRAP** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Os controles analíticos do capital social registrado no balanço da cooperativa não estão atualizados, como consequência o valor de R\$ 3.325.360,06, não foi passível de confirmação. Deverão ser concluídos em 2017, advindos de levantamentos nos registros paralelos do capital social e conciliações. Conseqüentemente, não podemos concluir, e não concluímos, sobre o saldo do capital social e reflexos no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Outros Assuntos

Auditoria do período anterior

As demonstrações financeiras regulatórias da CEDRAP em 31 de dezembro de 2016, foram por nós auditadas, para os quais foi emitido Parecer dos Auditores Independentes, com ressalva, datado de 20 de fevereiro de 2017.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pelo órgão regulador - ANEEL , e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Cooperativa. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias .

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade

operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

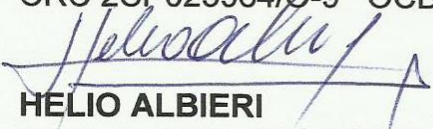
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 15 de fevereiro de 2018.



AUDITORES INDEPENDENTES.
CRC 2SP023964/O-9 OCB 622/07


HELIO ALBIERI
Contador CRC 1SP 119551/O-8